



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

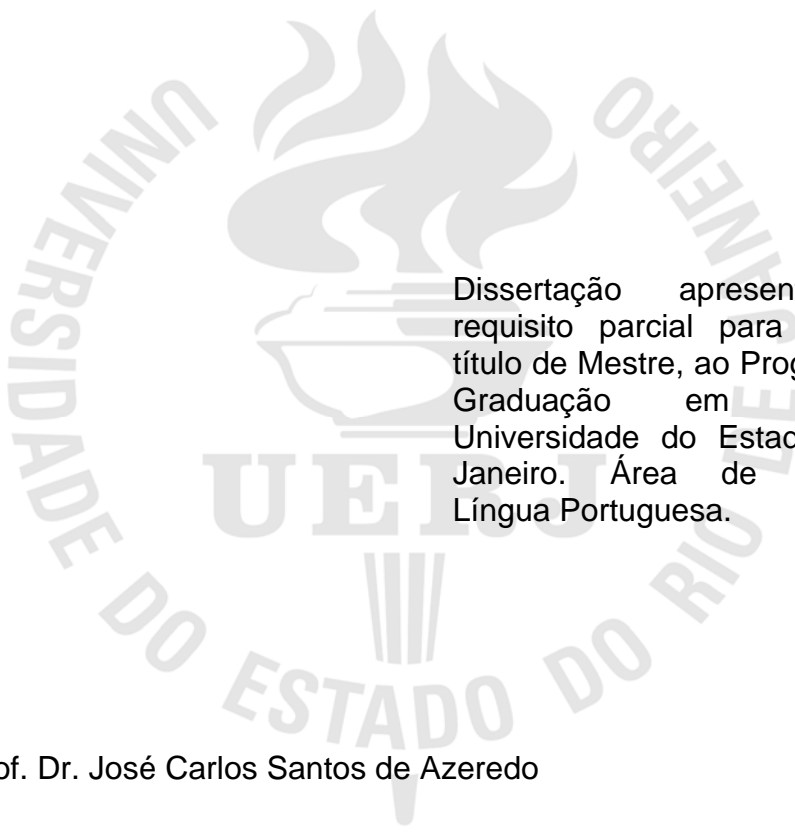
Rita de Cássia Baptista Cardoso Mérida dos Reis

**Manuel Bandeira em prosa e verso:  
marcas de oralidade  
e características do português do Brasil**

Rio de Janeiro  
2012

Rita de Cássia Baptista Cardoso Mérida dos Reis

**Manuel Bandeira em prosa e verso:  
marcas de oralidade  
e características do português do Brasil**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

R375 Reis, Rita de Cássia B. C. Mérida dos  
Manuel Bandeira em prosa e verso: marcas de oralidade e características do português do Brasil / Rita de Cássia Baptista Cardoso Mérida dos Reis. – 2012.  
164 f.

Orientador: José Carlos de Azeredo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Bandeira, Manuel, 1886-1968 – Linguagem - Teses. 2. Língua portuguesa – Análise do discurso - Teses. 3. Língua portuguesa – Brasil – Teses 4. Sociolinguística - Teses. 5. Língua portuguesa – Variação – Teses. I. Azeredo, José Carlos de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-087.4(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Rita de Cássia Baptista Cardoso Mérida dos Reis

**Manuel Bandeira em prosa e verso:  
marcas de oralidade  
e características do português do Brasil**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 27 de março de 2012.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo (Orientador)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. Maximiano de Carvalho e Silva  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques  
Instituto de Letras da UERJ

Rio de Janeiro

2012

## DEDICATÓRIA

A Maximiano de Carvalho e Silva, meu ex-professor do Curso de Especialização em Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Ex-aluno de Manuel Bandeira, agradeço por ter me transmitido a mesma admiração pela vida e obra do grande poeta e, especialmente, pela sugestão de fazer de sua obra literária a fonte de minhas pesquisas linguísticas.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha avó, Augusta, cuja sabedoria e histórias interessantíssimas me fizeram descobrir o encantamento contido nas palavras.

A meu pai, Vivaldi, que na ausência física se fez presente e, como sempre, incentivou-me a escrever cada página deste trabalho.

À minha mãe, Maria Amélia, de quem herdei a paixão pela Língua Portuguesa, mas a quem jamais conseguirei imitar na intimidade com as palavras. Posso até escrever com certa correção, mas ela escreve com o coração. Obrigada por fazer dos meus sonhos os seus objetivos; e dos meus objetivos, a sua razão de viver.

Aos meus amados filhos, Carolina e Marcelo, pelo incentivo no meu retorno aos estudos, pela constante ajuda na preparação deste trabalho, e, principalmente, porque, por existirem, já me fizeram conseguir o título mais valioso e do qual tenho mais orgulho: o de Mãe.

A meu esposo, Cyrillo, pelo apoio e compreensão nos incontáveis momentos em que tive de me dedicar exclusivamente à leitura e à elaboração deste trabalho. Agradeço por entender que meu amor pelos estudos linguísticos e a alegria de estar sempre acompanhada por tantos livros não diminuem o meu sentimento, nem o prazer da sua companhia.

À minha irmã, Ana Cláudia, pelo carinho, pela amizade e por sempre me incentivar na minha caminhada de estudos. Obrigada por estar sempre ao meu lado, torcendo pela realização de meus sonhos e, principalmente, por considerar os meus filhos um pouco seus também.

A todos os meus amigos, pela compreensão nos meus frequentes afastamentos do convívio. Às voltas com a pesquisa, esqueci-me constantemente

dos aniversários, dos encontros, dos e-mails e dos telefonemas, e, apesar disso, não se esqueceram de mim. Muito obrigada!

À Eliane, mais que amiga, quase irmã. Obrigada por, nas minhas ausências, se fazer sempre presente. O seu carinho e dedicação, comprovados nos momentos mais difíceis da minha vida, confirmaram a sua sincera amizade e sua enorme generosidade.

Aos meus queridos ex-professores do Curso de Especialização em Língua Portuguesa do Liceu Literário Português: Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Evanildo C. Bechara, Horácio Rolim de Freitas, Maximiano de Carvalho e Silva, Nilda Santos Cabral, Ricardo S. Cavaliere, Rosalvo do Valle e Walmírio E. Macedo, cujos profundos conhecimentos transmitidos foram essenciais para que eu conseguisse o ingresso no Mestrado.

A todos os professores com os quais estudei no Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: André Crim Valente, Claudio Cezar Henriques, Fernanda Lemos de Lima, José Carlos S. de Azeredo, Magda Bahia, Maria Teresa Gonçalves Pereira, Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu e Vânia Lúcia Dutra, pela competência com que ministraram as aulas e pela generosidade de partilharem os seus profundos conhecimentos.

A todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela simpatia e disponibilidade sempre demonstradas durante o curso.

Aos meus colegas do Curso de Mestrado, pela amizade e por compartilharem alegrias e preocupações, lutas e vitórias.

À equipe de direção do Colégio Municipal Amaral Peixoto e da Escola Estadual Professora Luíza Honória do Prado, pelo incentivo, colaboração, e, principalmente, pela compreensão demonstrada com certas limitações que me foram impostas pela frequência ao Curso de Mestrado e pela preparação desta pesquisa.

A todos os meus ex e atuais alunos, pelos quais, apesar das dificuldades, decidi retomar os estudos na tentativa de oferecer-lhes conteúdos mais fundamentados e aulas de melhor qualidade.

Meus agradecimentos especiais ao Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo, orientador nesta pesquisa e para sempre amigo. Obrigada pelo constante incentivo, pelas orientações seguras e preciosas, e por transmitir seus profundos conhecimentos de forma tão generosa.



A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros  
Vinha da boca do povo na língua errada do povo  
Língua certa do povo  
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil.

*Manuel Bandeira*

## RESUMO

REIS, Rita de Cássia Baptista Cardoso Mérida dos. *Manuel Bandeira em prosa e verso: marcas de oralidade e características do português do Brasil*. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

O combate ao excessivo rebuscamento da linguagem e a defesa de uma sintaxe mais reveladora dos fatos gramaticais da fala brasileira começaram a ganhar vulto a partir do Romantismo. No entanto, o movimento modernista revigorou essa tendência, estreitando a aproximação entre fala e escrita. Mesmo antes do advento do Modernismo, Manuel Bandeira já privilegiava uma escrita mais leve e simples, próxima da língua realmente em uso pelos falantes brasileiros. Embora tivesse recebido uma formação acadêmica clássica, Manuel Bandeira mostrou-se fiel defensor de uma escrita literária efetivamente simples, com características próprias da oralidade e que registrasse as variações da língua em função das diferentes situações comunicativas. Além disso, sempre repudiou certas exigências da tradição gramatical que não correspondiam à realidade linguística do Brasil. Este trabalho pretende levantar algumas questões relacionadas à variação linguística e à história da língua portuguesa, especialmente na variedade brasileira. Também objetiva tratar de certos aspectos referentes à norma linguística, apresentando breves comentários sobre o papel da literatura na afirmação da identidade brasileira. Esta pesquisa apresenta alguns comentários do poeta sobre questões relacionadas ao emprego do registro coloquial, da norma padrão e da valorização de uma linguagem mais simples e popular. Além disso, faz um levantamento de certos exemplos que corroboram a proposta defendida neste trabalho sobre a intenção de Manuel Bandeira de demonstrar fatos correspondentes aos verdadeiros usos linguísticos dos falantes brasileiros, no que se refere à presença marcante da oralidade na escrita, a determinadas escolhas lexicais e a estruturas sintáticas características da língua portuguesa do Brasil.

Palavras-chave: Manuel Bandeira. Sintaxe. Vocabulário popular. Língua portuguesa do Brasil.

## RÉSUMÉ

La lutte contre l'excessif raffinement du langage et la défense d'une syntaxe plus révélatrice des faits grammaticaux du parler brésilien ont pris de l'importance à partir du Romantisme. Cependant, le mouvement moderniste a fortifié cette tendance, en resserrant le rapprochement parmi la parole et l'écriture. Même avant le Modernisme, Manuel Bandeira privilégiait déjà une écriture plus légère et simple, proche de la langue réellement en usage par les parlants brésiliens. Malgré sa formation académique classique, Manuel Bandeira s'est montré un fidèle défenseur d'une écriture littéraire effectivement simple, avec des caractéristiques propres de l'oralité, afin de pouvoir enregistrer les variations de la langue en fonction des différentes situations communicatives. En plus, il a toujours rejeté certaines exigences de la tradition grammaticale qui ne correspondaient pas à la réalité linguistique du Brésil. Ce travail a l'intention de fonder quelques questions sur la variation linguistique et l'histoire de la langue portugaise, spécialement au sujet de la variété brésilienne. Il vise également à traiter certains aspects relatifs à la norme linguistique, en présentant des brefs commentaires sur le rôle de la littérature dans l'affirmation de l'identité brésilienne. Cette recherche présente quelques commentaires du poète en ce qui concerne l'emploi du registre familier, de la langue formelle et de la valorisation d'un langage plus simple et populaire. En plus, elle apporte des exemples qui corroborent la proposition défendue dans ce travail sur l'intention de Manuel Bandeira de démontrer les faits correspondants aux véritables emplois linguistiques des parlants brésiliens, au sujet de la présence significative de l'oralité sur l'écriture, de certains choix lexicaux et de structures syntaxiques caractéristiques de la langue portugaise du Brésil.

Mots-clé: Manuel Bandeira. Syntaxe. Vocabulaire populaire. Langue portugaise du Brésil.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>SÍNTESE BIOGRÁFICA</b> .....	17
2	<b>UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	22
2.1	<b>O percurso do português pelo mundo</b> .....	27
2.2	<b>O português no Brasil</b> .....	27
2.2.1	<u>Algumas considerações sobre o português brasileiro</u> .....	35
2.2.2	<u>A língua portuguesa no Brasil: trajetória e consolidação pela literatura</u> .....	36
3	<b>O PORTUGUÊS DE PORTUGAL E O PORTUGUÊS DO BRASIL</b> .....	40
3.1	<b>A língua no Brasil: unidade na diversidade</b> .....	42
3.2	<b>Variação e norma linguística: escolha e adequação</b> .....	44
4	<b>FALA E ESCRITA: AS DUAS FACES DE UMA LÍNGUA</b> .....	47
5	<b>LÍNGUA E LITERATURA BRASILEIRAS COMO EXPRESSÃO DA CULTURA NACIONAL</b> .....	50
5.1	<b>O Romantismo e o sentimento de brasilidade: a contribuição de José de Alencar</b> .....	51
5.2	<b>O Modernismo brasileiro e as novas tendências linguísticas</b> .....	55
5.2.1	<u>A valorização dos costumes e tradições populares</u> .....	57
5.2.2	<u>O resgate do léxico coloquial</u> .....	58
5.2.3	<u>A defesa de uma sintaxe brasileira</u> .....	59
6	<b>MANUEL BANDEIRA E A LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	62
6.1	<b>Algumas reflexões sobre fatos da língua</b> .....	63
6.2	<b>Marcas de oralidade na sua escrita literária</b> .....	100
6.2.1	<u>Referência a um ouvinte</u> .....	101

6.2.2	<u>A imitação da fala na escrita</u> .....	106
6.3	<b>A valorização do vocabulário popular</b> .....	115
6.4	<b>A sintaxe bandeiriana: coloquialismo e características do português do Brasil</b> .....	130
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	157
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	160

## INTRODUÇÃO

Com o advento do Romantismo, teve início, na literatura brasileira, a proposta de se valorizar e fixar, na obra literária escrita, uma linguagem menos rebuscada e dotada de maior expressividade.

O movimento romântico preconizava a valorização da cultura brasileira e, conseqüentemente, pleiteava uma escrita que retratasse a manifestação linguística dos falantes do português do Brasil. Em outras palavras, a literatura deveria traduzir essa idealização nacional que ganhava vulto naquele momento.

Dentre os escritores dessa época, José de Alencar foi quem melhor representou o pensamento romântico sobre questões referentes à língua. Há de se mencionar que, embora Alencar tivesse se posicionado contrariamente a certas imposições linguísticas pautadas no modelo clássico, nem tudo foi efetivamente seguido ou cumprido por ele no conjunto de sua obra. No entanto, é inegável que, em muitos aspectos, a sua linguagem não deixou de exibir algumas peculiaridades assumidas pela língua portuguesa em território nacional.

O movimento romântico, no qual se destaca a figura de José de Alencar, defendia, portanto, uma escrita literária mais simples, que se aproximasse mais estreitamente da língua portuguesa do Brasil e que retratasse o coloquialismo e a informalidade da linguagem oral.

A oralidade influencia substancialmente a atividade de escrita de textos e, sem sombra de dúvida, a literatura não poderia escapar ilesa à sua força e espontaneidade. Desse modo, é indiscutível que a escrita literária recebe interferências e contribuições de elementos característicos da fala, seja em questões de escolhas lexicais, seja nos aspectos sintáticos de sua organização oracional.

Mesmo com a campanha iniciada no Romantismo de se empregar uma escrita que mais intimamente se assemelhasse à linguagem dos falantes brasileiros, até as décadas iniciais do século XX, as criações literárias ainda se mantiveram muito vinculadas às determinações da norma culta, certamente pelo fato de, em relação à escrita, estar subjacente a ideia de que ela corresponde a um estilo mais elaborado e planejado. O Modernismo – manifestação artística cujo marco inicial foi a Semana de Arte Moderna – avançou consideravelmente nessa proposta, não apenas na valorização da fala popular, mas atribuindo-lhe um lugar destacado na escrita literária.

Sob esse aspecto, Manuel Bandeira pode ser considerado o precursor do Modernismo, pois mesmo antes da explosão do movimento de 1922, já deixava evidente em suas obras o desejo de privilegiar uma escrita mais leve e simples, próxima da língua falada informal e com características do português brasileiro.

Embora não se considerasse efetivamente integrado ao movimento por não concordar com o radicalismo de alguns modernistas em relação a consagrados escritores de épocas anteriores, Bandeira estava em sintonia com o espírito modernista no combate aos exageros do culto da forma, do refinamento da linguagem e do apuro gramatical, em detrimento da clareza e da expressividade.

Por conhecer profundamente a língua portuguesa e ter completo domínio das questões do vernáculo, a atividade literária bandeiriana apresenta muitos exemplos de diferentes usos linguísticos, desde os empregos mais refinados e pautados na norma padrão, até os mais simples registros populares, observando-se, assim, uma significativa demonstração de como um mesmo usuário da língua pode se valer de diferentes registros em face de sua intenção comunicativa, além de representar a consciente e gradativa ruptura de Manuel Bandeira com a rigidez de certos preceitos impostos pela tradição gramatical.

Em consequência de sua comprovada competência filológica e de seu pleno domínio linguístico, o poeta pernambucano consegue transitar com extrema facilidade e criatividade entre os diversos registros. Desse modo, a sua escrita literária configura-se numa mescla de formalidade e coloquialismo, em que, aos poucos, é possível perceber que a energia expressiva da linguagem popular se sobrepõe a certos rigores da norma culta.

Exatamente pela variabilidade de usos linguísticos presentes na escrita literária bandeiriana, o conjunto de sua obra proporciona um rico manancial do qual se podem desenvolver múltiplas questões relacionadas aos mais diversos fatos da língua, como os estudos sobre variação linguística; as pesquisas sobre a influência da oralidade na escrita; e, de modo especial, as contendas acerca das diferenças léxico-sintáticas entre o português lusitano e o brasileiro, tema que, aliás, sempre despertou acalorados questionamentos entre estudiosos e escritores, principalmente a partir do movimento romântico, mas de forma mais contundente na fase da geração modernista de 1922. Permeavam as discussões certas características da língua portuguesa trazida pelo povo conquistador e as significativas influências que recebeu no Brasil, tanto da língua dos nativos brasileiros quanto a das nações

africanas ao longo da formação histórico-linguística do território brasileiro, o que modificou acentuadamente a fisionomia da língua portuguesa do Brasil.

Dentre vários outros escritores, Manuel Bandeira foi um dos que mais se destacaram no estudo desse matiz diferente do português brasileiro em relação ao europeu, tornando-se um dos maiores defensores da ideia de se retratar fatos peculiares da fala brasileira na escrita literária.

Em vista disso, a sua obra é capaz de apresentar exemplos vários das propostas a que este trabalho se destina analisar e das hipóteses que pretende levantar.

Inicialmente, a presente pesquisa objetiva discutir algumas questões referentes à história da língua portuguesa, enfatizando a sua manifestação em território brasileiro, especialmente em face das influências afro-ameríndias. Tais comentários são fundamentados, principalmente, nos estudos de CAVALIERE (2009), FARACO (1991/2008), SILVA (2004-a/2004-b), NARO & SCHERRE (2007), PRETI (1972) e TEYSSIER (1997).

Este trabalho pretende também destacar certos aspectos referentes à norma gramatical e à verdadeira manifestação linguística dos usuários do português do Brasil. Além disso, apresenta breves comentários sobre a importância da literatura no processo de afirmação da identidade brasileira, evidenciando o sentimento de brasilidade iniciado por José de Alencar, no período romântico, e revitalizado pelos escritores do movimento de 22, entre os quais Manuel Bandeira, que, assim como os demais modernistas, defendia uma escrita literária verdadeiramente reveladora das características linguísticas do português brasileiro. Os argumentos acerca dos usos e de certas particularidades do português em território brasileiro em contraste com o lusitano, bem como do resgate da língua portuguesa do Brasil e dos costumes nacionais por meio das manifestações literárias encontram respaldo, de modo especial, nos postulados de BARBADINHO NETO (1972), LESSA (1976) e MELO (1981).

A pesquisa apresenta vários comentários do poeta pernambucano – presentes na sua produção literária e na correspondência com Mário de Andrade – acerca de diferentes fatos da língua, tanto em relação a questões relacionadas ao emprego do registro coloquial e da norma padrão, quanto à sua preocupação de privilegiar uma linguagem mais simples e popular. Além disso, faz um levantamento de alguns exemplos comprobatórios da proposta deste trabalho de revelar a



intenção de Manuel Bandeira de apresentar, na sua obra, usos correspondentes à verdadeira manifestação linguística dos falantes brasileiros, no que tange à significativa presença da oralidade na escrita, a determinadas escolhas lexicais acentuadamente populares e a estruturas sintáticas que realmente caracterizam a língua portuguesa do Brasil. Esses exemplos retirados do *corpus* selecionado – que abrange a produção poética e a prosa de Manuel Bandeira, bem como a correspondência com Mário de Andrade – comprovam suas lúcidas reflexões sobre a língua e o seu consciente afastamento de certos rigores impostos pela tradição gramatical. A amostra do confronto entre as determinações gramaticais e uma escrita baseada na linguagem verdadeiramente empregada pelos falantes brasileiros baseia-se, fundamentalmente, nas abordagens teóricas de AZEREDO (2008), BECHARA (2003/2004), CASTILHO (1962/2010), CUNHA & CINTRA (1984), ELIA (1998), LUFT (1993), NEVES (1994/1997/2000) e LIMA (1982).

Cumprido ressaltar que, evidentemente, a análise leva em consideração a época em que o poeta exerceu sua atividade literária, tanto em relação às novas tendências defendidas pelo movimento de 22, quanto em face do período de vida do poeta. Entretanto, acredita-se que, para a época principalmente, a produção literária de Manuel Bandeira já se mostrava bastante reveladora de uma proposta de aproximação entre fala e escrita, apresentando características léxico-sintáticas de fatos peculiares da realidade linguística brasileira.

A produção artística bandeiriana, portanto, constitui uma rica fonte de consulta de onde se podem destacar fatos que, apresentando desvios em relação à norma culta preconizada pela gramática tradicional, são comumente empregados pelos falantes do português brasileiro, cujos usos encontram respaldo na afirmação de Maria Helena de Moura Neves, no artigo *Uma visão geral da gramática funcional* publicado na Revista Alfa (1994, p. 109.), no qual cita Mackenzie:

Mackenzie (1992) afirma que a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). Em outras palavras, a gramática funcional visa a explicar regularidades dentro das línguas e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua.

Tomando como base a citação, pode-se defender que a língua, como instrumento de interação entre os indivíduos, deve ser sistematizada em face do que é usual e recorrente entre os seus falantes. A gramática não pode estar centrada em informações que não condizem com a realidade linguística de seus usuários, ou seja, o aspecto funcional, a língua verdadeiramente em uso deve ser privilegiada, respeitando-se, evidentemente, certos critérios de empregos lexicais e de aspectos sintáticos de sua organização oracional essenciais à clareza da enunciação, à adequação à situação comunicativa e ao perfeito entendimento discursivo entre seus utentes.

A gramática deve considerar, principalmente, determinadas características que já se tornaram comuns e amplamente utilizadas pela maioria dos falantes de uma língua; fatos que verdadeiramente já fazem parte da norma linguística, pois constituem usos em pleno funcionamento, uma vez que se apresentam como empregos recorrentes pelos seus usuários, mas que, entretanto, não pertencem ao sistema. As prescrições gramaticais não podem ficar na contramão da realidade linguística de uma comunidade de falantes.

Nesse sentido, vale ressaltar que certos empregos linguísticos encontrados na obra de Manuel Bandeira estão profundamente alinhados com o ideal do movimento modernista e com uma visão mais funcional do uso da língua, por promoverem significativa interação com o leitor, além de constituírem subsídios para uma reflexão sobre a língua portuguesa e de como ela é, efetivamente, realizada por seus falantes.

Antecede este trabalho um resumo biográfico de Manuel Bandeira a fim de destacar fatos marcantes da vida do poeta, que tiveram influência determinante na sua produção literária.

## 1 SÍNTESE BIOGRÁFICA<sup>1</sup>

O poeta se apresenta:

Manuel Bandeira  
(Sousa Bandeira.  
O nome inteiro  
Tinha Carneiro).

(“Manuel Bandeira”, *MM*, 1948 / *in: Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 289.).

Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho nasceu no dia 19 de abril de 1886, em Recife. De seu pai, um engenheiro amante das letras, herdou o amor pela poesia e pela cultura nacional. Com ele, aprendeu a reconhecer a beleza da língua portuguesa, tanto nos moldes canônicos do português lusitano, como na fala da gente simples brasileira, o encanto de tudo enfim que

Vinha da boca do povo na língua errada do povo  
Língua certa do povo  
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil.

(“Evocação do Recife”, *Li*, 1930 / *in: idem*, p. 133.).

Como sua mãe, Francelina Ribeiro de Sousa Bandeira (Dona Santinha, como era chamada por todos), também era míope e dentuço. Admirava na mãe a espontaneidade e lamentava-se do fato de, ao contrário de Dona Santinha, ser muito tímido.

Manuel Bandeira tinha dois irmãos mais velhos: Antônio e Maria Cândida. Esta, sua grande amiga, seria sua enfermeira dedicada no período em que esteve doente.

---

<sup>1</sup> Dados biográficos baseados principalmente no que apresenta Francisco de Assis Barbosa em *Manuel Bandeira: 100 anos de poesia*, Recife: Pool, 1988.

Desde o tempo em que o pai trabalhou como engenheiro da Comissão de Prolongamento da Estrada de Ferro de Pernambuco levou vida itinerante.

Em 1890, a família mudou-se para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo. Retornaram ao Rio, onde ficaram durante dois anos.

Em 1892, a família voltou ao Recife, onde permaneceu até 1896. Manuel Bandeira frequentou o colégio das irmãs Barros Barreto e o de Virgínio Marques Carneiro Leão. Durante esses quatro anos, morou na Rua da União, na casa de seu avô materno, Antônio José da Costa Ribeiro, a quem se refere em “Evocação do Recife”.

A esse período de idas e vindas entre São Paulo, Rio de Janeiro e Recife remontam importantes recordações. Em vários poemas, faz referência às brincadeiras na Rua da União e nas que a circundavam, como as ruas da Saudade, do Sol e da Aurora. Também as pessoas com as quais conviveu nessa época transformaram-se em personagens nas suas poesias, como Tomásia, cozinheira da casa do avô; Rosa, sua ama-seca; Dona Aninha Viegas, de cuja casa quebrou as vidraças por várias vezes em suas brincadeiras de rua; e Totônio Rodrigues, que despertava a atenção do menino Bandeira pelo pincenê que usava na ponta do nariz. Constam desse momento outras lembranças marcantes, como o porquinho-da-índia, a quem o poeta chamaria de “primeira namorada”; as leituras dos livros *João Felpudo*, *Simplício olha para o ar* e *Viagem à roda do mundo numa casquinha de noz*; o trem de ferro das constantes viagens com a família; o contato com os vendedores de rua; as visitas às feiras livres; e tantas outras mencionadas em seus poemas ao longo de sua vida, como em “Infância”, no qual expressa as reminiscências dessas repetidas mudanças.

Manuel Bandeira e sua família retornaram ao Rio de Janeiro em 1896. Estudou no Ginásio Nacional, nome que passara a ter o Colégio Pedro II nos anos iniciais da República. No primeiro ano do curso, teve como professor de Português José Júlio da Silva Ramos, que exerceu grande influência em sua escrita literária. Também foram professores de Bandeira, no período do Ginásio Nacional, Ramiz Galvão, Manuel Said Ali e José Veríssimo, entre outros. Com José Veríssimo, o poeta viveu um momento jamais esquecido. Certa vez, durante a aula de Geografia, o professor perguntou o nome do maior rio de Pernambuco. Manuel Bandeira, nascido naquele estado, apressou-se em responder: “– Capibaribe”. Imediatamente o professor retrucou, dizendo que era fácil notar que o aluno era pernambucano e

pronunciou a palavra com o som do e aberto, imitando o sotaque nordestino. Logo corrigiu: “– Capiberibe”. Mais tarde, já poeta, Bandeira registrou o fato em “Evocação do Recife”.

Assim como os antigos professores do Ginásio Nacional exerceram influência na futura produção literária do poeta, também o mesmo aconteceu com alguns de seus colegas de turma, entre os quais dois iriam figurar, mais tarde, entre os nomes de maior relevância no cenário linguístico e cultural do país: Sousa da Silveira e Antenor Nascentes, que se tornariam grandes filólogos.

Antenor Nascentes manteve com o poeta estreitas relações de amizade. Tinha-o como um dos mais vivos e inteligentes alunos do Ginásio, atento a qualquer erro cometido. Foi Manuel Bandeira quem o alertou sobre o cuidado com a colocação dos pronomes, seguindo a tradição portuguesa. De acordo com Nascentes, ficaram tão enraizadas as orientações do amigo que sempre evitou colocar os pronomes átonos à moda brasileira<sup>2</sup>, ao passo que o próprio Bandeira se valeu desse emprego em muitos momentos de sua escrita literária.

Entre todos, porém, o mais querido amigo foi, sem dúvida, Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, amigo constante e fiel desde os tempos de escola. Grande foi a influência de Sousa da Silveira sobre Manuel Bandeira, que sempre reconheceu no amigo um homem de caráter superior e de profundos conhecimentos, principalmente acerca dos fatos linguísticos. Desde os tempos de estudante do Ginásio, sob a influência do professor Silva Ramos, o jovem Sousa da Silveira passou a demonstrar especial interesse pelo estudo da língua, dedicando-se à leitura de grandes escritores clássicos. Tanta dedicação e competência fariam dele, no futuro, um dos maiores e mais completos filólogos do nosso país. Nele, Manuel Bandeira sempre depositou total confiança, valendo-se de sua preciosa orientação com frequência. Além de amigo, Bandeira considerava Sousa da Silveira o Mestre de toda a vida.

Em 1902, Manuel Bandeira concluiu os estudos no Ginásio Nacional. Nesse mesmo ano, o poeta transferiu-se com a família para São Paulo. O poeta matriculou-se na Escola Politécnica para fazer o curso de Arquitetura.

Envolvido com as atividades escolares, passou todo o ano de 1903 e parte do de 1904, com uma breve interrupção devido a uma pleurisia seca.

---

<sup>2</sup> Informações colhidas em *Homenagem a Manuel Bandeira* (Rio de Janeiro, 1936, p. 65.).

Terminadas as aulas naquele ano letivo, foi passar as férias em Itaipava, na fazenda de um amigo de seu pai. Numa certa manhã, viu manchas de sangue na cama. De volta ao Rio de Janeiro, foi examinado por um médico que fez o terrível diagnóstico: tuberculose.

Com o avanço da doença, viu-se forçado a abandonar o curso de Arquitetura e passou a levar uma vida regrada. Passava horas lendo e escrevendo poesias. Em 1908, publicou o seu primeiro poema, “Rondó”, na revista *Careta*.

De 1908 a 1912, residiu em Santa Teresa, onde conheceu a senhora Frèdy Blank, o grande amor de sua vida.

Manuel Bandeira passou os anos de 1913 e 1914 em Clavadel, na Suíça, em busca de melhor tratamento para a doença.

No final de 1914, regressou ao Brasil, dando início à seleção dos poemas que constituiriam o seu primeiro livro, *A Cinza das Horas*, publicado em 1917, mesmo ano em que faleceu a sua mãe.

Em 1919, um ano depois da morte da irmã, organizou outra coletânea de poemas, intitulada *Carnaval*. Na sequência, suas principais publicações foram: *O Ritmo Dissoluto* (1924); *Libertinagem* (1930); *Estrela da Manhã* (1936); *Crônicas da Província do Brasil e Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica* (1937); *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana, Guia de Ouro Preto* e a edição das *Poesias*, de Alphonsus de Guimaraens (1938); *Noções de História das Literaturas* (1940); a antologia *Obras Poéticas*, de Gonçalves Dias (1944); *Apresentação da Poesia Brasileira* (1946); *Mafuá do Malungo* (1948); *Opus 10* (1952); a edição das *Rimas*, de José Albano; *Gonçalves Dias* (1952); *Itinerário de Pasárgada* (1954) e *Estrela da Tarde* (1960).

Manuel Bandeira também exerceu intensa atividade como tradutor. Traduziu várias peças teatrais, como *Maria Stuart*, de Schiller (1955); *Colóquio-Sinfonieta*, de Jean Tardieu (1958) e *Macbeth*, de Shakespeare (1961), entre outros.

Em 1963, então com 77 anos, passou a escrever crônicas que ele mesmo lia no programa “Grandes Poetas do Brasil”, da rádio Roquette-Pinto.

Em comemoração aos 80 anos do poeta, em 1966, a Editora José Olympio lançou uma edição de sua obra completa, sob o título de *Estrela da Vida Inteira*.

A saúde de Manuel Bandeira sofreu um grande declínio em 1968. Os últimos meses de vida passou em Copacabana, com Maria de Lourdes Heitor de Sousa, sua companheira no final da vida.

Por fim, foi levado para o Hospital Samaritano, em Botafogo, onde faleceu no dia 13 de outubro de 1968. Foi enterrado no Mausoléu da Academia Brasileira de Letras, no Cemitério São João Batista.

## 2 UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ataliba de Castilho, em sua obra *Nova gramática do português brasileiro* (2010, p. 169.), propõe uma síntese da história do português, desde os seus antepassados remotos, que convém transcrever:

- (i) Entre 4.000 e 3.500 a.C: indo-europeu, a "língua-avó" do português, falado por um povo que migrou do norte do mar Negro em direção às planícies do Danúbio. O indo-europeu é a maior família de línguas do mundo, abrigando 60 delas, faladas por 1,7 bilhão de indivíduos, entre falantes nativos e não nativos.
- (ii) Entre 700 a.C até 600 d.C.: latim, língua derivada do ramo itálico do indo-europeu, falado inicialmente na região do Lácio, na península itálica. Entre 218 a.C. e 19 a.C., o latim foi levado à península ibérica, em que se implantaria apenas por volta do ano 400 d.C.
- (iii) Entre o século VII e IX d.C, o latim vulgar dá surgimento ao romance, estágio linguístico que anuncia o desaparecimento do latim e o surgimento das línguas românicas, entre elas o português.
- (iv) Entre os séculos IX e XIII, o romance do noroeste da península ibérica dá origem ao galego-português, posteriormente português.
- (v) A partir do século XVI, o português expande-se pelo mundo, com sua chegada à África, à Ásia e ao Brasil.

Partindo do resumo apresentado anteriormente, bem como em postulado de Faraco (2008), observa-se que a língua portuguesa pertence ao grupo das línguas românicas, ou neolatinas, e teve sua origem no latim falado, levado para a Península Ibérica por volta do século II a. C., como consequência das conquistas políticas do Império Romano. Originada no Lácio, na Itália Antiga, o latim expandiu-se por quase todo o mundo conhecido devido ao espírito de organização e domínio bélico e político-cultural de Roma.

O português, portanto, constitui o desdobramento histórico dos falares românicos de origem latina que se desenvolveram no noroeste da Península Ibérica, na área hoje representada pelo norte de Portugal e pela Galiza, região da Espanha. No século XII, partiram dessa região, tendo por base o Condado Portucalense e sob o comando do conde Afonso Henriques, forças envolvidas no processo histórico chamado Reconquista Cristã, ou seja, a retomada dos territórios ibéricos aos árabes. A extensão das fronteiras do Condado para o sul formou uma unidade política que se consolidou como um reino autônomo – o reino de Portugal –, quando, em 1139, o conde Afonso Henriques passou a usar o título de rei.

Em 1147, se deu a conquista de Lisboa e, posteriormente, a incorporação do Alentejo e do Algarve. Na metade do século XIII, Portugal já estava com suas fronteiras atuais claramente definidas.



O deslocamento das fronteiras para o sul; a constituição do novo reino, que se estendia do Rio Minho ao Algarve; a fixação do governo no centro-sul, primeiramente em Coimbra e depois em Lisboa; e a permanência da Galiza fora dos domínios de Portugal foram os principais fatores que concorreram para quebrar, em parte, a unidade linguística original. A língua desse período – após, portanto, o processo de Reconquista na Península Ibérica – é denominada pelos estudiosos de galego-português, que se originou do romance, língua variante do latim, trazida ao mundo pelos romanos.

Mais tarde, com o avanço dos cristãos para o sul, os dialetos nortenhos e mouros (consequência da invasão dos árabes na região hoje conhecida como Andaluzia) começaram a misturar-se, fazendo nascer uma nova língua: o português arcaico. A separação definitiva do galego e do português consolidou-se com a independência de Portugal.

No período renascentista, a língua sofreu novas influências – gregas e italianas – tornando-a mais complexa. Por fim, com Portugal sendo governado por tronos espanhóis e sob a tendência francesa ascendente no século XVIII, o idioma português incorporou algumas características castelhanas e francesas, aproximando-se do idioma que conhecemos hoje: o português moderno.

Já a partir de meados do século XV, o português – na esteira da expansão marítima de Portugal – se tornou uma língua internacional, com falantes seus se estabelecendo ao longo da costa do continente africano, Índia, América, China e Japão.

Na África e na Ásia, a principal característica do império mercantil português era a demarcação de territórios para servirem de entrepostos para a obtenção de produtos que movimentavam a rede mercantil portuguesa e portos de apoio às frotas comerciais que transportavam as especiarias do Oriente para a Europa.

Por um lado, a expansão de Portugal fez a sua língua ressoar na África e na Ásia; por outro, deu também origem, por força do intercâmbio com as populações locais, a várias línguas de contato – os pidgins e crioulos africanos e asiáticos de base portuguesa. A maioria dessas línguas desapareceu; outras sobreviveram, seja como línguas nacionais (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe), seja como expressão de pequenas comunidades, como em Goa e Málaca, com resquícios em Macau e Timor.

No século XVII, Portugal perdeu boa parte dessa rota comercial para os holandeses, sendo que, dos entrepostos asiáticos, conseguiu manter apenas Macau (até 1999); Timor Leste (até 1975); e Damão, Diu e Goa, na Índia (até 1961).

Com a perda dos entrepostos, enfraqueceu também a presença da língua portuguesa na Ásia, que, aliás, já não era dominante na época do domínio português, considerando que a população que a falava como primeira língua sempre foi quantitativamente pouco expressiva.

À medida que Portugal ia perdendo sua rota asiática para os holandeses, crescia sua presença no Atlântico Sul, com a ocupação agrícola do Brasil a partir da segunda metade do século XVI. Nesse processo, a economia de coleta, que se baseava no corte do pau-brasil e na exploração do trabalho indígena, foi transformada numa economia de produção açucareira intensiva por meio do trabalho escravo, conseguido pelo tráfico de africanos. No Brasil, portanto, a presença portuguesa não se limitou a estabelecer entrepostos comerciais, mas constituiu uma colônia de exploração e de permanente povoamento.

Antes de impulsionar a produção açucareira no Brasil, os portugueses a desenvolveram nas ilhas e arquipélagos do Atlântico ocupados por eles já nas primeiras décadas da expansão marítima. A ilha da Madeira foi ocupada em 1419, os Açores em 1431, Cabo Verde em 1460 e São Tomé e Príncipe em 1470.

Cada uma dessas ocupações coloniais teve história e desdobramentos diferentes. Nenhuma dessas áreas era habitada no período da chegada dos primeiros navegadores portugueses. Sua povoação incluiu, no início, escravos trazidos da costa africana para trabalharem nas plantações de algodão (em Cabo Verde) e na cultura açucareira nos demais territórios insulares. Entretanto, no decorrer do tempo, duas situações distintas se estabeleceram. Para Madeira e Açores, foram continuamente transferidos, em maior número, povoadores vindos de Portugal. Já para Cabo Verde, São Tomé e Príncipe foram deslocadas, em grande maioria, populações oriundas de diferentes locais da costa africana.

O perfil acentuadamente heterogêneo dessas ilhas – que foram basicamente entrepostos do tráfico negreiro – e as características de sua população, ao longo da colonização portuguesa no Atlântico, contribuíram para o desenvolvimento de línguas crioulas de base portuguesa ainda hoje faladas pela maioria das respectivas populações, a saber, o crioulo cabo-verdiano e o são-tomense.

O atual território de Guiné-Bissau não passou, num primeiro momento, de um mero entreposto para o comércio do ouro e, posteriormente, para o tráfico de escravos. A diversidade étnica e linguística do território e o fluxo do tráfico provocaram também ali o surgimento de uma língua crioula de base portuguesa – o crioulo guineense –, ainda hoje falada pela maior parte da população, ao lado de várias outras línguas africanas.

Em Angola e Moçambique, de início, a ocupação se fez basicamente na costa, permanecendo assim até as últimas décadas do século XIX. Sua função principal era fornecer escravos para o tráfico. Com a extinção, em Portugal, do tráfico negreiro em 1850, a metrópole – que já perdera o Brasil em 1822 – passou a dar maior atenção a esses dois territórios, estimulando intensamente a sua ocupação. Com isso, Portugal objetivava a reposição das perdas econômicas decorrentes do fim do tráfico de escravos, ao mesmo tempo em que garantia o seu domínio sobre esses territórios na época em que Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Bélgica desenvolviam políticas neocoloniais, dividindo entre si o continente africano.

No início da descolonização da África, nos anos de 1950, Portugal – sob a ditadura salazarista desde 1928 – recusou-se a abrir mão dos territórios que ocupava. Em 1961, viu seus territórios indianos serem invadidos e incorporados à Índia. Em seguida, envolveu-se num confronto militar com os movimentos nacionalistas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que lutavam por sua independência.

A guerra enfraqueceu sobremaneira a economia de Portugal e, ao mesmo tempo, deixou o país cada vez mais isolado internacionalmente.

Em 1974, a chamada Revolução dos Cravos – movimento desencadeado por jovens oficiais das Forças Armadas – derrubou a ditadura e desmontou a estrutura colonial. Em fins de 1974 e meados do ano seguinte, Portugal reconheceu a independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Apesar de ser a língua do antigo colonizador, cada um desses novos países adotou a língua portuguesa como língua oficial por considerarem sua utilidade na facilitação do intercâmbio internacional e mesmo na sua organização nacional.

Pode-se resumir a situação atual da língua portuguesa no mundo apontando os seguintes aspectos<sup>3</sup>:

- a) ela é a língua hegemônica em apenas dois países: Portugal e Brasil;
- b) é a língua oficial de oito países (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) e de Macau, que foi incorporado em 1999 à China como Região Administrativa Especial;
- c) é falada em comunidades de imigrantes em vários lugares do mundo, dentre os quais Estados Unidos, Canadá, Venezuela, África do Sul, França, Alemanha, Japão, Paraguai, Austrália;
- d) é ainda falada em pequenas comunidades remanescentes do colonialismo português na rota da Ásia, como em Goa (Índia); ou em áreas de antiga ocupação portuguesa, como no norte do Uruguai.

Nesses contextos, excetuando-se Portugal e Brasil, o português é língua minoritária. No caso das comunidades de imigrantes e das comunidades remanescentes, seu futuro é incerto, enquanto que nos territórios onde ela é língua oficial, mas não hegemônica, a previsão é de ampliação de sua presença, seja como língua materna, seja como segunda língua.

Apesar de o português ser uma língua internacional e contar com um expressivo número de falantes, há particularidades que relativizam seu peso quantitativo, criando empecilhos para uma maior projeção em relação às demais línguas internacionais.

Inicialmente, é preciso lembrar que praticamente 85% de seus falantes estão concentrados em um único país – o Brasil. Em vista disso, parece inegável que a

---

<sup>3</sup> Cf. FARACO, C.A. (Org.). *Português: um nome, muitas línguas*. In: *Salto para o futuro*, n. 08, p.12-21, 2008. SEED/MEC.

Disponível em: <[HTTP://tvbrasil.org/fotos/salto/series/164032pot\\_ling.pdf](http://tvbrasil.org/fotos/salto/series/164032pot_ling.pdf)> Acesso em 12/06/11.

alta concentração de falantes dá ao Brasil um papel relevante no futuro da língua e de sua difusão pelo mundo.

## 2.1 O percurso do português pelo mundo

Segundo Castilho (*op. cit.*), o castelhano e o português são as línguas neolatinas que mais se difundiram pelo mundo. O autor destaca que, em decorrência das grandes navegações empreendidas pelos portugueses, ocorreram os descobrimentos, que revelaram o caminho marítimo para as Índias e para a América do Sul, bem como a passagem para o Pacífico.

Nessa expansão, a língua portuguesa da Europa acabou alcançando todos os continentes, embora tenha fixado raízes mais fortes na América do Sul (Brasil), na África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e Ásia (Timor Leste).

Consoante informações de Castilho (*idem*), hoje o português é a quinta língua do mundo, considerando-se a extensão territorial em que é falada; e a oitava, levando-se em conta o número de falantes – contando com mais de duzentos milhões de indivíduos, sendo o Brasil, na atualidade, a maior nação de língua portuguesa no mundo.

## 2.2 O português no Brasil

Castilho (*idem*, p. 174.) reforça que, a partir da chegada de Cabral ao Brasil em 1500, oito focos irradiadores, quase todos localizados no litoral norte brasileiro, promoveram o povoamento do Brasil e, conseqüentemente, o início da implantação da língua portuguesa em seu território:

a) quatro no século XVI: São Vicente/São Paulo (1532, 1554), Olinda/Recife (1535), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1557);

b) dois no século XVII: São Luís do Maranhão (1612) e Belém (1616);

c) dois no século XVIII: Florianópolis (1738) e Porto Alegre (1752).

Sílvio Elia, em *A língua portuguesa no mundo* (1998, p. 21.), também ao enfocar a questão da língua portuguesa do Brasil, argumenta que o território brasileiro era povoado por diversas tribos indígenas, portanto, linguisticamente, não havia unidade, mas diversidade de falares.

Dentre essas línguas, destacam-se as da família tupi-guarani, constituintes da base do que foi chamado de língua geral, ou língua brasílica – uma língua popular, utilizada por índios e não índios, servindo “de instrumento geral e padronizado de intercâmbio verbal” (ELIA, *op. cit.*, p. 69.). Essa língua geral chegou a ser estudada gramaticalmente pelos jesuítas, mas acabou sendo substituída pelo português.

Além das línguas nativas dos habitantes das terras brasileiras, escravos africanos foram trazidos para o Brasil e, com eles, suas línguas. Conforme Elia (*idem*, p. 5.), as duas principais famílias de língua trazidas pelos africanos foram o nagô ou iorubá e o quimbundo. Essas línguas também acabaram sendo suplantadas pelo português, restringindo-se cada vez mais seu uso a domínios especializados, como em rituais religiosos, cânticos, danças, contos populares, etc.

O predomínio da língua portuguesa foi-se consolidando a partir da segunda metade do século XVII, culminando com a Lei do Diretório, de inspiração pombalina<sup>4</sup>, que proibia o uso da língua geral nas escolas, nas quais apenas a língua portuguesa deveria ser ensinada. Essa decisão, segundo Elia (*idem*, p. 27.), contribuiu para que se acelerasse o processo já crescente e irreversível de predomínio da língua portuguesa, que passou a se constituir o idioma de toda a nação brasileira.

A partir do século XIX, várias correntes migratórias de alemães, italianos, poloneses, japoneses, etc., chegaram ao Brasil trazendo novos costumes, sotaques e vocabulário, o que favoreceu significativamente o enriquecimento do português brasileiro. Tal situação, embora não representasse uma ameaça à sua unidade enquanto língua portuguesa, colaborou para o surgimento e consolidação de diferenças mais acentuadas entre as variedades linguísticas brasileira e lusitana.

---

<sup>4</sup> O Marquês de Pombal, ministro durante o reinado de D. José I (1750-1777), implementou uma modernização do ensino da língua portuguesa no território brasileiro, instituindo a Lei do Diretório dos Índios, em 1757, que extinguiu o uso da língua geral e tornava obrigatório o ensino sistemático do português nas escolas. O português institucionalizado, fixado pela gramática e ensinado em sua forma escrita exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte assegurou a Portugal sua unidade e identidade como nação, formando a ideia de língua homogênea e estável. A noção de homogeneidade linguística representava a hegemonia portuguesa na colônia, pois era a língua da elite administrativa e das autoridades jurídicas e eclesiásticas.

Levando-se em conta os fatores sócio-históricos que exerceram influência a partir da conquista do território brasileiro, avançando pelos períodos colonial e pós-colonial, é possível deduzir um panorama de multilinguismo originado pela miscigenação das diferentes etnias presentes no Brasil. Mesmo com as imposições da política linguística pombalina, pode-se desenvolver uma ideia acerca da origem e da formação do português brasileiro.

Evidentemente, o seu processo inicial de transmissão constituiu-se socialmente num contexto de oralidade, desprovido das exigências inerentes à escolarização e das regras normativas da escrita, resultando, conseqüentemente, numa variante diferente da europeia em vários aspectos. Desse maneira, a língua portuguesa do Brasil passou a apresentar variações com configurações profundamente modificadas e com características próprias, seja por influências afro-ameríndias, seja pelo processo de deriva por que passam as línguas no decorrer do tempo.

Ainda na esteira dos estudos sobre o português em terras brasileiras, Ricardo S. Cavaliere, no artigo *As quatro vertentes da pesquisa sobre o português do Brasil* (2009, p. 197.), referindo-se às pesquisas sobre o tema, propõe quatro vertentes principais, a saber:

a vertente dos estudos lexicográficos, dedicada à elaboração de dicionários, vocabulários ou mesmo pequenos léxicos de brasileirismos; a vertente dos estudos de descrição linguística, em que se busca o estudo do Português Brasileiro segundo as áreas de interesse da investigação linguística *lato sensu* (gramática, léxico, fonologia, semântica); a vertente dos estudos de política linguística, cujo escopo circunda a delicada questão da língua como traço de identidade cultural e expressão da nacionalidade; e a vertente dos estudos sócio-históricos, cuja produtividade ganha exponencial nível a partir da segunda metade dos anos noventa do século XX.

É correto dizer que não há divisão nem sucessão cronológica entre as vertentes citadas, pois todas existem paralelamente e ainda continuam em pauta no panorama moderno da produção acadêmica brasileira no que se refere aos estudos sobre o português brasileiro.

Na primeira vertente – a dos estudos lexicográficos –, afirma-se que os primeiros estudos acerca dos fatos característicos da língua falada no Brasil se mantiveram estreitamente ligados à área da lexicografia. “(...) mesmo antes da metade dos oitocentos, começam a surgir os léxicos regionais dedicados a

esclarecer o sentido que certos termos típicos tinham em áreas restritas do território nacional” (CAVALIERE, *op. cit.*, p. 198.).

O primeiro documento de natureza teórica sobre a questão da língua portuguesa do Brasil foi escrito por Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca<sup>5</sup>.

Dentre os mais relevantes trabalhos pertencentes à vertente lexicográfica, merecem destaque o *Dicionário da língua brasileira*, de Luís Maria Silva Pinto (1832); o *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, de Brás da Costa Rubim (1853), estudos essencialmente comprometidos com o vocabulário regional; o *Glossário de vocábulos brasileiros, tanto dos derivados como daqueles cuja origem é ignorada*, do Visconde de Beaurepaire-Rohan (1883), publicado na *Gazeta Literária*, e que, em 1889, transformou-se no *Dicionário de vocábulos brasileiros*; e *A linguagem popular amazônica* (1884), de Macedo Soares, constando de um glossário de aproximadamente 120 palavras de origem tupi utilizadas na Amazônia.

No século XX, embora não fosse completamente relegada a investigação sobre a temática do português do Brasil, a vertente lexicográfica passou a dividir a atenção dos estudiosos com outras áreas de investigação linguística.

A segunda vertente, relacionada aos estudos de descrição gramatical, detém-se numa determinada área de estudo, como os das pesquisas dialetais e os estudos relacionados ao português brasileiro *lato sensu*. No ramo das pesquisas dialetais, o português regional é analisado, principalmente, sob os aspectos da fonologia, da morfologia, da sintaxe, do léxico e da semântica. Dentre os trabalhos realizados no âmbito dos estudos dialetais, destacam-se, principalmente, *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, publicado em 1920; e *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, de 1922.

Aos trabalhos pioneiros de Amadeu Amaral e Antenor Nascentes, seguiram-se várias obras também importantes e de grande valia para os estudos relacionados às variantes regionais, como *A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*, de Mário Marroquim (1934); *A linguagem dos cantadores* (1933), de Clóvis Monteiro; *Vento nordeste, ensaio dialetológico* (1970), de Valter Medeiros; *Dinâmica de uma linguagem: o falar de Alagoas* (1976), de Paulino Santiago; *A gíria baiana* (1973), de

---

<sup>5</sup> O trabalho de Pedra Branca, publicado em língua francesa, pode datar de 1824 ou 1825. Cf.: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=697&sid=293>.



Alexandre Passos (1973); *A linguagem popular do Maranhão* (1979), de Domingos Vieira Filho; *Aspectos da linguagem do espraiado* (1958), de Antonio José Chediak, obra na qual o autor faz uma rigorosa transcrição fonética da fala característica dessa área mineira; *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca* (1959), de Antônio Houaiss; *A linguagem de Goiás* (1944), de José Aparecido Teixeira; *A linguagem popular da Bahia* (1951), de Edison Carneiro; e *Aspectos do falar paraense: fonética, fonologia e semântica* (1980), de Maria de Nazaré da Cruz Vieira.

Também faz parte do objetivo dessa vertente uma análise contrastiva entre a língua falada no Brasil com o português de Portugal. Essas pesquisas detinam-se a confrontar as áreas básicas do estudo linguístico, como o léxico, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica, bem como investigar se os aspectos peculiares do português brasileiro são criações próprias do território nacional ou se consistem em vestígios do português medieval.

Estudos gerais sobre as peculiaridades do português brasileiro baseiam-se, evidentemente, nos três pilares genéticos da língua no Brasil: o português, o tupi e as línguas africanas. Cavaliere (*idem*, p. 203.) apresenta como referência nessa perspectiva a obra *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo, publicada em 1946, que creditou ao autor merecido reconhecimento, consagrando-o como um dos mais competentes filólogos brasileiros do século XX.

Na área de investigação da terceira vertente, que se dedica aos estudos de política linguística, as pesquisas sobre o português do Brasil concentram temas de extrema relevância na promoção de um entendimento mais seguro sobre o percurso trilhado pela língua portuguesa em território americano, como também colaboram para uma melhor compreensão do papel exercido pela língua portuguesa como fator de expressão da identidade nacional e da caracterização do indivíduo nos diversos níveis sociais.

Alguns dos mais proeminentes filólogos brasileiros dedicaram-se aos estudos sobre a política da língua, desde o início do século XX. Dentre os trabalhos mais relevantes, merece destaque o ensaio *A língua nacional*, de João Ribeiro, no qual o autor defende veementemente a expressão “estilo brasileiro” como forma de enfatizar uma nova feição linguística moldada no território brasileiro, com características bastante contrastivas em relação ao modelo lusitano:

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar ideias e sentimentos que nos são pessoais.

(RIBEIRO, 1979, p. 51, *apud* CAVALIERE, 2009, p. 204.).

Também meritório é o texto póstumo *A questão da língua brasileira*, de 1957, de Herbert Parentes Fortes, em que pretende fundamentar as mudanças pelas quais passou o português do Brasil como consequências inerentes à irreversibilidade das mudanças sociais ocorridas em território nacional.

O embate acerca das diferenciações entre o português do Brasil e o de Portugal encontrou apoio e repúdio igualmente entusiasmados, criando em alguns estudiosos e escritores um forte sentimento de brasilidade, mesclado com uma enfática insatisfação de outros intelectuais diante do que argumentavam ser uma “corrupção” sofrida pela língua de Camões no âmbito do “dialeto brasileiro”, expressões comumente presentes nos estudos de Adolfo Coelho, conforme comentário de Cavaliere (*op. cit.*, p. 205.). Essas divergências podem ser comprovadas na leitura de *Língua brasileira*, de Edgard Sanches, publicação de 1940, em que o autor se posiciona favoravelmente à designação “língua brasileira”, em confronto com a obra *A língua do Brasil* (1954), em que Luís Vianna Filho defende a inexistência de fundamentação linguística suficiente para justificar tal denominação.

Na verdade, a partir da segunda metade do século XIX, motivados pela conquista da independência de Portugal, fortaleceu-se entre os brasileiros o sentimento de língua como expressão de nacionalidade, configurando-se uma clara intenção de assenhoreamento da língua do colonizador português pelo povo brasileiro, crescendo cada vez mais a atitude de repúdio a certas exigências da tradição lusitana, que não correspondiam à realidade linguística brasileira.

Aliás, no que se refere à língua como expressão de brasilidade, muito já se escreveu a respeito desse sentimento de nacionalidade que contagiou a população brasileira nesse período, que corresponde exatamente à exaltação do nacionalismo que caracteriza o período romântico da literatura, no qual a valorização dos costumes populares e a defesa de uma escrita literária que representasse a manifestação linguística dos falantes brasileiros começaram a ganhar vulto.

A quarta vertente, que trata dos estudos sócio-históricos, apresenta novos e consistentes rumos para o estudo da língua portuguesa em solo brasileiro, baseando-se na premissa de que pela investigação da história externa se consegue descobrir, com maior clareza e precisão, a origem das características linguísticas do português do Brasil. Realmente, uma acurada análise da história externa da língua portuguesa possibilita um entendimento mais completo e consistente das origens do português brasileiro, esclarecendo certas dúvidas acerca da consolidação do português como língua dominante de cultura no final do século XVIII.

Vale destacar, dentro das pesquisas sócio-históricas, a obra póstuma *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*, de Sílvio Elia, publicada em 2003, na qual o autor apresenta um painel sobre a presença da língua portuguesa em território brasileiro, do século XVI ao XIX, além de ressaltar o estabelecimento de uma língua literária brasileira, principalmente a partir do século XIX, em que se consolidam as bases do português escrito culto nos textos românticos.

Destacam-se também nessa linha de pesquisa algumas iniciativas acadêmicas, entre as quais pode-se ressaltar o projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), um trabalho de parceria entre pesquisadores brasileiros e alemães, que objetiva constituir um *corpus* diacrônico em língua escrita, analisar a mudança do sistema linguístico baseada principalmente nos processos de gramaticalização, e a construção das origens sócio-históricas da língua a partir dos primórdios da colonização. No Brasil, dentre os vários professores que fazem parte da coordenação do projeto, podem ser citados, entre outros, Ataliba T. de Castilho, Rosa Virgínia Mattos e Silva, Marlos de Barros Pessoa e Dinah I. Callou.

É fato que a problemática da investigação histórica e das reais circunstâncias que contribuem no estabelecimento de certas características do português brasileiro em contraste com o lusitano despertam diferentes pontos de vista, todos bem fundamentados e dotados de explicações plausíveis.

Em referência a esse tema, também cabe ressaltar, além dos estudos de Rosa Virgínia Mattos e Silva, as relevantes pesquisas de estudos de Anthony J. Naro e Maria Marta P. Scherre.

Em face da relevância dos estudos sócio-históricos na pesquisa sobre as particularidades do português em solo brasileiro, Rosa Virgínia de Mattos e Silva, em *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro* (2004-b, p. 59.), defende:

(...) para recuperar uma história do português brasileiro, teremos de reconstruir uma história social linguística do Brasil: uma sociolinguística histórica ou sócio-histórica linguística e uma história linguística, ou seja, as mudanças linguísticas que fizeram e fazem o português brasileiro ter as características que tem, o seu perfil próprio, a sua gramática.

A autora sustenta a teoria da origem crioula do português do Brasil, segundo a qual as mudanças observadas na língua dos falantes brasileiros seriam resultantes de uma pidginização estabelecida pelos escravos trazidos dos países africanos na época do tráfico negreiro. De acordo com seus argumentos, a autora posiciona-se:

... em favor de um ponto de vista segundo o qual teria sido essa significativa parcela de africanos e afro-brasileiros da população colonial o agente principal de difusão do (...) português geral brasileiro, antecedente histórico do chamado português popular brasileiro.

(*idem, ibidem*, p. 82).

Já Anthony J. Naro & Maria Marta P. Scherre, em *Origens do Português Brasileiro* (2007, p. 210.), embora não descartem a importância da influência dos africanos e indígenas, também apontam para

... evidências de que características morfossintáticas e fonológicas do português brasileiro, atualmente envoltas em estigma e preconceito social, são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas, e não modificações advindas das línguas africanas, ou das línguas dos povos ameríndios.

Ainda nessa perspectiva de pesquisa, merecem menção a coletânea *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história* (2003), elaborada por Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado, com destaque para os artigos *O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil*, de Dante Lucchese; e *O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do Português Brasileiro: um tema em debate*, de Anthony Naro e Maria Marta Scherre.

### 2.2.1 Algumas considerações sobre o português brasileiro

Muitas diferenças dialetais existem entre a língua portuguesa falada no Brasil e a de Portugal. Nesse sentido, Paul Teyssier, em seu livro *História da língua portuguesa* (1997, p. 79.), argumenta:

A realidade, porém, é que as divisões dialetais no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra.

Na formação da língua portuguesa em solo brasileiro, somam-se as inúmeras contribuições das línguas indígenas dos nativos habitantes, das línguas africanas provenientes do tráfico negreiro e, finalmente, da língua dos imigrantes da Europa e da Ásia, como postula Silva, em *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas* (2004-a, p. 65.):

Os dois séculos e meio de colonização que precederam a decidida política pombalina recobrem múltiplas situações de contato lingüístico, entre falantes da língua portuguesa e centenas de língua autóctones (continuam vivas e em uso, por minorias, é claro, ainda cerca de 180 delas) e múltiplas línguas africanas, chegadas ao Brasil desde 1538 até a extinção do tráfico no século XIX.

Evidentemente, a vinda da língua portuguesa para o Brasil não ocorreu num momento único. O seu estabelecimento em território brasileiro transcorreu durante todo o período de colonização, no qual manteve relação direta e constante com outras línguas – indígenas, africanas, e, posteriormente, as dos imigrantes. Além disso, em relação à presença lusitana, o povoamento do Brasil se fez com a chegada de portugueses de várias regiões de Portugal. Desse modo, a vinda da língua portuguesa para o Brasil trouxe para esse novo espaço as diversas variedades do português de Portugal. Essas variedades sofreram modificações em função das diferentes línguas nativas que conviviam no mesmo espaço, e, mais tarde, foram influenciadas pelas línguas africanas e europeias. Desse modo, o português do Brasil foi, com o tempo, passando a apresentar um conjunto de características não encontráveis, em geral, no de Portugal, da mesma maneira que o português das diversas outras regiões do mundo desenvolveu também suas características específicas.

Portanto, de toda uma rica pluralidade linguística surgiu o Português do Brasil, repleto de matizes oriundos das diferentes línguas formadoras e produto de muitas transformações ao longo do tempo, seja de acréscimos e/ou supressões sintáticas e morfológicas.

Há de se considerar que, levando-se em conta a língua escrita, é possível encontrar uma proximidade maior entre o português do Brasil, assim como o das outras regiões lusófonas, com o português de Portugal, já que a língua escrita está mais sujeita à normatização através de instrumentos reguladores, como gramáticas e dicionários, por exemplo. No entanto, a língua na sua modalidade oral, caracteriza-se por uma significativa liberdade expressiva, e, conseqüentemente, representa a verdadeira realidade linguística do Brasil.

### 2.2.2 A língua portuguesa no Brasil: trajetória e consolidação pela literatura

Segundo Ataliba de Castilho<sup>6</sup>, “a história da língua portuguesa no Brasil está por se fazer”. Após a abordagem da temática inicialmente feita pelos românticos e revigorada pelos modernistas, seguiram-se diversos estudos, nos quais, entretanto, se observa a simples retomada dos comentários e soluções propostos pelos precursores desse assunto.

Ainda na esteira de Castilho (1962, p. 02.), pode-se afirmar que qualquer análise das características assumidas pelo português no Brasil terá de seguir uma avaliação dos falares indígenas, das influências africana e europeia, do desenvolvimento da população, ou, numa única palavra, pela história externa da língua portuguesa no Brasil.

Esses aspectos, predominantemente de ordem demográfica, concentram-se em três fatores distintos:

a) O início da colonização mais sistemática do Brasil data de 1532, quando vieram para o território brasileiro colonos portugueses oriundos de várias partes da metrópole e, conseqüentemenete, com diferenças regionais específicas.

---

<sup>6</sup> Tema desenvolvido em aula inaugural da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília- SP, em 8 de março de 1962.  
Disponível em: <[HTTP://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/ataliba+de+castilho&hl=PT](http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/ataliba+de+castilho&hl=PT)> Acesso em 06/05/11.

b) Os aloglotas, isto é, aqueles que deixam de falar a sua língua de origem e passam a empregar outra. No caso do Brasil, os índios e os africanos constituem esse grupo.

Os índios eram superiores em número, sendo que a sua influência se ateve quase que exclusivamente ao léxico. Após os primeiros contatos entre índios e portugueses, estes aprenderam a língua daqueles, seguindo-se um momento de bilinguismo, até que, a partir do século XVIII, o português passou a dominar completamente o cenário linguístico nacional.

Os africanos foram levados a Portugal desde 1442, por isso há quem defenda que a língua africana já exercia influência no português ainda em solo europeu.

Em face da presença desses povos no território brasileiro, portanto, muito se tem atribuído a tupinismos e africanismos várias peculiaridades fonéticas, morfológicas e sintáticas do português do Brasil.

c) O terceiro fator corresponde aos imigrantes, que começaram a se deslocar para o Brasil a partir do século XIX, constituindo-se, especialmente, de italianos, alemães e japoneses. As influências que, porventura, tais línguas possam ter exercido sobre o português são, certamente, pouco substanciais, haja vista que esses contingentes encontraram o português já consolidado e estabelecido no Brasil.

A esses fatores de ordem populacional, pode-se acrescentar um de ordem política, que consiste na vinda da família real em 1808. Esse episódio foi responsável pela divisão da língua portuguesa no Brasil em dois grandes momentos:

I. Dos primórdios da colonização até o século XVIII, em que a linguagem brasileira tomou três matizes: o português falado na costa, por brancos e descendentes, um crioulo ou semicrioulo de índios e negros, e a língua geral (tupi), falada por mamelucos e brancos em seus contatos com estes e com os índios.

II. Chegando D. João VI, procede-se à europeização do país, ao mesmo tempo em que se desenvolvem os grandes núcleos urbanos; em consequência, opõem-se os falares urbanos aos rurais e criam-se zonas de influência linguística, que são as cidades. É a segunda fase da Língua Portuguesa no Brasil.

(CASTILHO, *op. cit.*, p. 11-12.).

Nesse contexto, a realidade linguística observada no território brasileiro já apresentava significativas discrepâncias da língua de Portugal, mas a consciência

dessa situação seria despertada a partir do Romantismo, em que ganhavam força os sentimentos de autoafirmação e antilusitanismo, fatores que provocaram nos autores da época uma oposição ao espírito colonial, no qual se percebia uma nítida subserviência cultural em relação à Europa. Essa subserviência, no panorama linguístico, levava os escritores brasileiros à imitação dos modelos da metrópole portuguesa.

O Romantismo insurgiu contra essa situação, reivindicando uma escrita literária independente dos padrões canônicos portugueses. José de Alencar foi o principal expoente desse pensamento, elaborando “uma literatura de ficção em que a paisagem, os costumes, os tipos brasileiros ganharam espaço em nome de um programa de realização sistemático, inaugurado com Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A Moreninha*”, conforme postula José Carlos S. de Azeredo, em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2008, p. 542.).

Em relação à proposta do movimento romântico, o Parnasianismo e o Simbolismo foram contrários no que diz respeito à questão da valorização e do emprego de certas peculiaridades linguísticas da língua portuguesa com os diversos matizes brasileiros. Castilho (*op. cit.*, p. 14.) sinaliza três pontos para justificar essa afirmação:

Primeiramente, Machado de Assis, embora reconhecendo o caráter mutável das línguas e a divergência entre os escritores brasileiros quanto ao cultivo da língua literária, aconselha, não obstante, a leitura dos clássicos como fonte de enriquecimento da expressão literária. Em seguida, em 1897, funda-se a Academia Brasileira de Letras, que deveria zelar pela pureza do idioma e reagir contra os fatores de diversificação. Finalmente, a presença de diversos autores ligados à Academia, cultivando uma Língua Portuguesa em desacordo com nossa realidade linguística, porque profundamente identificados com a tradição clássica.

O Modernismo seria renovador, no sentido de defender um menor distanciamento entre língua falada e língua escrita, o aproveitamento e a valorização dos regionalismos, o emprego de expressões e ditos populares, além de certas estruturas sintáticas de regência, concordância, etc., correspondentes às características brasileiras da língua portuguesa. Enfim, “o Modernismo alçou à importância de estilo nacional o que era antes considerado erro, ignorância de brasileiros” (CASTILHO, *op. cit.*, p. 16.).

O período denominado pós-modernismo agitou ainda mais a discussão sobre a questão da língua brasileira. Conforme comentários de Castilho (*op. cit.*, p. 16-17.),



um primeiro embate surgiu em 1953 com o projeto de lei do vereador Francisco Trotta, cuja proposta era a de que os compêndios didáticos deveriam trazer a indicação *língua brasileira* quando estudassem o idioma nacional. Outro problema foi levantado por Monteiro Lobato que declarou que "assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português" (CASTILHO, *op. cit.*, p. 17.).

Na sequência do período pós-moderno até a atualidade, pode-se observar a consolidação do ideal de nacionalismo iniciado pelo movimento romântico e revitalizado pelos modernistas de 22, que defendiam a necessidade de romper com os modelos tradicionais portugueses e privilegiar as peculiaridades do falar brasileiro. A partir de então, foi-se firmando a proposta de se registrar na literatura nacional a verdadeira expressão da variedade brasileira da língua portuguesa. A abertura conquistada pelos modernistas consagrou literariamente a norma brasileira.

### 3 O PORTUGUÊS DE PORTUGAL E O PORTUGUÊS DO BRASIL

A questão das diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil incita discussões desde o período de pós-independência do Brasil.

Com a proclamação da independência, iniciou-se no Brasil um processo de reestruturação da sociedade, objetivando a valorização e a consolidação do patrimônio histórico e cultural da nação recém-independente. Esse pensamento acabou por emergir o debate em torno das diferenças entre o português brasileiro e o lusitano. De um lado, os puristas argumentavam favoravelmente à preservação do padrão português; de outro, havia os defensores do abasileiramento da língua, pleiteando uma manifestação linguística que apresentasse características próprias do modo brasileiro culto de se expressar. Sobre isso, Carlos A. Faraco, no artigo *Português: um nome, muitas línguas* (2008, p.12.) afirma que “o caminhar da carruagem vai constituindo, desde a Independência, dois grupos distintos: um conservador, purista; e outro, defensor da absorção, na escrita, de características próprias do modo brasileiro culto de falar a língua.”

Também Azeredo (*op. cit.*, p. 538.) comenta acerca da polêmica em torno da proposta do abasileiramento da língua:

A sorte da língua portuguesa na boca e na pena dos brasileiros tem sido, desde as primeiras décadas do século XIX, tema de controvérsia e debates entre dois grupos: tradicionalistas e progressistas. Estes geralmente defendendo o direito à inovação e à diferença, aqueles condenando uma e outra coisa em nome do que consideram uma prerrogativa ‘dos mais antigos e verdadeiros donos da língua’.

No debate, portanto, a respeito da expressão linguística na nação brasileira, havia o grupo dos puristas, que argumentava favoravelmente à preservação do padrão português; e o dos defensores do abasileiramento da língua, que, por sua vez, pleiteava uma manifestação linguística com características próprias do modo brasileiro culto de se expressar.

Entre os puristas, um dos mais ferrenhos adeptos foi Joaquim Nabuco, cujas convicções acerca da língua iam ao encontro da elite brasileira que desejava “uma sociedade branca e europeizada” (FARACO, *idem.*). Prova disso foi o discurso proferido na Academia Brasileira de Letras, em 1897, no qual faz uma tenaz exaltação ao modelo lusitano de manifestação linguística:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós: devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa. Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garret e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira.

(FARACO, *op. cit.*, p. 113, *apud* PINTO, 1978, p. 197-8.).

Pelo trecho do discurso, percebe-se que Joaquim Nabuco expressa, de forma contundente, a crença na superioridade da raça portuguesa, além de defender a conservação do padrão português na língua do Brasil.

Por outro lado, escritores como Gonçalves Dias e José de Alencar sustentavam o abasileiramento do português, justificando-o como necessário, uma vez que, somente dessa forma, o povo teria a percepção de que a literatura verdadeiramente representava a expressão da realidade linguística brasileira. Nesse sentido, Gonçalves Dias profetiza: “A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português” (FARACO, *ibidem*, 115, *apud* PINTO, 1978, p. 123.). Alencar, outro grande entusiasta na questão da língua do Brasil, anuncia: “Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos” (FARACO, *idem*, *apud* PINTO, 1978, p. 123.).

Polêmicas à parte, tornou-se ponto pacífico ao longo de várias décadas de estudos, que a língua do Brasil é, efetivamente, distinta da de Portugal. Afinal, em solo brasileiro, a língua sofreu influências e trilhou caminhos bem diferentes da vertente europeia no processo de seu estabelecimento. Na visão de Gladstone Chaves de Melo, em seu livro *A Língua do Brasil* (1981, p. 145.), a distinção mais significativa entre as duas se dá em relação ao léxico:

Reside por sem dúvida no vocabulário a mais profunda e extensa diferença entre o português europeu e o português brasileiro. A língua aqui se enriqueceu de um cem número de novas vozes, que surgiram para exprimir os elementos do novo meio físico, animais, plantas, acidentes geográficos, e as usanças, hábitos, instituições, técnicas e conquistas do novo meio social. Desde o primeiro momento da formação brasileira se foram ajuntando ao léxico português essas novas palavras, que iam marcando os passos do Brasil na rota de seu desenvolvimento, da sua estruturação, da sua emancipação.

Vale ressaltar que a proposta inovadora de se buscar uma identidade brasileira na expressão linguística não consistia na criação de uma nova língua. Havia apenas uma atitude de repúdio ante a inflexibilidade dos puristas e uma reivindicação pela efetiva legitimação dos usos linguísticos e das peculiaridades sintáticas brasileiras.

### **3.1 A língua portuguesa do Brasil: unidade na diversidade**

Ao se pretender ampliar o conhecimento sobre a língua portuguesa e a realidade linguística brasileira, é necessário, primeiramente, entender a diversidade de suas manifestações, a variedade de seus usos. Parece evidente, então, a necessidade de se seguir por outros caminhos, a partir do conhecimento efetivo da história linguística brasileira e, principalmente, do reconhecimento de que o Brasil é um país multilíngue.

A língua está profundamente enraizada na vida cotidiana de seus usuários, nas diferentes experiências históricas e culturais de cada uma de suas comunidades falantes. Assim como a realidade histórico-cultural de cada comunidade é diversificada, também será diferenciado o seu modo de expressão, a sua linguagem será sempre variada.

Diante de toda essa diversidade, surge a reflexão sobre a afirmativa de que todas as comunidades de uma nação falam, apesar das variações, a mesma língua. Sabe-se que, muitas vezes, os diferentes falantes de uma língua encontram certa dificuldade na compreensão de certos termos, em face das variedades linguísticas de cada região do país, das discrepâncias socioculturais de seus usuários, das diferenças etárias de cada grupo social, etc. Apesar disso, como falantes da mesma língua, acabam por encontrar meios de unificação, de entendimento, pois a língua, obviamente, não é só diversidade.

Há, pelo menos, dois fatores que contribuem para essa unidade, fazendo com que certas variedades tenham ampla circulação social, ultrapassando amplamente os limites do cotidiano e das experiências individuais.

O primeiro é constituído pelos meios de comunicação social, especialmente o rádio e a televisão, que recobrem, praticamente, todo o vasto território nacional e alcançam diferentes comunidades.

As variedades da língua geralmente empregadas nesses meios desempenham um papel unificador, pois por atingirem o país inteiro, funcionam como elemento de aproximação entre comunidades distantes e diferenciadas. Evidentemente, essa unidade promovida pelas facilidades tecnológicas não eliminam jamais a diversidade linguística.

Outro fator que exerce um papel unificador é a escrita, principalmente a imprensa, as publicações acadêmicas e didáticas, os documentos oficiais, e, em boa medida, a literatura.

Nos materiais escritos, comumente se prestigiam algumas variedades da língua. Para atingir os diferentes públicos a que destina, a escrita apresenta um significativo distanciamento das características inerentes a determinadas regiões ou grupos específicos de indivíduos. Certas práticas de escrita acabam por favorecer o estabelecimento de diretrizes consideradas peculiares a ela, impondo alguns limites à diversidade. Essa limitação favorece a configuração de certa unidade linguística, sem, contudo, excluir ou anular a diversidade, haja vista uma parte importante da literatura contemporânea em português promover um espaço de acolhimento às múltiplas variedades linguísticas e à enorme diversidade cultural do Brasil.

Registre-se também que a escola exerce um papel unificador, já que uma de suas principais tarefas é conduzir a criança pelo mundo da escrita. Ensinando a ler e escrever, a escola habilita o aluno para o acesso ao vasto universo da cultura, estimulando-o a dele participar efetivamente pela escrita de suas próprias experiências.

No cumprimento dessas tarefas, a escola difunde a escrita e, com ela, desempenha seu papel unificador. Entretanto, essa ação primordial da escola não pode nem deve desmerecer ou ignorar a diversidade. A escola deve se constituir num espaço receptivo às mais diferentes experiências da sociedade, ao mesmo tempo em que deve contribuir significativamente para ampliar a vivência sociocultural do estudante, indo além de seus limites individuais e locais.

A questão da língua no Brasil, no que tange à discussão sobre variação linguística, deve considerar a diversidade do nosso português como uma fonte de riqueza cultural inestimável. Além disso, deve-se conceber como infundado o desprestígio social que recobre algumas variedades culturais e regionais do português brasileiro.

Para finalizar, vale ressaltar que o amadurecimento linguístico dos falantes se manifesta mais efetivamente à medida que se tornam capazes de empregar com maior segurança e proficiência as diferentes modalidades da língua.

### **3.2 Variação e norma linguística: escolha e adequação**

Nenhuma das línguas humanas permanece estagnada e imutável. As línguas modificam-se continuamente ao longo do tempo, evidentemente de forma lenta e gradativa, a ponto de os falantes só perceberem esse processo de mutação por meio de uma análise diacrônica, quando confrontam textos de sua época com outros de períodos anteriores. Sobre isso, postula Faraco, em *A Linguística Histórica* (1991, p. 14.) que “a língua escrita é normalmente mais conservadora que a língua falada e o contraste entre as duas pode levar-nos a perceber fenômenos inovadores em expansão na fala e que não entram na escrita”. Convém lembrar ainda que a escrita, em determinados contextos de uso, apresenta uma certa resistência em incorporar as inovações mais imediatas da língua falada.

Sebastião L. dos Santos, na tentativa de fazer uma análise evolutiva da língua a partir das potencialidades naturais das transformações linguísticas, apresenta quatro tipos distintos de variação, em seu *artigo Variações linguísticas: o confronto das equivalências e choque dos contrários* (2000.):

- a) variação histórica, ou diacrônica: acontece no decorrer de um determinado período de tempo, identificando-se ao se comparar estados diferentes de uma língua. Trata-se de um processo de mudança gradual, na qual uma variante empregada inicialmente por um grupo restrito de falantes passa a ser a adotada por indivíduos de maior expressão socioeconômica;
- b) variação de estilo: considera, essencialmente, a adequação dos diferentes níveis de linguagem em face das situações comunicativas em que se processam;
- c) variação geográfica: leva em conta o fato das várias possibilidades linguísticas que se diferenciam de região para região;

d) variação social: agrupa alguns fatores de diversidade em função do aspecto socioeconômico em que vive um indivíduo, seu nível cultural, faixa etária, o gênero a que pertence, etc.

Evidentemente, essa proposta de categorização leva em conta as características mais relevantes. Na realidade, toda variação é eminentemente social, ocorrendo em espaços e tempos diversos, que se constituem como fatores determinantes nos estilos de uso da linguagem.

É necessário levar em conta o fato de que, nas línguas das sociedades mais complexas, os falantes procurem definir e consagrar modelos de uso. Seguindo o pensamento de Rodolfo Ilari e Renato Basso, em *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos* (2006, p.213.), pode-se afirmar que, nas situações mais socialmente relevantes, a maneira de falar ou de escrever conforme os modelos mais canônicos da tradição gramatical representa uma forma de reforçar a adesão a certo grupo mais privilegiado da sociedade e, indiretamente, de atribuir um maior valor à própria mensagem.

A questão do estabelecimento das variações dos usos linguísticos concentra-se na escolha, em face da adequação à situação comunicativa. Diferentemente da ideia tradicional de norma, fortemente ideológica, preconceituosa e altamente prescritiva e proscritiva, é essencial uma visão de empregos linguísticos baseados em critérios mais objetivos e de base empírica, com uma noção de linguagem efetivamente resultante da prática social de comunicação.

É inegável que o estabelecimento dessa norma linguística continua intimamente relacionado aos segmentos mais culturalmente favorecidos da sociedade, no entanto, não se fundamenta no desprestígio das outras diversas linguagens. Ao contrário, respeitando as variações, procura despertar e desenvolver no usuário da língua a noção de adequação dos vários registros linguísticos aos diferentes momentos de comunicação.

Sobre essa questão, postula Neves, na obra *Gramática de usos do português* (2000, p.53-54.):

[...] a questão do registro, central no estudo da norma linguística, é central também para se falar de reflexão sobre a linguagem e sobre o uso linguístico [...]. E se se fala em registro, contempla-se não apenas a “fala culta”, mas também a “fala distensa”. [...] só haverá sentido – só haverá exercício pleno da linguagem – se as escolhas e arranjos estiverem adaptados às condições de produção, aí incluídos os participantes do ato linguístico.

Não se repudia, portanto, a necessidade do domínio da norma padrão, desde que essa concepção não se baseie somente no conhecimento e no emprego dos modelos mais prestigiados da língua, mas, sobretudo, na decisão de utilizá-los adequadamente nas diferentes situações enunciativas. Vale ressaltar que, quanto mais efetivo for o domínio da norma padrão, maiores serão as possibilidades de transgressões a ela, não como resultados da ignorância dos utentes, mas como ações conscientes, elaboradas, com intenções estilísticas, enfim, bem de acordo com os objetivos e necessidades da escrita literária.

Vale destacar que qualquer debate acerca da questão da norma linguística deve levar em consideração um aspecto fundamental, que se constitui na consciência de que a língua é expressão de um povo.



#### 4 FALA E ESCRITA: AS DUAS FACES DE UMA LÍNGUA

A língua portuguesa comporta duas modalidades: a fala e a escrita. Isso não significa, porém, que ambas devam ser vistas de forma dicotômica, como era comum há algum tempo, em que “já foram tratadas como realidades estanques”, segundo Azeredo (*op. cit.*, p. 539.).

Em relação à fala, afirma Melo (*op. cit.*, p. 167.):

A língua falada é instrumento de comunicação do cotidiano, pois os homens estão continuamente falando, relacionando-se uns com os outros. É instrumento de comunicação imediata, face a face. Além das palavras, tem como auxiliar todo o conjunto de circunstâncias presentes, que favorece a interinteligência e reduz muito o esforço linguístico. Ela é cheia de elipses. É expressão da vida.

Tomando como base postulado de Ingedore G. V. Koch (*A interação pela linguagem*, 1992, p. 68.), além das circunstâncias extralinguísticas que participam do contexto enunciativo, cabe ressaltar que a fala se caracteriza por ser uma atividade espontânea, não planejada, por isso mesmo apresenta certa indefinição ou incompletude de pensamento, já que os participantes da situação comunicativa podem se interromper mutuamente, assim como assuntos diversos podem ser intercalados e discutidos ao mesmo tempo, entre os quais alguns deles não necessariamente são concluídos naquele momento da fala.

A fala apresenta, dentre as suas características principais, a espontaneidade e a participação de elementos auxiliares, como a entonação e a gesticulação, por exemplo. Já a escrita, por sua vez, pressupõe um labor; pode-se escrever, reescrever, substituir, modificar, suprimir, etc., dependendo da situação de uso ou de acordo com a necessidade de comunicação.

É um fato incontestável que língua falada e língua escrita, embora não se constituam em modalidades estanques nem excludentes, apresentam diferenças devido às condições específicas de sua produção. Certamente, as pessoas não escrevem exatamente como falam, uma vez que as duas atividades são processos diferentes, modalidades distintas, “daí já se vê que a língua escrita jamais poderá ser igual à língua falada” (MELO, *idem, ibidem.*).

Evidentemente, as duas apresentam diferentes formas de uso, fundamentam-se em estruturas oracionais distintas e se valem de recursos expressivos próprios.

Cada uma possui características específicas, mas, conforme ressalta Azeredo (*idem*, p. 539.):

Estudos modernos, entretanto, recomendam cautela na operacionalização dessa distinção conceitual, uma vez que tanto a prática oral como a produção escrita comportam instâncias de uso – gêneros textuais – e conseqüentes características estruturais (...) que ora as distanciam (...), ora as aproximam...

Vem-se postulando, portanto, que os diversos tipos de práticas sociais de produção textual dependem do seu gênero e da sua tipologia, cujas características determinam, de um lado, a escrita formal e, de outro, a conversação espontânea, coloquial.

Por um longo período, a modalidade escrita dominou o cenário dos estudos linguísticos brasileiros, até porque a escola valorizava prioritariamente a língua escrita, que se pautava na correção gramatical, não reconhecendo a legitimidade de qualquer outro modelo que se afastasse do padrão instituído pela gramática normativa. Sobre essa concepção, destaca Azeredo (*idem*, p. 539-540.):

Por muito tempo, pelo menos até os anos 1960 segundo o que se apura com base nas propostas dos manuais didáticos, o interesse pela oralidade nas aulas de língua materna se resumia à leitura em voz alta de textos escritos, com destaque para a expressividade na recitação dos textos poéticos.

Atualmente, desde que a Linguística passou a ser disciplina obrigatória nos cursos de Letras, a partir dos anos 1960, a língua falada ganhou destaque nos estudos linguísticos, ampliando-se a análise na sua interface com a escrita.

A escrita pode refletir a oralidade, retirando certos enunciados e particularidades de seu contexto, remodelando-os com base nos critérios gráficos próprios, produzindo textos renovados e criativos. Por sua vez, a oralidade intensifica a escrita, incorporando a força e o vigor pertencentes à fala, transformando a atividade da escrita num verdadeiro ato de significar, porque inegavelmente o leitor só encontra sentido numa escrita que corresponda, de forma clara e efetiva, à sua fala, à sua realidade linguística.

Realmente, pode-se afirmar, com base em estudos linguísticos mais recentes, que existe verdadeiramente uma interdependência entre oralidade e escrita, uma vez que as duas modalidades são construídas em reciprocidade. Ambas interpenetram-se e complementam-se, sendo que a escolha entre uma ou outra

pode variar em função da especificidade e das características da situação comunicativa.

## 5 LÍNGUA E LITERATURA BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DA CULTURA NACIONAL

Com a independência política do Brasil de Portugal, em 1822, os brasileiros buscaram também uma independência cultural e, com isso, passou-se a valorizar mais intensamente uma língua que correspondesse à efetiva manifestação dos falantes brasileiros.

Nos primórdios da literatura brasileira, a escrita literária valorizava os padrões clássicos. Conforme comenta Azeredo (*idem*, p. 541.), “a língua em que se escreveram nossas primeiras produções já tinha sido o meio de expressão de João de Barros, humanista, historiador e gramático, e de Luís de Camões, nome maior da literatura portuguesa no século XVI”.

A discussão sobre a língua literária nacional veio a lume a partir do Romantismo, com a proposta de uma ruptura com a língua de Camões e defendendo a consolidação de uma forma de expressão que representasse verdadeiramente a realidade linguística do Brasil.

Os debates acerca da língua empregada na literatura brasileira representavam uma face do projeto nacional de formação e sedimentação de uma nacionalidade brasileira, já que língua e nação formam uma unidade essencial para o estabelecimento da identidade de um povo.

Embora os escritores românticos já tivessem erguido a bandeira em prol de uma literatura mais reveladora da fala brasileira, a questão da língua literária atingiu sua culminância na década de 1920, fundamentada no projeto estético do Modernismo, em que “a inflexível e salutar reação contra o purismo constitui, sem sombra de dúvida, uma das características mais flagrantes do movimento modernista”, conforme argumenta Luiz Carlos Lessa, em *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*, 1976, p. 99.).

Nesse período da história brasileira, o clima de euforia suscitado pelo início do processo de industrialização do país favorecia a recepção da ideia de uma manifestação linguística nacional que se desvinculasse definitivamente da tradição gramatical portuguesa.

Como foi mencionado, com o advento do Romantismo, começou a ganhar força a intenção de se empregar, na escrita literária, uma linguagem mais informal e próxima da língua portuguesa do Brasil, mais capaz, portanto, de retratar a

simplicidade e a espontaneidade da língua oral. Apesar disso, nas décadas iniciais do século XX, as criações literárias mantiveram-se, de modo geral, estreitamente relacionadas às determinações da norma padrão. O Modernismo avançou substancialmente na proposta de valorizar a fala popular e se valer de suas características na escrita literária.

No prefácio do livro *Pau- Brasil*, de Oswald de Andrade, Paulo Prado assinala<sup>7</sup>:

Extintos os bruxoletos do século dezenove, a discussão voltou à cena, desta vez pelos modernistas, que não se cansaram de anunciar o desejo de se exprimirem numa nova língua que seria “a reabilitação do nosso falar cotidiano, *sermo plebeius*, que o pedantismo dos gramáticos tem querido eliminar da língua escrita.

A Semana de Arte Moderna, que ocorreu em São Paulo, veio trazer um novo rumo para a literatura brasileira. No dizer de Raul Bopp, em seu livro *Movimentos Modernistas no Brasil*, 1966, p. 104, “a reação modernista de 1922 desviou-se das formas habituais de expressão”.

Os escritores modernistas reivindicaram uma cultura essencialmente brasileira, não apenas no que se relacionasse à literatura, mas em tudo que fosse ligado à arte, e até mesmo na forma de pensar e agir da população.

### **5.1 O Romantismo e sentimento de brasilidade: a contribuição de José de Alencar**

O Romantismo foi um movimento artístico que surgiu na Europa nos séculos XVIII e XIX, apresentando um caráter de rejeição aos padrões clássicos absolutos dos outros séculos, que se definiu pela valorização da cultura popular e da realidade nacional.

O movimento pela independência da nação brasileira fez aflorar, de modo geral, um sentimento de orgulho nacional, que trouxe à tona, no cenário literário brasileiro, a discussão acerca da língua em que deveriam se expressar os escritores brasileiros. Alguns, mais conservadores, defendiam a estrutura escrita clássica, pautada no modelo da tradição lusitana. Outros, desejosos por uma inovação

---

7 (In: BRITO, Mário da S. *Ângulo e Horizonte*. São Paulo, 1969, p. 21; *apud* BARBADINHO NETO, R. *Tendências e Constâncias da Língua do Modernismo*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972, p. 39.)

artística, apregoavam uma renovação linguística, que agasalhasse estruturas e vocabulário típicos da língua portuguesa do Brasil.

No Brasil, a filosofia romântica pregou a valorização da natureza, em toda a sua exuberância e riqueza; consagrou o índio como herói nacional, surgindo, daí, a vertente do indianismo exacerbado; e defendia o emprego de uma linguagem que refletisse peculiaridades da fala brasileira, dando lugar à espontaneidade das criações populares.

Sobre a questão da língua no Romantismo, comenta Azeredo (*idem*, p. 540.):

A renovação, no Brasil, da língua literária só se torna objeto de um programa no Romantismo. Por um lado, a independência política inspirava o anseio de romper com a tradição portuguesa em vários níveis – entre eles o da expressão literária –; por outro, o cardápio temático e estético do Romantismo – que valorizava o nativo, o peculiar, o original, o popular em detrimento, respectivamente, do estrangeiro, do universal, do canônico, do aristocrático – encontrou no Brasil um ambiente propício ao desenvolvimento de um projeto de afirmação nacional.

É nesse clima, portanto, de busca de renovação expressiva que se pode exaltar o pioneirismo de José de Alencar como um dos iniciadores da reflexão acerca do fazer literário e da natureza da língua. Esse envolvimento com questões linguísticas surpreende a princípio, pois, embora seja a língua a matéria-prima do escritor, não constituía ainda para os literatos objeto de reflexão e análise.

No cenário artístico que se instaurou no Romantismo, motivado pelo desejo de afirmação nacional, a relevância de José de Alencar consiste na valorização dos tipos brasileiros e dos costumes populares, aliada à atitude pioneira de romper com a tradição portuguesa e de defender uma escrita literária reveladora das peculiaridades linguísticas do português do Brasil.

A esse respeito, comenta Barbadinho Neto (*op. cit.*, p. 39.):

Com o advento do Romantismo, ou melhor dizendo, a datar do aparecimento da obra alencariana, entrou a ganhar corpo, em nome da criação de uma língua brasileira, uma incontida rebeldia ao casticismo peninsular.

Evidentemente, sobretudo em função do momento histórico de sua literatura, José de Alencar apresenta rupturas sutis com a tradição gramatical, sem fazer profundas concessões a uma escrita totalmente coloquial e distensa, conforme anuncia Azeredo (*idem*, p. 543.):

Sua retórica literária, calcada na comparação, no símile, na metáfora, tem uma impositação solene, formal, respaldada na seleção do vocabulário, sempre culto, às vezes precioso e arcaizante, e no disfarce sutil da polidez da expressão e dos eufemismos. As ousadias linguísticas de Alencar não chegaram a ser radicais como fez crer a celeuma em cujo nome se escreveram páginas e páginas de “questões filológicas” e pós-escritos.

Mais adiante, continua Azeredo<sup>8</sup> (*idem*, p. 543.) sobre o escritor cearense:

A nosso ver, a contribuição de Alencar está em ter ele produzido uma obra que consumaria o prestígio do romance como gênero literário entre nós, e em ter esgotado de forma brilhante o que o Romantismo haveria de fazer pela literatura brasileira. (...) Além disso, o Romantismo tinha proposta antiacadêmica e anticlássica. Talvez por isso, “as gerações modernistas e pós-modernistas – no sentido em que empregamos a expressão desde 1922 – estão muito mais próximas de Alencar que a de seus sucessores imediatos”.

Na literatura do Romantismo, portanto, coube, principalmente, a José de Alencar a representatividade maior do pensamento romântico sobre a língua do Brasil. O nacionalismo em sua obra, além de expressar diferentes realidades e paisagens brasileiras, fazia referência constante à luta para afastar alguns aspectos relacionados aos padrões portugueses na linguagem literária. Mesmo que na prática a escrita alencariana ainda se mantivesse estreitamente vinculada a certos ditames da tradição gramatical, o mérito de José de Alencar reside no despertar da consciência reflexiva do escritor em relação à língua, o seu mais importante instrumento de trabalho.

Esse seu esforço foi extremamente criticado na época, no entanto, “Alencar reagiu repetidas vezes às críticas que lhe foram feitas, sempre justificando suas inovações, ora em nome das qualidades do estilo, ora à luz da tradição escrita clássica e do perfil estrutural da língua” (AZEREDO, *idem*, p. 542.).

Na verdade, nem tudo o que José de Alencar defendia foi efetivamente registrado em sua obra, ele foi mais ousado na teoria que na prática. A rebeldia às formas e aos princípios do classicismo – componente do ideário romântico – nem sempre se transparentavam na expressão de Alencar, que, por vezes, se mostrava conservadora e nativista ao mesmo tempo. A respeito da escrita literária de José de Alencar, Azeredo (*idem, ibidem.*) destaca:

---

<sup>8</sup> O trecho entre aspas da citação pertence ao ensaio *José de Alencar, esse desconhecido*, de Alceu Amoroso Lima (cf. ALENCAR, 1965, p. 71.).

(...) estimulado pelo ideário político e romântico, mas freado pelo que certamente reputava como responsabilidades intelectuais e cívicas, empenhou-se em provar que inovava com um pé nas fontes clássicas e pré-clássicas da língua e com outro no compromisso de escrever numa língua em que a sociedade a que se dirigia e da qual falava pudesse identificar a própria personalidade cultural.

O próprio Alencar, no pós-escrito do romance *Diva*, escreveu:

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem sedida e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das ideias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as ideias do seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece.

(ALENCAR, 1977, p. 171, *apud* AZEREDO, *idem, ibidem.*).

Vale ressaltar, contudo, o emprego por José de Alencar de tupinismos e brasileirismos que muito enriqueceram a língua literária do Brasil, além de consolidarem o ideário do Romantismo e a singularidade de seu estilo.

Convém também destacar a vastidão do vocabulário de que se vale o romancista, principalmente nos romances que evidenciam a paisagem brasileira, para exaltar toda a riqueza nacional, ao mesmo tempo em que a caracteriza como um dos principais elementos do patriotismo romântico.

Mesmo não tendo José de Alencar se mostrado inteiramente despojado da influência, ou mais ainda, da imitação dos clássicos, como aconteceu, aliás, com a maioria dos românticos que ainda se mantiveram muito ligados aos cânones do classicismo, não se pode negar ao escritor cearense a louvável tentativa inicial de aproximar a linguagem literária da falada pelos brasileiros, num primeiro ensejo de afastamento da produção literária brasileira dos textos pautados nos padrões portugueses.

Nesse sentido, é inegável a importância de José de Alencar nos debates sobre língua literária, em face de seu empenho na configuração de uma literatura que valorizasse as riquezas naturais do território brasileiro e dos costumes nacionais, além da defesa – mesmo que discreta – de uma linguagem mais reveladora das características do português brasileiro.



## 5.2 O movimento modernista e as novas tendências linguísticas

O Modernismo teve seu apogeu na Semana de Arte Moderna, que ocorreu entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, na cidade de São Paulo. A Semana de Arte Moderna tinha por objetivo contrapor-se a todos os conceitos de arte até então em voga no Brasil. O evento, organizado por um grupo de intelectuais e artistas por ocasião do Centenário da Independência, declarou o rompimento com o tradicionalismo e o academicismo cultural associado às correntes literárias e artísticas anteriores – o Parnasianismo e o Simbolismo – e defendeu um novo ponto de vista estético, no qual se comprometia com a consolidação da independência cultural do país e com a valorização de suas características mais significativas.

Durante a semana de 1922, muitos representantes, principalmente, das artes plásticas, da literatura e da música, apresentaram-se no Teatro Municipal. A produção artística dessa época recebeu acentuada influência dos movimentos vanguardistas europeus, como o Cubismo, o Dadaísmo e o Futurismo. Mas, a par disso, os representantes do movimento modernista defendiam, essencialmente, um abraqueiramento para a arte. Na literatura, os escritores desviaram-se dos modelos canônicos da tradição gramatical e do purismo lusitano, passando a empregar uma escrita mais representativa do falar tipicamente brasileiro.

A escola literária do Modernismo dividiu-se em três fases, sendo que a primeira incluiu a Semana de Arte Moderna, na qual se encontravam os ânimos mais exaltados na constante luta pelo rompimento com o preciosismo gramatical e o culto da forma. Pertencem a esse período, entre outros, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira.

A segunda fase caracterizou-se pela efervescência da prosa e por uma poesia de questionamento e inquietação social. Destacam-se nesse período, principalmente, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Cecília Meireles e Rachel de Queiroz.

A terceira fase constituiu-se numa literatura intimista, psicológica, introspectiva; o regionalismo veio à baila com força total. Entre os escritores mais representativos dessa época, sobressaem-se João Cabral de Mello Neto, Clarice Lispector e João Guimarães Rosa.

Apesar da importância das três fases do Modernismo, destaca-se a primeira quanto ao despertar de uma consciência nacional, de modo especial, no que se

refere à língua, em virtude da proposta de ruptura com o português de Portugal e do resgate das manifestações linguísticas tipicamente brasileiras.

Nesse sentido, portanto, o objetivo primordial do Modernismo consistiu, essencialmente, no rompimento com o tradicionalismo acadêmico que reinava nos momentos precedentes, defendendo a libertação estética, a experimentação do novo, a independência cultural do país e, em relação à linguagem, uma expressão mais próxima da realidade brasileira.

Lessa (*op. cit.*, p. 37.) assim se posiciona sobre a defesa de uma manifestação linguística de fisionomia nacional:

Não criaram, é óbvio, uma “língua brasileira”, mas revolucionariamente, e com visos de escândalos para muitos, transplantaram para a língua escrita não poucas expressões e peculiaridades do linguajar falado da nossa gente.

Os modelos estético-estilísticos de correntes literárias anteriores possuíam formas padronizadas de construções linguísticas veementemente criticadas pelo movimento artístico de 1922. A literatura modernista trouxe à baila uma nova maneira de perceber a língua portuguesa do Brasil, cujas diferentes manifestações estão condicionadas a fatores linguísticos particulares em relação aos aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos, bem como a fatores extralinguísticos ancorados nas variações diatópicas, diastráticas e diafásicas.

Barbadinho Neto (*idem*, p.40.) comenta<sup>9</sup>:

Na esteira de que “uma língua é um feixe de tendências que se vão pouco a pouco realizando” pois que “cada sistema linguístico já contém a necessidade de certas mudanças”, os escritores contemporâneos não relutaram em contribuir com o seu contingente para o patrimônio de uma nova norma gramatical, seja ampliando esquemas velhos e revelhos, seja prestigiando construções sintáticas caseiras, seja ainda citadanizando torneios da língua cotidiana.

Os escritores modernistas defendiam uma escrita literária reveladora dos diferentes usos linguísticos, em que se tornassem cada vez menos nítidas as delimitações entre a língua falada e a língua escrita no Brasil, através do emprego de termos e expressões pertencentes à linguagem coloquial e de certas estruturas

---

<sup>9</sup> Os trechos entre aspas são de Serafim da Silva Neto, *in: História da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970, p. 111-112.).

sintáticas acentuadamente brasileiras, distanciando-se de forma significativa, portanto, das construções pautadas no modelo lusitano.

Em relação à necessidade de adequação das normas gramaticais às construções sintáticas do português brasileiro, Lessa (*idem*, p. 126.) defende:

Somos de parecer que algumas das características da sintaxe brasileira já estão a merecer a sanção gramatical, ou pelo menos, na pior das hipóteses, não de ser olhadas com bastante tolerância pelos mestres do vernáculo.

Sobretudo no que concerne à sintaxe, o movimento modernista representou uma efetiva emancipação de Portugal, embora durante o período do Romantismo, essa liberdade linguística também já estivesse sendo alinhavada.

As mudanças do período romântico, entretanto, foram tênues, permanecendo mais no discurso que na prática. Em contrapartida, o Modernismo representou uma concreta valorização da cultura e dos costumes populares brasileiros, principalmente em relação à linguagem, promovendo uma verdadeira ruptura de certos ditames da tradição gramatical.

### 5.2.1 A valorização dos costumes e tradições populares

Os anos de 1920 representaram um período de grandes transformações no âmbito da política e da economia no Brasil. Essas transformações ocorreram devido à Primeira Guerra Mundial e, como consequência desse conflito, o Brasil passou a produzir, em larga escala, seus próprios produtos e a indústria apresentou um extraordinário crescimento, resultando num significativo desenvolvimento urbano do país.

Foi exatamente nesse contexto que a República sofreu um grande declínio. O momento era de insatisfação e o povo ansiava por mudanças. Evidentemente, todos esses acontecimentos refletiram na literatura, na música e na pintura, proporcionando às manifestações artísticas um destacado processo de mudança.

As vanguardas europeias, como o Cubismo, o Dadaísmo e o Futurismo começavam a se expandir e, com elas, emergia também a proposta de ruptura com a estética tradicional, característica marcante do Modernismo.

No Brasil, apesar das influências europeias, esse movimento tinha a proposta de recriar a nossa cultura, pondo em relevo nossas tradições e costumes. Os artistas e intelectuais dessa época não mais se contentavam com uma cultura de importação, defendiam o rompimento com a tradição lusitana e defendiam os costumes próprios da nação brasileira.

Os escritores modernistas começaram a valorizar os elementos da nossa cultura; as figuras do branco, do índio, do negro e do imigrante começaram a ganhar espaço na literatura, sendo representados de forma mais realista, sem o véu da estética romântica. O índio, por exemplo, deixou de ter certas características europeizadas como as personagens românticas *Iracema* e *Peri*, criadas por José de Alencar, passando a apresentar traços peculiares da nossa brasilidade, como o personagem *Macunaíma*, criado por Mário de Andrade.

Outro elemento que passou a ser fundamental na literatura modernista foi a linguagem cotidiana. Os escritores do movimento modernista começaram a trazer para a poesia o linguajar do dia a dia, a fala do povo brasileiro, com suas características léxicas e sintáticas.

Os poetas desse período, entre os quais Manuel Bandeira, trouxeram para o espaço poético a língua portuguesa em uso pelos brasileiros, bem diferente da empregada em Portugal e da preconizada pelas gramáticas normativas, a qual impõe, muitas vezes, um conjunto de regras e prescrições que não se harmonizam com as variedades linguísticas brasileiras.

Pode-se afirmar, portanto, que a característica marcante do Modernismo no Brasil é o nacionalismo, seja ele cultural ou linguístico. No entanto, convém lembrar que não se tratava de um nacionalismo utópico e alienado; era, acima de tudo, um nacionalismo crítico. Por isso mesmo, os escritores modernistas desejavam o retorno às origens, pois ele significava uma tentativa de resgate das tradições e costumes populares para, a partir disso, construir um novo modo de visão sobre o Brasil.

### 5.2.2 O resgate do léxico coloquial

A língua oral pode exercer, indiscutivelmente, influência sobre a escrita. Dessa forma, a língua literária – modalidade da língua escrita – pode ser modificada

por elementos comuns à fala, entre os quais se inclui o léxico, um dos campos de manifestação linguística mais passíveis de transformações.

A esse respeito, Dino Preti, em *Sociolinguística: os níveis de fala* (1972, p. 26-27.), comenta:

(...) o dialeto culto, ou linguagem erudita é o de maior prestígio, reflete o nível de cultura do falante, é o usado na literatura e se constitui na língua padrão. Enquanto que a linguagem popular é de menor prestígio, é mais informal, é usada em situações coloquiais por falantes de baixo nível de escolaridade. É considerada “preconceituosamente” como subpadrão.

Com base no postulado do autor, pode-se afirmar que, via de regra, o registro culto é considerado como possuidor de maiores possibilidades de formas, empregos e riqueza de vocabulário, enquanto que o coloquial é mais restrito de variedades lexicais e, conseqüentemente, mais abusivo nos usos de gírias e de vocábulos e expressões mais populares.

Inegavelmente, há certa dificuldade no estabelecimento de distinções nítidas entre um grupo lexical considerado mais culto e outro mais coloquial, no entanto é comum a vinculação entre registro coloquial e fala, e de registro culto e escrita.

No que se refere ao contexto literário, a partir dos primeiros rompantes de valorização de um vocabulário menos rebuscado do período romântico, tornou-se tendência cada vez maior o emprego, na escrita, de particularidades linguísticas próprias da fala.

Essa tendência, que se sedimentou com a proposta do Modernismo, trouxe a lume a ideia de que a literatura deveria constituir a representação da vida e que, por conseguinte, as palavras também significavam vida, devendo o seu emprego acontecer sem maiores complicações para que chegassem ao leitor da maneira mais simples e direta possível, numa linguagem capaz de fazer o povo nela se reconhecer e com ela se identificar.

### 5.2.3 A defesa de uma sintaxe brasileira

Os modernistas lutavam por uma independência dos padrões tradicionais lusitanos, seja nas escolhas lexicais, seja nas possibilidades sintáticas. Além do emprego de um vocabulário essencialmente popular, que não se curvasse às

exigências da norma culta, também reivindicavam estruturas oracionais que refletissem a realidade linguística brasileira.

Em relação ao embate sobre o estabelecimento de uma sintaxe tipicamente brasileira, assim se manifesta Mário Marroquim, em seu postulado *A língua do Nordeste* (1945, p. 169.):

A luta entre a língua culta e o dialeto se processa no campo da sintaxe. A primeira recebe o léxico variadíssimo do uso popular como um enriquecimento vocabular aproveitável e aproveitado. É intransigente, porém, quanto à sintaxe, pois ela é a estrutura viva da língua; é na sua articulação que reside a alma e o caráter do idioma.

A respeito das principais características sintáticas do português do Brasil em relação ao de Portugal, escreve Ismael de Lima Coutinho (*apud* Lessa, *op. cit.*, p.73-74.):

Nas camadas populares (...), as discordâncias neste ponto são patentes.

Enumeremos as principais:

- a) a colocação irregular dos pronomes oblíquos: *Me disseram, não dou-te;*
- b) a preposição *em* com verbos de movimento: *Vou na janela, cheguei na estação;*
- c) o pronome reto *ele, ela, eles, elas*, como objeto direto: *Vi ele;*
- d) o uso de *mim* como sujeito de um infinitivo: *Para mim ver;*
- e) o verbo *ter* empregado pelo impessoal *haver*: *Tem gente nesta casa;*
- f) o verbo impessoal *haver* no plural: *Houveram festas;*
- g) o verbo plural com sujeito coletivo geral: *O povo foram.*

Vale ressaltar que, conforme afirmação de Lessa (*idem*, p.74.):

(...) das sete divergências sintáticas enumeradas por Ismael Coutinho, três se nos deparam com apreciável frequência nas pesquisas que realizamos: a colocação irregular de pronomes – inclusive ponderável número de períodos iniciados pela partícula átona –, emprego da preposição *em* com verbos de movimento e emprego do verbo *ter* na acepção de *existir*. Além disso, embora com menos frequência, já vai aparecendo o pronome reto em função objetiva, e (...) exemplos de frases construídas com um coletivo como sujeito e o verbo flexionado no plural.

Cumprido destacar também que, ao se observarem obras do período modernista, outras características sintáticas se apresentam, além dessas mencionadas, que correspondem às várias peculiaridades da sintaxe popular brasileira que ganharam vulto na pena dos escritores de 1922.

Com toda a certeza, a atitude reacionária dos modernistas contribuiu consideravelmente para o estabelecimento de uma literatura reveladora das

características linguísticas do português do Brasil, configurando-se como uma das mais expressivas manifestações da cultura nacional.

Os escritores que sucederam aos da geração de 22 encontraram caminhos já desbravados para exercerem mais significativamente a sua liberdade criadora, tanto em relação às abordagens temáticas, quanto aos empregos da língua.

Convém comentar que, desde o início do movimento modernista, os gramáticos mais puristas e conservadores sempre repudiaram uma escrita literária na qual se empregassem certos fatos linguísticos característicos da língua portuguesa do Brasil, que não se alinhavam com as exigências da tradição gramatical lusitana.

Sobre essa posição conservadora e academicista de alguns gramáticos, Lessa (*idem*, p. 126.) argumenta:

...o gramático há de ser, antes de tudo, um observador dos fatos da língua culta, de sorte que, na elaboração das normas gramaticais, é por indução e nunca por dedução, que se deve proceder; se, por outro lado, é necessário que sejam encaradas como um fenômeno perfeitamente natural as alterações inelutáveis que uma língua sofre, ao ser trasladada para terras distantes; e se, finalmente, o Brasil já possui uma história literária de relevo, através da qual tem contribuído, sem dúvida, para o enriquecimento cultural da língua portuguesa; então, tudo isto considerado, parece-nos que as particularidades da sintaxe brasileira não podem ser encaradas, sem mais nem menos, como manifestações desprezíveis de um pobre caçanje, a serem fulminadas impiedosamente pelos gramáticos como solecismos grosseiros, como graves erronias...

Realmente, muitas construções sintáticas empregadas desde a fase modernista até a atualidade não encontram abonação na tradição gramatical. A constância e a frequência de suas ocorrências explicam-se exatamente por se harmonizarem com a realidade linguística brasileira, garantindo a confirmação da identidade da nação.

É inegável que, em face das diversas características de estruturação sintática pertencentes ao cenário linguístico brasileiro, percebe-se uma necessidade pungente de se buscar um equilíbrio entre essas particularidades e as determinações da gramática normativa.

## 6 MANUEL BANDEIRA E A LÍNGUA PORTUGUESA

Manuel Bandeira sempre demonstrou especial interesse por questões referentes aos diversos fatos gramaticais da língua portuguesa. Desde menino, influenciado pelo pai, aprendeu a valorizar, na mesma proporção, tanto as manifestações linguísticas dotadas de rebuscamento e erudição, como as de acentuado caráter popular<sup>10</sup>. Sempre soube privilegiar a fala simples do povo e as construções tipicamente brasileiras. Incentivado pelo movimento modernista, cada vez mais passou a apresentar, na sua escrita, uma linguagem mais informal, com aspectos característicos do português do Brasil. Essas características são empregadas por Manuel Bandeira na produção poética, na prosa literária e em todo o seu epistolário, do qual foram destacadas, para este trabalho, as cartas endereçadas a Mário de Andrade, com o qual, a partir de 1922, Manuel Bandeira iniciou uma estreita e frequente troca de correspondências, que se manteve ininterrupta até a morte do poeta paulista.

Os dois amigos conversavam sobre diversos assuntos, sobretudo acerca dos fatos da língua. Mário, ferrenho defensor do abasileiramento do português, encontrava no amigo respaldo para suas ideias, embora Manuel Bandeira demonstrasse mais cautela no emprego de certas formas linguísticas.

Manuel Bandeira concordava com Mário em relação à aproximação entre fala e escrita, à simplicidade do vocabulário e ao emprego de construções sintáticas típicas do português brasileiro, mas combatia certos exageros cometidos pelo escritor paulista.

Observador atento e cuidadoso das manifestações linguísticas, Manuel Bandeira retratou lúcidas opiniões acerca de vários fatos da língua, principalmente a respeito das divergências entre o português lusitano e o brasileiro.

Tanto na sua vasta produção literária, como na sua correspondência, podem-se encontrar algumas passagens em que expôs suas observações sobre a língua, colocando-se sempre em posição de defesa de um vocabulário simples, de um registro mais coloquial e de estruturas sintáticas marcadamente brasileiras.

---

<sup>10</sup> Informações presentes em BARBOSA, Francisco de Assis. *Manuel Bandeira: 100 anos de poesia*. Recife: Pool. 1988.



## 6.1 Algumas reflexões sobre fatos da língua

### Poética

Estou farto do lirismo comedido  
 Do lirismo bem comportado  
 Do lirismo funcionário público com livro de ponto  
 [expediente protocolo e manifestações de apreço ao sr.  
 [diretor

Estou farto do lirismo que para e vai averiguar no  
 [dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo

Abaixo os puristas

Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais  
 Todas construções sobretudo as sintaxes de exceção  
 Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis

Estou farto do lirismo namorador  
 Político  
 Raquítico  
 Sifilítico  
 De todo lirismo que capitula ao que quer que seja fora  
 [de si mesmo.

De resto não é lirismo  
 Será contabilidade tabela de cossenos secretário do  
 [amante exemplar com cem modelos de cartas e as  
 [diferentes maneiras de agradar às mulheres, etc.

Quero antes o lirismo dos loucos  
 O lirismo dos bêbados  
 O lirismo difícil e pungente dos bêbados  
 O lirismo dos clowns de Shakespeare

– Não quero mais saber do lirismo que não é libertação.

(BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/  
*in: Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 129.).

Nesse poema, Manuel Bandeira critica o *lirismo comedido*, que pode ser entendido como o lirismo contido, reprimido pelas exigências da métrica e de certas convenções poéticas reverenciadas pelos poetas parnasianos. A referência à

constante preocupação com a métrica comprova-se pelo emprego de *comedido*, que contém a palavra *medido*. Ele demonstra o seu repúdio àqueles que cultuam o apuro gramatical e o rebuscamento da linguagem, enaltecendo a simplicidade e a liberdade de expressão.

\*\*\*

### Evocação do Recife

Recife  
Não a Veneza americana  
Não a Mauritssatd dos amadores das Índias Ocidentais  
Não o Recife dos Mascates  
Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois –  
    Recife das revoluções libertárias  
Mas o Recife sem história nem literatura  
Recife sem mais nada  
Recife da minha infância

A Rua da União onde eu brincava de chicote-queimado e  
    [partia as vidraças da casa de Dona Aninha Viegas  
Totônio Rodrigues era muito velho e botava o pincenê na  
    [ponta do nariz  
Depois do Jantar as famílias tomavam a calçada com  
    [cadeiras, mexericos, namoros, risadas  
A gente brincava no meio da rua  
Os meninos gritavam:

Coelho sai!  
Não sai!

A distância as vozes macias das meninas politonavam:

Roseira dá-me uma rosa  
Craveiro dá-me um botão  
(Dessas rosas muita rosa  
Terá morrido em botão...)

De repente  
    nos longes da noite  
                                um sino

Uma pessoa grande dizia:  
 Fogo em Santo Antônio!  
 Outra contrariava: São José!  
 Totônio Rodrigues achava sempre que era São José.  
 Os homens punham o chapéu saíam fumando  
 E eu tinha raiva de ser menino porque não podia ir ver o  
 [fogo]

Rua da União...  
 Como eram lindos os nomes das ruas da minha infância  
 Rua do Sol  
 (Tenho medo que hoje se chame do Dr. Fulano de Tal)  
 Atrás de casa ficava a Rua da Saudade...  
 ...onde se ia fumar escondido  
 Do lado de lá era o cais da Rua da Aurora..  
 ...onde se ia pescar escondido

Capibaribe  
 – Capibaribe

Lá longe o sertãozinho de Caxangá  
 Banheiros de palha  
 Um dia eu vi uma moça nuinha no banho  
 Fiquei parado o coração batendo  
 Ela se riu  
 Foi o meu primeiro alumbramento

Cheia! As cheias! Barro boi morto árvores destroços  
 [redomoinho sumiu  
 E nos pegões da ponte do trem de ferro os cablocos  
 [destemidos em jangadas de bananeiras]

Novenas  
 Cavalhadas

Eu me deitei no colo da menina e ela começou a passar a  
 [mão nos meus cabelos]

Capibaribe  
 – Capibaribe  
 Rua da União onde todas as tardes passava a preta das  
 [bananas com o xale vistoso da pano da Costa  
 E o vendedor de roletas de cana  
 O de amendoim  
 que se chamava midubim e não era torrado era cozido

Me lembro de todos os pregões:  
 Ovos frescos e baratos  
 Dez ovos por uma pataca  
 Foi há muito tempo...

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros  
 Vinha da boca do povo na língua errada do povo  
 Língua certa do povo  
 Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil  
 Ao passo que nós  
 O que fazemos  
 É macaquear  
 A sintaxe lusíada

A vida com uma porção de coisas que eu não entendia  
 Terras que não sabia onde ficavam [bem]

Recife...  
 Rua da União...  
 A casa de meu avô...  
 Nunca pensei que ela acabasse!  
 Tudo lá parecia impregnado de eternidade

Recife...  
 Meu avô morto.

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa  
 [de meu avô.

(*idem*, p. 133-135.).

No meio de tantas reminiscências, em que enumera episódios de sua infância vivida na casa de seu avô em Recife e menciona pessoas importantes de seu passado, que frequentemente vão figurar na sua produção literária, Manuel Bandeira enaltece as características do português do Brasil e a fala popular, elevando-a ao patamar de “língua certa”, já que representa a expressão da verdadeira cultura nacional. Deixa transparecer também a sua atitude combativa em relação aos que mostram resistência em retratar, na língua literária escrita, as estruturas de oração da linguagem coloquial e que insistem numa sintaxe pautada nos modelos lusitanos.

Na casa de Laranjeiras, (...) a vida era dura. E eu desde logo tomei parte nela, como intermediário entre minha mãe e os fornecedores – vendeiro, açougueiro, quitandeiro, padeiro. Nunca brinquei com os moleques da rua, mas impregnei-me a fundo do realismo da gente do povo. Jamais me esqueci das palavras com que certo caixeiro de venda português deu notícias de um companheiro que não era visto havia algum tempo: "O seu Alberto está com os pulmões podres." Essa influência da fala popular contrabalançava a da minha formação do Ginásio, onde em matéria de linguagem eu me deixava assessorar por meu colega Sousa da Silveira, naquele tempo todo voltado para a lição dos clássicos portugueses.

(BANDEIRA, Manuel, *Itinerário de Pasárgada*, 1954/  
*in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 297.).

Manuel Bandeira reverencia a riqueza expressiva de termos populares, no caso a expressão "pulmões podres" empregada em referência, provavelmente, à pneumonia ou à tuberculose, doenças incuráveis naquela época. Ele ressalta a importância da presença da fala popular na sua formação linguística, já que esta era talhada, essencialmente, pelos padrões portugueses. A afirmação de Bandeira demonstra claramente o destaque dado pelo poeta às questões de variação linguística.

\*\*\*

Sousa da Silveira admirava grandemente a Machado de Assis, dizia com vivo entusiasmo "Versos a Carolina". Não tinha curiosidade pelos parnasianos e eu não compreendia como se podia gostar do barão de Loreto<sup>11</sup>, do barão de Paranapiacaba<sup>12</sup>, e não gostar de Bilac, cuja "Via Láctea" vim a saber de cor<sup>13</sup>. Apesar do respeito que me inspirava o meu colega, três anos mais velho do que eu, nunca pude compartilhar de todas as suas admirações em assuntos de poesia. Mas uma coisa é

---

<sup>11</sup> Franklin Américo de Meneses Dória – o barão de Loreto – foi advogado, político, orador, magistrado e poeta brasileiro. Também membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

<sup>12</sup> João Cardoso de Meneses e Sousa – o barão de Paranapiacaba – foi poeta, jornalista, advogado, tradutor, professor e político brasileiro.

<sup>13</sup> Por esse comentário, percebe-se a razão de Manuel Bandeira não concordar integralmente com todos os posicionamentos do Modernismo. O repúdio aos parnasianos e aos simbolistas, essência do movimento de 1922, não encontrava total apoio no poeta.

certa – ele me fazia sentir nos grandes escritores do passado esse elemento indefinível que é o gênio da língua (...).

(*idem*, p. 298.).

Mais uma vez, observa-se a relevância que Manuel Bandeira dispensa à leitura e aos estudos dos autores clássicos na formação cultural e linguística dos que fazem uso da língua portuguesa. Ele defendia a intimidade com todos os registros – seja o popular, seja o culto – para a formação de uma competência linguística mais completa e eficiente.

\*\*\*

(...) o professor de latim, Vicente de Sousa, era homem inteligente e culto, grande latinista, mas que negação completa para mestre de meninos! Em vez de procurar despertar o nosso gosto pela poesia de um Virgílio (...) ou pela prosa de um Tácito, obrigava-nos a quebrar a cabeça com as formas arcaicas das declinações, fazia muita questão era da pronúncia restituída, de que foi o introdutor no Brasil.

(*idem*, p. 300.).

Mais uma amostra da atualidade nas concepções de Manuel Bandeira a respeito dos estudos da língua. Modernamente, enfatiza-se a importância das atividades de leitura, trabalhando o texto, como um processo, um lugar de interação entre autor e leitor, um espaço de construção de sentidos. Defende-se que o texto seja discutido, por exemplo, em todas as suas possibilidades semânticas, na exploração do vocabulário, no exame dos recursos linguísticos utilizados pelo autor, na descoberta de suas subjetividades, e não apenas utilizar a leitura como pretexto para execução de exercícios gramaticais. Pelo comentário do poeta, percebe-se, portanto, que sua visão acerca das atividades relacionadas ao estudo de textos está em sintonia com as atuais propostas pedagógicas para o ensino da língua.

\*\*\*

Não me lembro de problemas dentro da metrificação, que eu não tivesse resolvido prontamente. No entanto, os primeiros versos do poema "Gesso", que é em versos livres, me deram água pela barba durante anos. Originalmente me saíram assim:

Aquela estatuazinha de gesso, quando ma deram,  
[era nova  
 E o gesso muito branco e as linhas muito puras

Mal sugeriam imagem de vida.  
 Não era possível manter aquele "ma deram", tão agressivo ao gênio da fala brasileira.

(*idem*, p. 311.).

Há na gramática normativa a orientação sobre essa questão dos pronomes átonos. Bechara, na *Moderna Gramática Portuguesa*, 2004, p. 179, explica que "ocorrem em português (...) combinações de pronomes átonos", entre as quais, cita "mo = me + o; ma = me + a" (*idem, ibidem.*), exemplificando com o segmento "Se dizeis isso pela que me destes, tirai-ma: que não vo-la pedi eu" (HERCULANO, Alexandre, 1876, *apud* BECHARA, *idem, ibidem.*).

Vale atentar que o exemplo escolhido para a abonação da norma gramatical pertence a um escritor português. O emprego da combinação do pronome átono oblíquo com outros termos é comum no português lusitano. No português do Brasil, esse uso raramente ocorre, daí a afirmação de Manuel Bandeira de que tal estrutura contrariava os aspectos característicos da fala brasileira. É mais uma demonstração de que o poeta, apesar da sua formação acadêmica moldada nos padrões lusitanos e da sua admiração pelos clássicos portugueses, mantinha uma atitude de constante reflexão sobre os fatos da língua efetivamente em uso pelos brasileiros, privilegiando-a frequentemente em sua escrita literária.

\*\*\*

Não há nada mais gostoso do que "mim" sujeito de verbo no infinitivo: "Pra mim brincar". As cariocas que não sabem gramática falam assim. Todos os brasileiros deviam de querer falar como as cariocas que não sabem gramática. – O erro mais feio de brasileiro é a construção dos pronomes "me", "te", "lhe", "nos", "vos" com os pronomes "o", "a", "os", "as": "Ele já mo deu".

(*idem*, p. 338.).

Manuel Bandeira defende uma das características sintáticas mais significativas da fala popular brasileira, que consiste no emprego do pronome oblíquo tônico *mim* como sujeito do infinitivo. Evidentemente, o poeta não está abonando esse emprego em qualquer situação, mas considerando-o possível no registro informal, por ser muito mais coerente com a fala brasileira, o que não acontece com construções formadas pela aglutinação de pronome oblíquo com demonstrativo, como em “Ele já *mo* deu”. Vale ressaltar o seu conhecimento filológico ao dizer que o emprego de *mim* como sujeito é fato gramatical típico da *fala* brasileira.

A construção "para mim + verbo no infinitivo" tem merecido atenção por parte de diversos gramáticos e linguistas nos últimos tempos. A gramática normativa afirma que o pronome *eu* é o único capaz de assumir a posição de sujeito, criticando veemente a presença do *mim* nessa construção. Segundo Carlos Henrique Rocha Lima, *na Gramática normativa da língua portuguesa*, 1985, p. 285:

São erros comuns dar forma oblíqua ao pronome sujeito de verbo no infinitivo:  
 ... para mim fazer...  
 ( para eu fazer).

Sobre o assunto, outro posicionamento de viés puramente normativo também encontra respaldo na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 290.):

Do cruzamento das duas construções perfeitamente corretas:  
 Isto não é trabalho *para eu fazer*  
 e  
 Isto não é trabalho *para mim*,  
 surgiu uma terceira:  
 Isto não é trabalho *para mim fazer*,  
 em que o sujeito do verbo no infinitivo assume a forma oblíqua.  
 A construção parece ser desconhecida em Portugal, mas no Brasil ela está muito generalizada na língua familiar, apesar do sistemático combate que lhe movem os gramáticos e os professores do idioma.

Bechara (*op. cit.*, p. 566.) postula que, de acordo com as regras de regência relativas ao emprego da preposição *para* em orações infinitivas, o pronome em



posição de sujeito deve estar na forma reta, conforme a norma gramatical. Nas palavras do autor:

Isto é para eu fazer – Se a preposição seguida de pronome não serve de introduzir este pronome (que funciona como sujeito), mas um infinitivo, usando as formas retas *eu* e *tu* e não *mim* e *ti*:

Isto é para mim (a preposição rege o pronome)

Isto é para eu fazer (a preposição rege o infinitivo: isto é, para que eu faça).

Comparando-se, então, a afirmação do poeta – que faz alusão a um caso de regência bastante comum da realidade linguística brasileira – e a dos gramáticos, pode-se perceber a grande diferença entre o uso real da língua e os preceitos gramaticais.

É importante destacar a atualidade do pensamento de Manuel Bandeira, já que esse comentário foi feito no início dos anos de 1950<sup>14</sup> e nos estudos hodiernos encontra respaldo, como em Castilho (2010, p. 193.), apoiando-se no aspecto da funcionalidade da língua, afirma que "mim pode aparecer como sujeito de infinitivo preposicionado, em Isto é para mim fazer".

A concepção de Azeredo (*op.cit.*, p. 258.) diante dessa questão linguística também se harmoniza com a visão do poeta, no sentido de reconhecer tal estrutura como pertencente à organização sintática típica do registro coloquial:

A construção 'para mim + infinitivo' (*para mim fazer, para mim beber*) é usual no registro informal, inclusive dos falantes mais escolarizados, e é como convém ser descrita. A recomendação da forma 'para eu + infinitivo' não pode ser feita em detrimento da outra, mas como opção a ela nas variedades formais.

No trecho, Bandeira ainda qualifica de "erro mais feio de brasileiro" a construção "Ele já mo deu", pois o emprego da combinação do pronome átono oblíquo com outros termos constitui fato comum no português lusitano, mas não se consagrou no português do Brasil.

<sup>14</sup> Vale enfatizar que o trecho selecionado pertence à obra memorialista *Itinerário de Pasárgada*, de 1954.

Em outra situação, o poeta já se mostrara contrário a essa construção, alegando ser tal emprego "tão agressivo ao gênio da fala brasileira" (BANDEIRA, Manuel, *idem* p. 311.).

O comentário é mais uma amostra da defesa do poeta diante dos usos linguísticos característicos do português brasileiro.

\*\*\*

Tudo isso me confirmou na ideia de que poesia é mesmo coisa intraduzível. No entanto lá estavam em *Libertinagem* três sonetos de Elizabeth Barrett Browning, aos quais depois acrescentei um quarto. O português dessas traduções contrasta singularmente com os dos poemas originais. É que na ginástica da tradução fui aprendendo que para traduzir poesia não se pode abrir mão do tesouro que são a sintaxe e o vocabulário dos clássicos portugueses. Especialmente quando se trata de tradução do inglês ou do alemão. A sintaxe dos clássicos, mais próxima da latina, é muito mais rica, mais ágil, mais matizada do que a moderna, sobretudo a moderna do Brasil.

(BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 340.).

Quando Manuel Bandeira comenta sobre a relevância do conhecimento da sintaxe e do vocabulário dos clássicos portugueses para um trabalho de tradução proficiente, constata-se que, a par da defesa de um português mais despojado na escrita literária, está a valorização do conhecimento da tradição gramatical, sempre que o contexto de enunciação exigir.

Esse é um claro exemplo da necessidade de o usuário da língua saber transitar, de forma desembaraçada e eficiente, por todas as variedades linguísticas. É importante que o falante seja, em relação à sua língua, "plurilíngue ou poliglota, isto é, ao lado de uma técnica que considera normal como sua, consegue distinguir 'desvios' dessa técnica" (BECHARA, 2003, p. 55.). Convém, portanto, que o usuário da língua tenha domínio desde a escrita de um texto formal até a simples conversa com pessoas menos letradas, tendo consciência linguística suficiente para empregar e compreender registros organizados em diferentes graus de formalismo, dependendo do nível de exigência da situação comunicativa – fator determinante na reflexão sobre as diversas manifestações linguísticas e seus usos.

\*\*\*

A mim sempre me agradou, ao lado da poesia de vocabulário gongorinamente<sup>15</sup> seletto, a que se encontra não raro na linguagem coloquial e até na do baixo calão. Assim, a expressão “ficar safado da vida”, em que o adjetivo “safado” só pode ser superado por outro que não se deve escrever (...).

(BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 343.).

Manuel Bandeira ratifica a sua posição de atribuir o mesmo valor ao emprego de vocabulário bem cuidado e a outro mais informal, até mesmo aproximando-se do vulgar. Do contexto, portanto, dependerá a seleção das palavras.

\*\*\*

Partidário da impureza em matéria de língua, parecia-me descabido e quase petulante pretender lugar numa companhia<sup>16</sup> que, pelo menos teoricamente, sempre se considerou zeladora da pureza do idioma.

(BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 349.).

Observa-se, nessa passagem, o reforço de seu posicionamento a favor de uma forma de expressão mais simples e do seu apreço pela linguagem coloquial. Ao afirmar que pratica impurezas contra a língua, faz referência à sua predileção por estruturas e vocabulário típicos do português brasileiro, nem sempre em concordância com as regras impostas pela tradição gramatical.

\*\*\*

O nosso grande João Ribeiro caçoou de Tobias Barreto nas *Páginas de Estética*, dizendo que esse se exprimira “com certa riqueza de ideia, mas grande miséria de gramática” nos dois versos famosos:

---

<sup>15</sup> Relativo a Gongorismo: escola espanhola de poesia inspirada no modelo de Luís Gôngora y Argote (1561-1627), poeta espanhol, e caracterizada por um excesso de metáforas, antíteses, inversões, trocadilhos, e alusões clássicas. (FERREIRA, Aurélio B. H. Novo Aurélio Século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.).

<sup>16</sup> Referência à Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1940.

Das pedras todas que atiram-me  
Hei de fazer um altar!

Ora, não há aí nenhuma miséria de gramática, salvo para um ouvido português.

(BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 35.).

No trecho acima, Manuel Bandeira defende a liberdade poética na colocação do pronome num verso de Tobias Barreto e critica a atitude de alguns estudiosos que combatem certos empregos linguísticos, alegando que não se coadunam com a norma gramatical, sem atentarem para uma possível justificativa de emprego pautada na expressividade de um texto ou num efeito estilístico. Ele expõe sua discordância em relação ao comentário de João Ribeiro sobre os versos do poeta sergipano, que empregou a posição enclítica do pronome numa oração subordinada, uso não coerente com as determinações da tradição gramatical, que prescreve que o pronome seja empregado em posição proclítica "nas orações subordinadas desenvolvidas, ainda quando a conjunção esteja oculta" (CUNHA; CINTRA, *op.cit.*, p. 302.). Bandeira afirma que a sintaxe utilizada por Tobias Barreto não constitui exemplo de desconhecimento ou pobreza gramatical. Ele destaca ainda que somente aos portugueses essa construção sintática poderia causar estranheza, já que no português do Brasil a variabilidade é maior em relação à colocação pronominal.

\*\*\*

Foi preciso que aparecesse um homem corajoso, apaixonado, sacrificado e da força de Mário de Andrade para acabar com as meias medidas e empreender em literatura a adoção integral da boa fala brasileira. Não cabe aqui discutir os erros, os excessos, as afetações da solução pessoal a que ele chegou. Nada disso tira o valor enorme da sua iniciativa, a segunda, e muito mais completa e eficiente que a primeira de Alencar. Aqueles mesmos excessos, aquelas mesmas afetações contribuíram para ferir as atenções, para promover reações e discussões, para focalizar o problema em suma.

(BANDEIRA, Manuel, *idem, ibidem.*)

O seu pensamento identifica-se com o de Mário de Andrade no que tange à valorização da fala brasileira, retratando-a na escrita. Sutilmente, faz uma ressalva a certos exageros cometidos pelo escritor paulista, ao mesmo tempo em que os defende, reconhecendo que os excessos acenderam os ânimos dos estudiosos, fazendo-os perceber a necessidade de uma discussão mais consistente sobre os fatos gramaticais do português brasileiro.

\*\*\*

A filologia fez progressos enormes e os seus mestres atuais são entre nós os Antenor Nascentes e os Sousa da Silveira, espíritos sem ranço de gramatiquices estreitas, e com os quais se pode conversar. Nenhum deles dará mais por incorretas as pobrezinhas das formas brasileiras.

(BANDEIRA, Manuel, *idem, ibidem.*).

Manuel Bandeira enaltece os mais modernos estudos filológicos que já legitimaram certas particularidades do português brasileiro, libertando-se dos rigores excessivos impostos pela tradição gramatical. O português do Brasil, seja quanto à regência ou à concordância, por exemplo, apresenta divergências em relação ao português de Portugal. Essas divergências – “as pobrezinhas das formas brasileiras” – são combatidas somente por estudiosos de visão limitada, que teimam em seguir um padrão lusitano que, efetivamente, não comporta as características do nosso português. Filólogos mais conscientes não mais desabonam certas estruturas do português brasileiro, reconhecendo-as como legítimas, já que são resultantes do processo evolutivo da língua portuguesa em solo brasileiro.

\*\*\*

Porque – quem falou até hoje em “língua brasileira?” Não me consta que jamais Mário de Andrade tenha pretendido criar língua nova. Nem ninguém pensa que o português falado pelos brasileiros seja língua nova. Nos seus livros já publicados o poeta paulista anuncia a publicação próxima de uma *Gramatiquinha da Fala Brasileira*. Notem bem: não diz língua brasileira, e sim fala brasileira.

(BANDEIRA, Manuel, *idem, p. 36.*).

Percebe-se lucidez por parte de Bandeira na defesa de Mário de Andrade, no sentido de evidenciar que este nunca pretendeu criar língua, intenção que, aliás, não teria sentido, porque independentemente de qualquer mudança, a língua do Brasil continuaria a ser essencialmente a língua portuguesa. Além disso, revela conhecimento filológico ao estabelecer a diferença entre *língua*, idioma de uma nação e *fala*, expressão individual oral.

\*\*\*

O que intenta aquela corrente a que aludiu o Prof. Sousa da Silveira<sup>17</sup> é criar na linguagem escrita uma tradição mais próxima da linguagem falada natural, correta mas sem afetação literária, da sociedade brasileira culta.

(BANDEIRA, Manuel, *idem, ibidem.*).

A propósito, a corrente a que Sousa da Silveira fez referência é a que sustenta a representação da fala na escrita. Pode-se perceber a posição cuidadosa e consciente de Manuel Bandeira quanto a essa tendência, quando menciona "sociedade culta brasileira", ou seja, ele não afirma ser favorável a qualquer tipo de comportamento descuidado em relação à língua. Aprova uma aproximação entre fala e escrita, de modo que esta demonstre uma adequação aos padrões linguísticos brasileiros, não se prendendo a certas minúcias das convenções gramaticais. O que defende o poeta não é a abonação de todos os desvios gramaticais e sim uma escrita mais natural, que retrate as particularidades do português do Brasil. O pensamento de Bandeira afina-se com as modernas concepções sobre a língua, pois o poeta demonstra concebê-la como fenômeno cultural, atividade criativa que se estabelece na interlocução. Ele sempre demonstra uma visão de língua que respeita sua heterogeneidade, considerando a diversidade linguística inerente à sua própria natureza, quer na modalidade escrita quer na falada.

\*\*\*

---

<sup>17</sup> Os comentários de Sousa da Silveira fazem referência à obra *O idioma nacional*, de Antenor Nascentes, publicada em 1944.

Silva Ramos era o catedrático de português. Já naquele tempo não parecia moço à nossa meninice. (...) bastava que um aluno, mau leitor, estropiasse a edição de uma bela página da Antologia nacional para que a sensibilidade do mestre, ferida em suas fibras mais finas, estremecesse e buscasse evadir-se conosco para fora da sombria sala de aula: de todo esquecido da gramática, da seca análise gramatical e da "chamada análise lógica, que de lógica muitas vezes nada tem" como ele mesmo escreveu (...), Silva Ramos interrompia o aluno, talvez bem seguro de todas as subordinadas conjuntivas do período, para lhe fazer sentir a beleza do trecho, que passava a ler com o entusiasmo mais vibrante e comunicativo.

(...)

Silva Ramos era um espírito de formação clássica portuguesa. Mas ele entendia versar os clássicos naquele mesmo largo espírito humanista de que nos fala João Ribeiro, outro grande mestre do Pedro II daquele tempo: isto é, versá-los, situando-os em seu tempo, revivendo-os no ambiente de suas paixões. Com Silva Ramos o que se procurava em Camões não eram os atestados de bom comportamento de um pronome oblíquo nem a personalidade irregular de um infinitivo, mas a força rítmica da oitava decassílaba, atrás da qual choravam as lágrimas de Inês ou de longe bradava o despeito amoroso de Adamastor.

(BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 72-73.).

Ao comentar a maneira pela qual o antigo mestre Silva Ramos conduzia as aulas de português, percebe-se que o pensamento de Manuel Bandeira se afina com o do ex-professor, no que se refere às aulas de língua portuguesa, em que a prioridade deve ser a de exaltar as belezas do texto e não a de utilizá-lo unicamente como fonte de estudos gramaticais.

O pensamento de Bandeira está em conformidade com as mais recentes correntes linguísticas, que destacam como base do ensino da língua o estudo do texto. A concepção do poeta coincide com a de seu antigo professor, que consiste em conjugar o ensino da literatura ao da língua, considerando-os partes indissociáveis no processo de aprendizagem e de uma aquisição mais efetiva da língua.

Manuel Bandeira destaca a importância de se trabalhar o texto integralmente, observando os seus mecanismos de conexão textual, analisando as formas

linguísticas que o estruturam, etc., a fim de desenvolver tanto a competência gramatical quanto a competência textual do aluno. A partir dessa concepção de estudo de texto, é possível despertar no aluno a percepção da relação entre forma e conteúdo, facilitando sua inserção na cultura de uma escrita culta, formal, ampliando seu nível de letramento, atitude, aliás, que Manuel Bandeira reconhecia no ex-professor e com a qual demonstra total concordância.

Novamente, o poeta demonstra o seu pioneirismo em relação ao estudo da língua portuguesa, uma vez que seu pensamento se vincula às modernas correntes linguísticas, cuja crítica fundamental ao ensino tradicional recai sobre o caráter excessivamente normativo do trabalho com a linguagem, no qual, além de desconsiderar a realidade multifacetada da língua, enfatiza demasiadamente a transmissão das regras e conceitos presentes nas gramáticas tradicionais como o objetivo central de estudo, confundindo, conseqüentemente, o ensino de língua com o ensino de gramática. Aspectos relevantes do ensino da língua materna, como a leitura – defendida por Silva Ramos e ratificada por Bandeira – e a produção de textos, acabaram sendo negligenciadas em prol de atividades centradas na exaustiva prescrição de regras ou de análises gramaticais que, certamente, não promovem, de forma integral e proficiente, o desenvolvimento da competência linguística do aluno.

\*\*\*

Eu não tenho como tanta gente, boa e má, o horror do lugar-comum. Sustento até que se pode fazer poesia da melhor com uma seleção avisada de lugares-comuns.

(BANDEIRA, Manuel, *Crônicas da Província do Brasil*, 1936/  
*in: Poesia e Prosa*, 1958, p. 510.).

Segundo o poeta, a presença de frases feitas num texto literário não desmerece o seu valor, nem significa pobreza vocabular. É mais um recurso estilístico, do qual ele próprio se vale, para incorporar à escrita literária elementos característicos da linguagem coloquial, proporcionando maior expressividade ao texto.

\*\*\*



Fico meditando ainda nesse milagre das palavras simples, que pareciam sem forma, sem cor e sem peso e ganham tudo isso ao serem agrupadas pela intuição do poeta.

(BANDEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 589.).

Afeito a um vocabulário objetivo e simples, Bandeira confirma que a beleza e a expressividade de um texto não residem no rebuscamento da linguagem, mas numa escolha cuidadosa das palavras para que proporcionem melhor compreensão da mensagem e uma forma de expressão mais clara e vibrante.

\*\*\*

Não há palavras simpáticas ou antipáticas, simples ou pretensiosas, bonitas ou feias: as palavras são como as cores e valem pelas relações em que se colocam com as suas vizinhas.

(BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 590.).

Este comentário reforça o anterior, confirmando que a expressividade de um texto está ligada à escolha das palavras. O segredo não está na sofisticação vocabular, mas na elaboração cuidadosa do texto, visando a um maior efeito que a relação entre as palavras, mesmo as mais simples, mantêm entre si e podem, conseqüentemente, proporcionar.

\*\*\*

Gostava de corrigir a nossa linguagem<sup>18</sup>. Um dia, em que o objetivo da lição era o meu Estado natal, perguntou-me de sopetão: “Qual era o maior rio de Pernambuco?” Respondi, muito orgulhoso, do fundo da sala: “É o Capibaribe.” Ao que comentou Veríssimo: “Bem se vê que o senhor é um pernambuco!” A turma gozou-me numa grande

---

<sup>18</sup> Manuel Bandeira faz referência a José Veríssimo – escritor, educador, jornalista e estudioso da literatura brasileira; imortal e um dos principais idealizadores da Academia Brasileira de Letras. Na época, era diretor e professor de Geografia do atual Colégio Pedro II, no qual o poeta estudava.

gargalhada. A princípio fiquei atarantado, sem compreender. Até que veio a correção do mestre: “Diga Capiberibe.”

No momento eu não podia ter consciência de que o menino nascido e criado à beira do rio falara certo.

(BANDEIRA, Manuel, *Itinerário de Pasárgada, 1954/*  
*in: Seleta de Prosa, 1997, p. 314.*)

Manuel Bandeira relembra um episódio ocorrido durante uma aula de Geografia do professor José Veríssimo. Ao comentar sobre a sua falta de consciência, na época, de que falara corretamente o nome do rio pernambucano, revela conhecimento sobre a sempre atual questão da variação linguística. Considerar certa a palavra *Capibaribe* significa aceitá-la como manifestação legítima, pois é recorrente na língua, corresponde a uma escolha feita pelos falantes de uma determinada comunidade. O pensamento de Bandeira está em concordância com o conceito coseriano de *norma*<sup>19</sup>, que considera legítimo o que é mais comum no uso da língua, o que corresponde à tradição linguística de uma comunidade.

Vale ressaltar, mais uma vez, como Manuel Bandeira se revela atual nos seus posicionamentos acerca das questões da língua e no seu entendimento sobre norma linguística, que se relaciona intimamente com os mais avançados estudos da linguagem.

Já na sua época, o poeta compreendia que alguns fenômenos linguísticos que se processam em determinadas comunidades de fala determinam, efetivamente, a norma, que se define como o conjunto de padrões habituais e coletivos da língua utilizada por um grupo social.

A partir da situação apresentada, dos comentários de Manuel Bandeira e do que se depreende do conceito de norma, fica evidente também que não existe apenas uma, mas várias normas linguísticas que caracterizam a diversidade de grupos existentes na sociedade brasileira. Daí, também emerge a reflexão a respeito da denominação equivocada de erro linguístico, uma vez que cada grupo de falantes pode possuir uma norma que não é igual à de outro, mas é corrente na sua comunidade de fala. Desse modo, muitos fenômenos linguísticos, variáveis no nível

---

<sup>19</sup> Coseriu, Eugênio. *Lições de linguística geral* (Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980, p. 122 -123.).

fonético-fonológico, morfossintático ou lexical e que, muitas vezes, são estigmatizados pela sociedade, não podem ser considerados como erros da língua, já que o seu uso se identifica com o que é norma habitual em determinados grupos de falantes.

\*\*\*

É com vivo receio que vou me ocupar deste livro<sup>20</sup>. O autor diz (...): "O que incontestavelmente se torna imprescindível e urgente é retirar o estudo de tais assuntos para fora dos domínios do nacionalismo e da literatura".

A questão ortográfica está hoje aqui num impasse porque o nacionalismo e a literatura (Academia & Cia.) quiseram meter no caso a sua colher torta. Nacionalismo e literatura andam querendo metê-la no caso mais ainda difícil e grave do idioma nacional.

(...) Embora o Sr. Renato Mendonça fale a cada passo de sua obra em "língua brasileira" e parece assim defender o ponto de vista dos nacionalistas (...) ele pensa e sente como o grande mestre sergipano<sup>21</sup>.

Mais adiante, (...) escreve ainda: "Os elementos enumerados em seguida não bastam cientificamente para elevar as modificações do português à categoria de *língua*."

Parodiando as palavras do Sr. Renato Mendonça, digo eu agora: o que incontestavelmente se torna imprescindível e urgente é aparecer alguém com autoridade de linguista para nos definir com precisão o conceito de "língua".

(BANDEIRA, Manuel, *Andorinha, andorinha*, 1966, p. 236.).

Sempre interessado nas discussões sobre as características do português brasileiro, demonstra uma visão consciente acerca desse debate quando cita a necessidade de se determinar com precisão o conceito de língua. O próprio Bandeira, por várias vezes, já mostrou grande conhecimento linguístico ao esclarecer que as peculiaridades no uso de uma certa língua não a transformam em outra, pois são manifestações diferentes de uma mesma língua. O poeta sempre afirmava que a intenção de se buscar uma identidade brasileira na expressão linguística não consistia na criação de uma nova língua. Havia, por parte de Manuel

<sup>20</sup> O livro em questão é *O Português do Brasil*, de Renato Mendonça, publicado em 1936, no qual o estudioso historicizou a produção intelectual brasileira acerca da temática do brasileiro.

<sup>21</sup> A propósito, trata-se de Laudelino Freire, um dos grandes nomes nos estudos clássicos e filológicos do Brasil.

Bandeira, apenas uma atitude de repúdio à inflexibilidade dos puristas e uma reivindicação pela legitimação das peculiaridades e usos linguísticos brasileiros.

\*\*\*

Os portugueses e os lusófilos andam muito irritados com os criadores de uma “língua brasileira”. Mas grande culpa lhes cabe em tudo isso. Em vez de aceitarem de boa cara as diferenciações introduzidas aqui por efeito de uma evolução divergente do idioma, foram eles que começaram a dizer, diante de um pronome colocado à revelia das regras peninsulares, que isso “não é português”. Se não é português e se não pode no Brasil considerar-se erro, será então brasileiro!

(BANDEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 238.).

Manuel Bandeira reforça a necessidade de os portugueses e os defensores do português lusitano aceitarem pacificamente as diferentes manifestações linguísticas que ocorrem no português do Brasil. Diferenças no uso de uma determinada língua fazem parte do seu processo evolutivo. Se não são suficientes para que a língua se descaracterize ou perca sua unidade, significa que ela ainda permanece a mesma. Não aceitando as particularidades do português brasileiro, como o exemplo da colocação pronominal, então terá de se considerar a configuração de uma nova língua. E realmente não é esse o caso. Sempre se estará falando a mesma língua, com diferenças e particularidades, é verdade, mas sempre a mesma língua.

\*\*\*

Se os portugueses querem chamar portuguesa a linguagem que falamos, têm de aceitar também os fatos linguísticos ocorrentes entre nós não em analfabetos boçais mas em escritores e gente de boa sociedade. [...] Acho que a língua continua a ser, por enquanto, portuguesa. Mas o nome pouco importa: o essencial é que neste, como em outros pontos, falemos e escrevamos como a gente instruída fala. Tenhamos a coragem de falar e escrever “errado”.

(BANDEIRA, Manuel, *idem, ibidem.*)

Além de reforçar a sua posição sobre o conceito de língua, afirmando que as diferentes manifestações linguísticas do Brasil não são tão profundas a ponto de modificarem a estrutura do idioma, Bandeira endossa a sua constante defesa de aproximação entre a linguagem oral e a escrita, afirmando que é necessário, tanto na fala quanto na escrita, registrar os fatos linguísticos típicos do português do Brasil.

Evidentemente, quando o poeta comenta sobre a necessidade de se falar e escrever "errado", está se referindo tanto à problemática das diferenciações entre o português do Brasil e o de Portugal, quanto à questão da adequação vocabular.

Ao comentar "falemos e escrevamos como a gente instruída fala", Manuel Bandeira demonstra, primeiramente, a sua lúcida opinião sobre questões da língua, destacando a importância de se dominar a variedade padrão, pois, indiscutivelmente, consiste numa ferramenta necessária para a efetiva participação e inserção do indivíduo no contexto político-social de que faz parte. Interessante também na colocação do poeta é a alusão à *fala* de gente instruída, revelando o seu conhecimento – coerente com os estudos linguísticos atuais – de que na modalidade falada ocorrem as mudanças e as variações que progressivamente modificam a língua. Por último, um outro ponto, mas não menos importante, é a orientação de Bandeira sobre o emprego de formas típicas da *fala* e não da *escrita* de "gente instruída", ou seja, o que ele defende não é uma manifestação linguística centrada somente nas determinações gramaticais da escrita, mas o estabelecimento de uma linguagem – falada e, principalmente, escrita – mais flexível e menos prescritiva.

\*\*\*

Quando eu tinha os meus treze anos e andava no Pedro II, vi uma vez Carlos de Laet aproximar-se do quichê da Jardim Botânico e pedir com toda calma: "Me dá uma ida e volta." Foi uma revelação pra mim. Laet era um escritor de sabor clássico. Se dizia tão naturalmente. "Me dá uma ida e volta", isto não podia ser erro no Brasil.

(BANDEIRA, Manuel, *idem, ibidem.*).

Provavelmente, Manuel Bandeira emprega a expressão "escritor de sabor clássico" em relação a Carlos de Laet<sup>22</sup> pelo fato de ter sido sempre defensor do purismo gramatical e ferrenho opositor das ideias linguísticas propostas pelo Modernismo. Em vista disso, ao ouvir o professor de pensamento tão tradicional construir uma frase iniciada por pronome oblíquo átono, Bandeira chega à conclusão de que, evidentemente, não se trata de erro, já que é construção consagrada pelo uso e perfeitamente adequada àquele contexto comunicativo, em vista do grau de informalidade da situação.

\*\*\*

Taxando de barbarismo o emprego do verbo *carecer* no sentido de *precisar*, escreve: "Embora alguns lexicógrafos autorizem tal emprego, infelizmente generalizado entre nós, a filologia moderna condena-o, não obstante o tivessem perpetrado escritores de primeira água, como Herculano, Camilo, Castilho, Alencar, etc." Ora, o emprego generalizado e a adoção por escritores de primeira água não bastam para legitimar uma expressão? O contrário é pura gramatiquice.

(BANDEIRA, Manuel. *idem*, p. 236.).

Bandeira destaca um trecho do livro *Estudinhos de Português*, de José Patrício de Assis, e se mostra discordante em relação ao argumento do autor, afirmando que se o emprego de determinado fato gramatical é recorrente na língua e aparece abonado por bons escritores deve ser tomado como legítimo.

No seu ponto de vista, aliás, bem de acordo com as concepções linguísticas atuais, os verdadeiros usos funcionam de fato com plena expressividade e não as formas preconizadas como corretas pela tradição gramatical, muitas das quais já há muito distantes das urgências linguísticas dos falantes.

\*\*\*

---

<sup>22</sup> Carlos de Laet foi jornalista, professor e poeta. Ironizou e combateu o Modernismo, tendo-lhe escapado o sentido vanguardista e renovador do movimento nascido em São Paulo com a Semana de Arte Moderna. Graça Aranha foi alvo de suas críticas e zombarias, tendo-lhe fornecido assunto para três sonetos galhofeiros. É preciso não esquecer, porém, que Carlos de Laet nasceu em 1847, sendo, portanto, compreensível que, educado numa cultura clássica, e já beirando os 80 anos, não tenha compreendido perfeitamente a nova corrente idealista defendida pelos artistas e intelectuais de 1922.

Cf. em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/CarlosdeLaet/CarlosdeLaet.htm>> . Acesso em 13/07/11.

É inútil reagir contra estrangeirismos como *editar*, *banal*, *detalhe* e tantos outros, perfeitamente assimilados, de uso corrente geral, vocábulos simples, elegantes e ágeis.

(BANDEIRA, Manuel, *idem, ibidem*.).

É bastante lúcido o comentário que Manuel Bandeira faz sobre estrangeirismos. Ele acolhe a presença deles, uma vez que estão perfeitamente incorporados ao vocabulário nacional e colaboram para o enriquecimento da língua.

Pode-se perceber que o poeta já entendia o estrangeirismo como uma enriquecedora utilização de unidades lexicais de outros sistemas linguísticos, sem que o seu emprego implicasse prejuízo para a língua portuguesa. Manuel Bandeira demonstra conceber a língua como um instrumento vivo e passível de constante movimento e interação tanto dentro de sua própria história, quanto por receber influências linguísticas externas.

\*\*\*

As qualidades melhores de Porto Alegre<sup>23</sup> não são de poeta, no fundo frio, mas sim de desenhista e pintor. Pode-se admirar nele o vigor da linguagem, o domínio do idioma e da métrica. Poucos escritores nossos usaram de tão rico vocabulário. Mas essa mesma riqueza está constantemente a prejudicar a clareza de seus quadros ou a emoção que nos pretende comunicar. O *Colombo* está inçado de descrições eloquentes mas sem força sugestiva, meros exercícios retóricos.

(BANDEIRA, Manuel, *Apresentação da Poesia Brasileira*, 1946/  
*in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 382-383.).

Ao tecer comentários sobre a linguagem empregada por Porto Alegre num poema, Bandeira reforça, mais uma vez, a sua posição crítica sobre o apuro vocabular que sobrepuja a expressividade do texto.

\*\*\*

---

<sup>23</sup> Manuel Araújo Porto Alegre, pintor e escritor gaúcho.

De fato, não se pode negar que é de uso corrente no Brasil, não só entre o povo, mas também na fala habitual da gente culta, mesmo na parte de escritores de sabor arcaico, como Carlos de Laet e João Ribeiro, aos quais ouvi dizer “Me dê”. Todavia o uso brasileiro não abrange indistintamente todas as variações pronominais. É geral para a forma oblíqua da primeira pessoa, porém já não tanto para as outras. Mário de Andrade sistematizou o emprego e me parece que aqui incorreu no mesmo erro que os gramáticos da segunda metade do século XIX quando começaram a impor como leis inflexíveis o que era apenas tendência, sujeita aliás a toda sorte de exceções determinadas por necessidades de expressão ou de ritmo.

(BANDEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 499-500.).

Sempre firme na intenção de transportar a língua oral para a escrita, Manuel Bandeira afirma reconhecer como característica do português brasileiro o emprego do pronome oblíquo de primeira pessoa no início de frases, mas como demonstração de sua observação sobre os fatos da língua, destaca que as demais formas oblíquas não são, na mesma proporção, utilizadas na fala brasileira.

A defesa de Manuel Bandeira pelo uso proclítico do pronome oblíquo em início de frase já era polêmica na época do poeta e continua a despertar debates ainda hoje.

Na modalidade de língua culta formal, a orientação que ainda hoje se mantém é a de não se empregar pronome átono em início de frase, sendo tal colocação possível somente na linguagem informal. Cunha e Cintra (*op. cit.*, p. 307.) observam que essa possibilidade – especialmente com a forma *me* – é característica do português do Brasil.

No que se refere à explicitação das regras de colocação dos pronomes átonos, também Bechara (2004, p. 587.) assinala que a "gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos". Adiante ressalta que a gramática descreve as regras mais de acordo com o falar lusitano, que se difere completamente do falar brasileiro. Em seguida, o autor enumera as “normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas” (BANDEIRA, Manuel, *idem, ibidem.*) e, em relação aos critérios de colocação dos pronomes pessoais átonos, postula que “não se inicia período por pronome átono” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 588.).



Percebe-se, portanto, que a orientação gramatical insiste na regra de não se empregar pronome oblíquo átono em início de período, o que se vincula a determinações centradas no cânone lusitano. Na realidade linguística de Portugal, há a clara percepção de que os pronomes oblíquos são efetivamente átonos, o que não ocorre no Brasil, em que a concepção é de serem subtônicos. Sobre isso, Azeredo (*op. cit.*, p. 259.) afirma:

(...) a próclise do pronome é a posição mais favorecida pelo ritmo da frase no português do Brasil (...). Os pronomes átonos mais comuns são iniciados por uma consoante – *me, te, lhe, se* (reflexivo). A posição proclítica em que ordinariamente são colocados favorece o relevo fonético desses pronomes, tornando-os semitônicos. Nas frases coloquiais *Me larga, Te peguei, Se manda daqui* fica nítida a pronúncia semitônica dos pronomes. Não é outra a razão do conhecido hábito brasileiro de começar frase com pronome átono, fato que em épocas não tão remotas causava horror aos gramáticos puristas.

A adoção da ênclise do pronome em certas situações de fala ou em certos textos (*Refiro-me, Envio-te, Retire-se*) é um traço do formalismo exigido pelos princípios do respectivo contrato de comunicação – fator sociocomunicativo ou sociolinguístico, portanto – e não um fator de gramaticalidade.

Confrontando-se as determinações gramaticais e, no caso, os empregos efetivos do pronome oblíquo em posição proclítica pelos falantes brasileiros, nota-se o aguçado poder de observação de Manuel Bandeira diante de uma das características linguísticas mais marcantes do português do Brasil.

\*\*\*

Quanto ao “Lhe embala o sono”. O brasileiro gosta de começar a frase com pronome oblíquo quando é da 1ª pessoa. “Me deixe”, “me leve”, etc. Com a 2ª e 3ª pessoas [é] outro jeito. É um caso que estou ainda observando. Aí é que me parece caber bem “Embala o sono dele...”

(MORAES, Antonio Marcos, *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, 2001, p. 151.).

Essa questão da colocação pronominal sempre é trazida à baila por Manuel Bandeira. Desde os tempos de estudante essa questão lhe despertava o interesse<sup>24</sup>. Numa carta ao amigo Mário de Andrade, aconselha-o a retirar o pronome oblíquo *lhe* do início da frase, alegando que esse emprego não é comum na fala brasileira.

Sabe-se que a língua culta formal não agasalha a orientação de se empregar pronome átono em início de frase. Tal uso é aceito apenas na linguagem informal e, mesmo assim, o que comumente se observa no emprego coloquial dos falantes brasileiros é a construção feita com os pronomes *me*, *te* e *se*, como "nas frases coloquiais *Me larga, Te peguei, Se manda daqui*" (AZEREDO, *op. cit.*, p. 259.). As demais, como por exemplo, as formas *lhe* e *o* não se constituem, na opinião de Manuel Bandeira, em usos peculiares à fala popular brasileira. O ponto de vista de Bandeira coincide com o de Azeredo (*idem, ibidem.*) quando afirma que "são artificiais, se não irreais, inícios de frases como *O convidei* e *As espero*, porque as formas átonas *o/a/os/as* não pertencem ao registro de língua – o uso corrente mais espontâneo – em que se pratica a próclise do pronome no começo de frase".

Comparando-se o argumento de Manuel Bandeira com o postulado de Azeredo, pode-se confirmar, portanto, o profundo conhecimento do poeta acerca de certas questões gramaticais do português do Brasil.

\*\*\*

Considero perfeitamente legítimo o emprego da variação "me" no princípio de qualquer período. Considero perfeitamente legítimo o emprego das outras variações em começo de período, quando continuam nele a mesma construção usada em período anterior (é o caso literário do "Te vejo, te procuro" de Gonçalves Dias, esclarecido por Sousa da Silveira na *Ordem*, número de junho de 42), e ainda em qualquer caso, por necessidade psicológica, das variações "te", "lhe", "nos". Considero, porém, erro iniciar o período pelas formas oblíquas "o", "a", "os", "as", ou "se" com o futuro e o condicional, por não se basearem estes casos em fatos da língua falada, popular ou culta: o povo não diz "O vi", diz (e muita gente boa também) "Vi ele".

(BANDEIRA, Manuel, *Apresentação da Poesia Brasileira*, 1946/  
*in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 500.).

<sup>24</sup> Sobre colocação pronominal, Antenor Nascentes fez os seguintes comentários sobre Bandeira: "Bandeira era dos mais vivos do grupo, dos mais brigões; corrigia qualquer erro que se cometesse. Foi com ele que comecei a tomar cuidado com a colocação dos pronomes à portuguesa. Não lhe agradeço este serviço; criou-me um hábito que hoje me impede de colocar os pronomes à brasileira." ANDRADE, Rodrigo M. Franco de (Org.). *Homenagem a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, 1936, p. 65.

Este comentário ratifica o posicionamento do poeta sobre a colocação pronominal no português do Brasil, que se caracteriza por certa liberdade na escolha dos usos, ao contrário da tradição portuguesa que prevê uma maior normatividade no emprego.

Sobre o emprego do pronome oblíquo *ele* como objeto direto, postulam Cunha e Cintra (*op.cit.*, p. 289.) que somente é utilizado se "antecedido da preposição *a* e dependente, em geral, de verbos que exprimem sentimento".

Bechara (2004, p. 175.) afirma que "o pronome *ele*, no português moderno, só aparece como objeto direto quando precedido de *todo* ou *só* (adjetivo) ou se dotado de acentuação enfática, em prosa ou verso".

Azeredo (*op. cit.*, p. 256.) distingue três grupos de funções para os pronomes pessoais:

- a) pronomes retos (*eu, tu, você, ele/ela, nós, vós, vocês, eles/elas*),
- b) pronomes oblíquos átonos (*me, te, o/a, lhe, se, nos, vos, os/as, lhes*), e
- c) pronomes oblíquos tônicos (*mim, ti, si, ele/ela, comigo, contigo, consigo, nós, conosco, vós, convosco, eles/elas*).

As formas do 'a' servem às funções de sujeito e de predicativo; as formas do grupo 'b' servem às funções de complemento do verbo (objeto direto, objeto indireto e adjunto adverbial); as formas do grupo 'c' servem às funções de complemento precedido de preposição.

As formas *ele/ela/eles/elas/nós/vós* servem, no registro formal, tanto às funções de 'a' como de 'c'. No registro informal, *ele/ela/eles/elas* cumprem os papéis sintáticos dos três grupos.

Em capítulo subsequente, no qual arrola alguns traços característicos do português do Brasil, o mesmo autor (*idem*, p. 549.) menciona como uma das particularidades "o uso do *ele* e respectivas variações como complemento direto do verbo: guardei *ele* (...)".

Por sua vez, Neves (2000, p. 457.) chama a atenção para o uso do pronome *ele*, que aparece cada vez mais próximo da língua padrão, mas não de forma suficientemente aceita para inserir-se nela:

A gramática normativa só admite que essas formas ocorram como complemento se preposicionadas. Entretanto, especialmente na linguagem falada, mas também na escrita, ocorrem enunciados como:  
 Não sei – respondia a recepcionista, que trabalhava com ele há quinze anos. –  
 Nunca vi ELE assim.  
 Benê levou ELE. Levou quase à força.  
 Quando Ludmila chegou encontrou ELE morto, no banheiro.

Pode-se observar, em face do cotejo das gramáticas mencionadas anteriormente, que a orientação recai, normalmente, sobre o emprego de *ele/ela* apenas na função de sujeito da oração e não na de objeto, sendo que, neste caso, subordinado à presença de algum termo específico ou em situação informal. Entretanto, como se comprovou, o emprego e a função sintática dos pronomes pessoais *ele/ela* despertam discussão entre os estudiosos da língua, não constituindo, portanto, ponto consensual ou pacífico.

Embora seja motivo de polêmica, é certo que seu uso como objeto direto tem se apresentado com frequência cada vez maior, mesmo entre falantes escolarizados. Em vista disso, é bastante pertinente o comentário de Manuel Bandeira, citando o emprego do pronome *ele* com valor objetivo como fato comum da sintaxe brasileira, mas não aceitando da mesma forma o uso do oblíquo o iniciando frase, como em "O vi". Este emprego, do qual discorda Bandeira, "são artificiais, se não irreais, (...) não pertencem ao registro de língua" (AZEREDO, *op. cit.*, p. 259.). Com os seus argumentos, Manuel Bandeira demonstra o seu profundo conhecimento acerca das questões gramaticais do português do Brasil, além de se mostrar observador atento das características da fala brasileira.

\*\*\*

Mas o critério lógico em matéria de linguagem tem sido sempre o responsável por tantas regrinhas cerebrinas que afinal acabaram criando este abusivo regime gramatical contra o qual reagimos.

(BANDEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 501.).

Mais uma vez expõe sua discordância de certas exigências da tradição gramatical que não representam a verdadeira manifestação linguística brasileira. Vale destacar que o comentário do poeta se harmoniza com a proposta do Modernismo, que reagia contrariamente às imposições gramaticais que tornavam ainda maior a distância entre a norma padrão e a verdadeira língua em uso, além de espelhar o modelo empregado pelos lusitanos e não o usado pelos falantes brasileiros.

\*\*\*

Outro ponto em que Mário de Andrade forçou a nota para focalizar o problema foi o do emprego da preposição “em” com os verbos de movimento. Em princípio tinha razão. Era em Portugal legítima sintaxe literária como se prova com textos clássicos, inclusive de Camões, mas arcaizou-se, mantendo-se todavia em numerosas locuções (“ir de casa em casa”, “voar de flor em flor”, etc.). Conservou-se porém na fala brasileira, e não vejo também motivo para que não a admitamos em linguagem literária.

(BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 502.).

Manuel Bandeira, novamente, defende um fato bastante peculiar do português brasileiro, que consiste no uso da preposição *em* com verbos de movimento.

Segundo a tradição gramatical, verbos como *chegar*, *vir*, *ir* devem ser regidos pela preposição *a*. De acordo com Celso P. Luft, em seu *Dicionário Prático de Regência Verbal* (1993, p. 116.), “verbo de ‘movimento para’, é natural reger ele a preposição *a* diante do complemento de lugar”. Mais adiante, faz uma ressalva: “No Brasil, entretanto, usa-se muito a preposição *em*” (*idem, ibidem*).

Lessa (*op. cit.*, p. 81.) também comenta sobre o uso peculiar do Brasil:

O emprego da preposição *em* com verbos de movimento é, nos dias de hoje, sintaxe caracteristicamente brasileira, pouco importando que também a tenham usado em Portugal há quatrocentos anos atrás.

É interessante destacar a semelhança dos comentários feitos por Manuel Bandeira e por Lessa no que diz respeito ao antigo emprego lusitano da preposição *em* com verbos de movimento, revelando o inegável conhecimento do poeta em relação às mais diferentes questões linguísticas.

\*\*\*

Tem toda a razão no capítulo dos brasileirismos. “Ir na cidade” já era sintaxe latina e passou às línguas românicas, tal qual como o iniciar a frase com pronome oblíquo.

(MORAES, *op. cit.*, p. 151.).

Este comentário de Manuel Bandeira feito a Mário de Andrade reforça outros anteriores sobre o emprego da preposição *em* com verbos de movimento e de pronome oblíquo átono no início de frase. Por sua atitude de valorizar as construções efetivamente realizadas pelos falantes brasileiros, Bandeira demonstra sua total concordância com os posicionamentos do poeta paulista acerca desses dois fatos bastante peculiares do português do Brasil, mesmo que não sejam abonados pela tradição gramatical.

\*\*\*

Não renuncio a uma infinidade de recursos expressivos do português moderno e arcaico. O essencial é que apareçam na linguagem como recursos de expressão artística. Demais, vocês do Sul tiveram o alemão e o italiano para contrabalançar a influência lusa: o Norte ficou mais português. Português, de resto, completamente assimilado. Você não diz como os italianos “Em vez, não”? Por quê? Porque considera isso já brasileiro. E tem razão.

(MORAES, *idem*, p. 166.).

Defensor de todos os recursos que possam proporcionar mais expressividade ao texto, Bandeira alega que influências estrangeiras são importantes nesse sentido<sup>25</sup>. Além disso, revela-se observador atento dos fatos da língua ao destacar as diferentes influências de acordo com as regiões do Brasil.

\*\*\*

Depois, Mário, o Brasil é muito grande... (Para mim acabará desmembrado) Quanta coisa que se desconhece! Aqui diz-se “um tapa”. Pois em Pernambuco só se diz “uma tapa”. E vocês dizem um tapa, mas “um tapa” valente ainda é para vocês “uma taponá”. A tapa dos meus versos é provincianismo, e não lusitanismo.

(*idem, ibidem.*)

---

<sup>25</sup> Também em *Andorinha, andorinha* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1966, p. 240.), Manuel Bandeira teceu alguns comentários sobre as influências estrangeiras no português do Brasil.

No comentário acerca da variação de gênero do substantivo *tapa*, Manuel Bandeira revela sua capacidade de observação em relação às diferentes manifestações linguísticas do Brasil e seu conhecimento sobre as questões da língua. Suas observações têm fundamento, haja vista não haver um consenso entre os estudiosos em relação ao substantivo mencionado pelo poeta.

Dentre os arrolados como sendo "indiferentemente masculinos ou femininos", Bechara (*op. cit.* p. 140.) inclui o substantivo *tapa*.

Por sua vez, Lima (1982, p. 71.) recomenda que o substantivo *tapa* deve ter seu gênero fixado como masculino.

No *Novo Aurélio Século XXI*, o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999, p. 1924.), sobre o substantivo em questão, assinala:

**tapa**<sup>2</sup>. [F. red. de *tapa-boca*] **S. f. e m.** **1.** Pancada com a mão, forte ou leve, em qualquer parte do corpo. **2.** V. *bofetada* (1). **3.** Argumento irrespondível, que não tem réplica. **4.** *Bras.* Tragada em cigarro de maconha; barrufo; barrufada; pega; brasa; tapinha.

Em face das exposições anteriores, observa-se que, embora um autor tenha fixado como masculino o substantivo *tapa*, normalmente ele aparece no grupo dos de gênero variável.

Bandeira se defende do fato de empregar o substantivo *tapa* como feminino, devido a esse emprego ser comum em Pernambuco, sua terra natal.

O comentário do poeta reafirma o seu posicionamento de que se deve considerar legítimo o emprego que corresponde à tradição linguística de uma comunidade.

Pelas observações de Manuel Bandeira, percebe-se que, de acordo com a sua concepção, os mais variados usos linguísticos, os quais muitas vezes são desprestigiados pela sociedade, não podem ser considerados como erros, já que o seu emprego se identifica com o que é norma habitual em determinados grupos de falantes.

A partir dos comentários de Manuel Bandeira, depreende-se que ele valoriza e defende as diferentes manifestações que caracterizam a diversidade existente no panorama linguístico brasileiro.

Não entendi “Faze de mim um jesuinho pesadíssimo!” Aliás, brasileiroamente, tens que dizer “faz de mim”. “Mas porém” é intolerável. Ninguém diz! Que afetação!

(*idem*, p. 180.).

Embora o imperativo afirmativo do verbo *fazer* seja, de acordo com a norma culta, *faze* para a segunda pessoa do singular, Bandeira sugere a forma *faz* por ser mais corrente no efetivo emprego dos brasileiros. O poeta também combate o emprego redundante da conjunção adversativa, muito usada pelo escritor paulista<sup>26</sup>.

\*\*\*

Me parece, por poemas e cartas, que à força de queres escrever brasileiro, estás escrevendo paulista. Ficando um tanto afetado de tanto buscar a naturalidade. A sua sistematização pode levar, está levando, a uma linguagem artificial, o que é pena porque compromete uma ideia evidentemente boa e sadia. Tenho tanta coisa a dizer nesse assunto que só conversando, mas uma coisa entre muitas: sistematicamente pões o pronome oblíquo antes do verbo quando o brasileiro se caracteriza exatamente pela instabilidade do tal oblíquo, ora antes, ora depois, e depois mesmo nos casos de relativo e negativas, o que tanto horripila os galegos.

(*idem, ibidem*.).

Assim como Mário de Andrade, Manuel Bandeira também defende uma escrita mais simples e próxima da língua falada no Brasil, no entanto alerta o amigo sobre o fato de utilizar uma forma de expressão com muitas características da fala paulista, que não são conhecidas em todo o território nacional. Também argumenta que a sistematização de certos casos prejudica a expressividade<sup>27</sup> e defende o emprego

<sup>26</sup> Em relação aos argumentos de Mário de Andrade sobre o emprego de “mas porém”, ler Marcos Antonio Moraes (Org.) *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 182.

<sup>27</sup> Mário de Andrade explica: “Você compreende, Manuel, eu empobreci os meus meios de expressão. Não faço dúvida nisso. Empobreci-os conscientemente. [...] Não compreendo revoluções com luvas de pelica”. (MORAES, Marcos Antônio, *op. cit.*, p. 184).



variável de colocação dos pronomes, afirmando que a próclise e a ênclise são empregadas indistintamente na sintaxe brasileira.

Fazendo alusão à regra de pospor o pronome ao verbo e mencionando a flexibilidade na colocação dos pronomes, interessante é o comentário de José de Alencar (1958, p. 316-317.), no pós-escrito de *Iracema*:

Tal regra não passa de arbítrio que sem fundamento algum se arrogam certos gramáticos. Pelo mecanismo primitivo da língua, como pela melhor lição dos bons escritores, a regra a respeito da colocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza e elegância, a eufonia e fidelidade do pensamento.

Embora mencione certas regras sobre a colocação pronominal, Bechara (*op. cit.*, p.587.) também reconhece a variabilidade existente na realidade linguística brasileira, ao afirmar que "o problema é questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências da eufonia".

\*\*\*

Sobre a língua portuguesa, só conversando. Que você foi com muita sede ao pote, não tem dúvida. O caso da vogal suarabáctica é uma tentação que você, a meu ver, deve sacrificar. Não existe o uso geral que você imagina. É quase geral nos casos enfáticos citados por você: "fiquei indignado!" "Não adimito!" "Abisolutamente!" E repare que neste último caso, como o acento secundário cai na sílaba do *i*, este tem outro timbre mais claro que nos outros casos onde o som é breve, quase *e* mudo. Quando não há ênfase, a dissociação do grupo consonantal não existe nas pessoas cultas e daí a repugnância (não repuguinância) que você sentirá em grafar obijeto, abijeto, adiversário, etc.

(*idem*, p. 190.).

Bandeira combate a presença constante da vogal epentética nos grupos consonantais na escrita de Mário de Andrade, explicando que não acontece de modo tão geral na fala brasileira como o amigo afirma. Isso comprova o discernimento de Bandeira em defender a fixação de fatos linguísticos que realmente representem as singularidades do português do Brasil.

\*\*\*

Aliás não creio que o brasileiro se diferencie até constituir língua. Ele já é bem diverso do português, porém muito mais diverso do que o português de hoje é o português dos cancioneros e a gente sente que a língua é a mesma.

(*idem, ibidem.*)

A fundamentação filológica de Manuel Bandeira faz com que tenha uma visão consciente dos fatos da língua, explicando que as características do português brasileiro não constituem uma nova língua. São manifestações diferentes, como as dos cancioneros em relação às atuais. O poeta defende que as diferenças linguísticas enriquecem um idioma, mas não o transformam em outro.

\*\*\*

Sou contra a sistematização pessoal voluntária. Digo “para” e “prá”. Grafemos “para” e “pra”. Se houver vitalidade nas duas formas como inevitavelmente há, elas coexistirão. Se o “prá” tiver mais seiva acaba eliminando a outra e então sim, seria pedantismo, arcaísmo querer guardá-la.

(*idem, ibidem.*)

Ao comentar que registraria somente a grafia *pra*, caso esta superasse totalmente a forma *para*, demonstra a sua posição de se manter atento às questões de evolução linguística.

\*\*\*

O “Lastimem, moçada!” é silepse corriqueira.

(*idem, p. 258.*)

A constatação de que Manuel Bandeira não condena certas liberdades gramaticais, desde que não prejudiquem o sentido do texto, aparece no comentário sobre a silepse de número presente na frase de Mário de Andrade, que faz a

concordância por atração, empregando o verbo no plural com o vocativo no singular, pelo fato de este termo ser substantivo coletivo, que deixa subjacente a ideia de plural. Se fosse partidário dos padrões tradicionais de correção, condenaria a concordância ideológica, aceitando somente a gramatical, em que o substantivo coletivo exige verbo no singular.

\*\*\*

Mandei dizer a você que ia ler a *História da Música* devagar para aprender... Não tive calma e li por cima de cabo a rabo. [...] Só me danei de vez em quando com os brasileirismos indiscretos, propositais, colocações de pronomes acintosas.

(*idem*, p. 422.).

Pelo comentário que faz sobre o livro de Mário de Andrade<sup>28</sup>, percebe-se que, ao lado da posição defensiva por uma escrita mais simples, existe também a preocupação com certa normatização, desde que sem exageros e considerando-se as particularidades do português brasileiro. Fica comprovado que as infrações gramaticais cometidas por Bandeira não são resultantes do desconhecimento do idioma ou acontecem por acaso. Ao contrário, os desvios da tradição gramatical resultam de um trabalho elaborado e cuidadoso para que atendam às necessidades do texto.

\*\*\*

Existia, como ainda existe, é inegável, a atração do pronome oblíquo pela negação e pelos relativos. Essa atração em linguagem brasileira não é tão forte quanto na portuguesa mas não deixa de existir. [...] Os ouvidos habituaram-se. Para fazer contra-marcha agora me parece que é preciso muita discrição.

(*idem*, p. 429-430.).

---

<sup>28</sup> Trata-se do *Compêndio de História da Música*, publicado em 1929.

Ao lado de sua atitude defensiva ante a valorização e fixação das singularidades da língua portuguesa do Brasil, percebe-se o comedimento de Bandeira em transgredir certas normas gramaticais, como a de uso proclítico do pronome diante de negação e de relativos, conforme orientação da tradição gramatical.

\*\*\*

Você adquiriu o hábito de reforçar sempre a negativa, construção pesada, que fica de muito bom efeito quando se quer dar ênfase, mas será possível que você ande a pôr ênfase em toda a negativa de advérbio ou pronome? (“Jamais não”, “nunca não”, “nenhum não”).

(*idem*, p. 430.).

Por mais que demonstre predileção por uma escrita mais próxima da fala popular, Bandeira sempre se mostra consciente em relação a esse assunto, combatendo certos exageros cometidos por Mário de Andrade.

Realmente, em relação ao reforço da negativa, Azeredo (*op. cit.*, p. 549.) afirma que "a dupla negação: *não quero não* (por *não quero*), *ele ainda não saiu não* (por *ele ainda não saiu*)" é um dos traços característicos do português do Brasil. Entretanto, o que Manuel Bandeira recrimina é o emprego excessivo dessa peculiaridade por parte de Mário, por julgar que tal exagero não é fato comum na manifestação linguística dos falantes brasileiros.

\*\*\*

Tenho duas observações mais: não sei se não é inútil comunicá-las a você. Estou certo que você não me atenderá, e no entanto não há nada de que eu esteja mais certo nesta vida. É quando você escreve: “A conta assim” e “O desespera a luta etc.” Repito que isso não é português nem brasileiro nem língua nenhuma. Não é “fato” da linguagem. A sua sistematização só é lícita quando se exerce sobre fatos de linguagem. Me desespera, te desespera, lhe desespera, nos desespera, mesmo se desespera (mais raro e em casos especiais)

são fatos da língua: o desespera, não. Não é fato da língua literária nem da língua popular ou familiar.

(*idem*, p. 564.).

Manuel Bandeira revela, mais uma vez, que as arbitrariedades cometidas contra a norma gramatical só se justificam se retratarem fatos típicos da fala brasileira. Caso contrário, não passam de sistematização incoerente como acontece com a atitude de Mário de Andrade em relação à colocação pronominal. Preocupado em registrar somente fatos caracterizadores da fala brasileira, Manuel Bandeira argumenta que iniciar frases com as formas oblíquas *o*, *a*, *os*, *as* não representa fato linguístico brasileiro.

\*\*\*

Os gramáticos e os puristas só querem se conformar com os fatos da linguagem escrita, da linguagem literária, e muitos da linguagem literária dos clássicos e alguns de certos clássicos. Os que trabalham sobre os fatos da linguagem falada da classe cultivada é que me parecem no melhor caminho. As criações do povo em geral são as mais vivas e legítimas.

(*idem*, p. 566- 567.).

Além de criticar os estudiosos que só consideram legítimos os fatos linguísticos da escrita, apoiados na tradição gramatical, Bandeira enaltece aqueles que privilegiam as ocorrências típicas da fala, porque acredita que estas apresentam verdadeira expressividade. Vale ressaltar que o poeta não propõe a legitimação de quaisquer particularidades linguísticas ou de todos os desvios à norma culta. Ele afirma que devem ser considerados “os fatos da linguagem falada da classe cultivada”, ou seja, defende uma manifestação linguística mais espontânea, desvinculada dos excessivos rigores da norma culta, mas que conserve certos valores da tradição gramatical imprescindíveis para preservar a unidade da língua nacional.

\*\*\*

A língua é uma coisa tão bela, tão viva, tão vária nas suas contradições, nos seus repentes, nos seus erros, nas suas impurezas.

(*idem*, p. 567.).

O comentário é mais uma comprovação da sua atitude combativa ante o preciosismo gramatical. Ao afirmar que a beleza da língua reside exatamente nas diferentes formas de sua manifestação, o poeta destaca a relevância de se respeitar e valorizar a questão da variação linguística. Manuel Bandeira destaca ainda que certas impurezas cometidas contra a língua contribuem para torná-la mais expressiva e dinâmica.

\*\*\*

## **6.2 Marcas de oralidade na sua escrita literária**

Um dos traços mais marcantes de Manuel Bandeira consiste na sua incansável luta por uma escrita literária reveladora das características linguísticas da fala popular brasileira. Nessa empreitada, o poeta faz uso de vários recursos para demonstrar a influência da fala na sua escrita literária, transportando para ela certas marcas da oralidade que permitem ao leitor o reconhecimento de uma realidade linguística pertencente ao cotidiano da língua.

Para atingir seu objetivo, Manuel Bandeira emprega certas marcas comuns ao texto falado, como o uso de palavras simples, do dia a dia, sem nenhum teor literário e, em algumas situações, refletindo uma pronúncia acentuadamente popular; faz uso de clichês e expressões populares, que fazem parte do ideário cultural brasileiro; e também utiliza certas construções sintáticas típicas da linguagem oral.

Evidentemente, os exemplos destacados não correspondem efetivamente à transcrição oral espontânea, em face dos limites existentes entre a língua falada e a escrita. No entanto, revelam o habilidoso grau de elaboração discursiva de Manuel Bandeira e refletem a sua clara intenção de exaltar a riqueza expressiva da fala brasileira.

No *corpus* bandeiriano encontram-se vários exemplos que corroboram a sua defesa de uma aproximação entre fala e escrita, da valorização dos fatos

gramaticais do português do Brasil, da representação, enfim, de uma escrita literária mais informal e próxima da realidade linguística dos falantes brasileiros.

### 6.2.1 Referência a um ouvinte

Em princípio, é característica da língua falada a presença de um ouvinte. No seu empenho de retratar a expressão oral informal, frequentemente, Manuel Bandeira se vale de certos procedimentos para representar essa audiência, seja por meio de comentários e ponderações por parte do eu lírico, seja pela interrupção do pensamento para se dirigir diretamente a um receptor que ele simula estar presente no momento da escrita.

Observações entre parênteses, repetição de palavras, presença ou ausência de pontuação, etc. são alguns dos recursos utilizados por Bandeira para indicar a presença do ouvinte na escrita, já que nesta não existem os demais elementos que participam do ato dialógico, como os gestos, as variações de voz e as expressões fisionômicas.

Vários são os procedimentos empregados para que, na escrita, fiquem representadas as divagações do próprio emissor ou a presença de um ouvinte com o qual mantém contato.

O uso de vocativo é uma amostra de que Manuel Bandeira inventa a presença de um receptor, com o qual cria intimidade e dialoga, como se mantivesse com ele uma conversa. Assim simula a presença de uma audiência, elemento típico da linguagem oral, como se observa no poema “Ruço” (BANDEIRA, Manuel, *A Cinza das Horas*, 1917/ in: *Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 46.):

As histórias que faziam sonhar,  
E os livros: Simplício olha para o ar,  
João Felpudo, Viagem à roda do mundo  
Numa casquinha de noz.  
A nossa infância, ó *minha irmã*, tão longe de nós!

\*\*\*

Uma amostra da liberdade de comentários e associações, típicas da linguagem oral, aparece na interferência do fluxo do pensamento, marcada pelo emprego dos parênteses. É equivalente ao que ocorre na fala, quando, numa determinada situação, o emissor diz algo e ele próprio quebra a ordem sequencial da mensagem, fazendo um comentário à parte. Exemplo dessa livre associação de ideias, comum na linguagem oral, encontra-se em “Elegia de verão” (BANDEIRA, Manuel, *Opus 10/ idem*, p. 215.):

O sol é grande. Ó coisas  
 Todas vãs, todas mudaves!  
 (Como esse “mudaves”,  
 Que hoje é “mudáveis  
 E já não rima com “aves”).

\*\*\*

Também em “Vozes na noite” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 216.), percebe-se claramente um contato estreito do ouvinte com o poeta; há um diálogo entre eles, iniciado pela indagação sobre o significado das palavras onomatopaicas do primeiro verso e a retomada do emissor, que esclarece, no último verso, a dúvida do receptor:

Cloc Cloc Cloc  
 Saparia no brejo?  
 Não, são os quatro cãezinhos policiais

[bebendo água.

\*\*\*

No poema “Saudação a Murilo Mendes” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 218.), o emissor dirige-se ao ouvinte, comentando o verso anterior, como se fizesse um aparte. Essa intervenção é representada concretamente pela presença dos parênteses, os quais também marcam a modificação na entonação, já que apontam para maior rapidez na leitura:



Saudemos Murilo  
 Grande amigo das Belas-Artes  
 Descobridor do falecido Cícero  
 (*Hoje reencarnado num pintor abstracionista*  
 [*que vive em Paris onde o chamam Dias*])

\*\*\*

Mais uma vez, o uso dos parênteses representa as divagações do poeta em “Consoada” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p.223.):

Quando a indesejada das gentes chegar  
 (*Não sei se dura ou caroável*),  
 Talvez eu tenha medo.

\*\*\*

Também no poema "Maria Cândida" (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 288.), entre parênteses aparece a interrupção na sequência do pensamento feita pelo próprio poeta-narrador:

Disse um poeta de renome  
 (*vai num beijo aqui a lição*):  
 "Quem é Cândida no nome  
 deve-o ser no coração."

\*\*\*

O verso “– Sabes como é –”, presente no poema “Acalanto para as mães que perderam o seu menino” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Tarde*, 1960/ *in: idem*, p. 231.), indica a figura de um ouvinte para o qual o poeta se dirige, no momento da criação:

Dorme, ele te nina.

Te nina, te conta  
 – Sabes como é –  
 Te conta a experiência  
 Do vários passado.

\*\*\*

Também em “Versos para Joaquim” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 236.), por meio de parênteses, o emissor tece alguns comentários a um receptor, supostamente presente:

Joaquim, a vontade do Senhor é às vezes difícil de  
[aceitar.  
Tanto Simeão desejoso de ouvir o celeste chamado!  
Por que então chamar a que estava apenas a meio de  
[sua tarefa?  
A indispensável?  
A insubstituível?  
(*Por isso sorri com lágrimas quando te vi, antes da missa*  
[*ajeitar o laço de fita nos cabelos de tua caçulinha*).  
Ah, bem sei, Joaquim, que o teu coração é tão grande  
[quanto o da mãe melhor.  
Mas que tristeza! Ela foi demais, estou de mal com Deus.  
– Joaquim, a vontade do Senhor é às vezes inaceitável.

\*\*\*

Pela estruturação do poema “Maria da Glória” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 276.), percebe-se que o emissor-escritor insinua um diálogo com o ouvinte, que lhe dirige uma série de indagações, apresentadas, inclusive, pela marca do travessão. Além disso, a sequência de reticências indica uma espécie de tensão, como que para criar um certo ar de suspense no momento da interpelação entre o poeta e o ouvinte, dando a impressão da presença deste no ato da escrita:

Glória, Maria da Glória  
– *Que glória?* – De ser bonita.  
– *Só?* – De ter merecimento.  
– *Só?* – De ser boa e simpática.  
– *Que glória mais problemática!*  
– Absoluta! Imperatória!  
– *E habita?* ... .. – Não digo. – *Habita?* ...  
– Habita em meu pensamento.

\*\*\*

No poema “Liliana” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 280.), Bandeira indica o diálogo com o ouvinte, valendo-se do uso dos parênteses, em que a insistente sequência de perguntas confere um ar de adivinhação ao texto, além de mostrar a existência de um receptor para o qual as perguntas são direcionadas:

Para a filha (*Feliciano?*  
*Joana? Bibiana? Aureliana?*  
*Ana? Mariana? Fabiana?*  
*Herculana? Emerenciana?*  
*Caetana? Diana? Damiana?*  
*Justiniana? Sebastiana?*  
*Valeriana? Taprobana?*)

Para a filha de Liliana  
 E para a própria Liliana  
 Mando um beijo de pestana.

\*\*\*

O mesmo acontece em “Mag” e “Thiago de Mello” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 292-293.):

Só mesmo um santo  
 (*Que eu nada valho*)  
 Pode pintar  
 O jeito, o encanto,  
 Esse carinho  
 Posto no rosto  
 (*Por Deus foi posto*),  
 Posto no olhar,  
 No olhar gordinho  
 De Mag Bicalho.  
 Thiago de Mello, cuidado!  
 Poupa o teu novo sorriso.  
 Não o dê (*nem é preciso*)  
 Ao amigo refalsado.

Não o dê (*nem é decente*)  
 À direita e à esquerda, a tantas  
 Inúteis coisas e gente.

\*\*\*

Em “Laura Constância” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 293.), por meio dos parênteses, Manuel Bandeira materializa os comentários do emissor:

Em Laura Constância  
 (Que delícia vê-la  
 tão perto da infância!)  
 Saúdo a nova estrela.

\*\*\*

No poema “Embolada do Brigadeiro” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 302.), a presença do vocativo imita a existência de um ouvinte:

Será nosso Presidente,  
 Estava no seu destino  
 Desde que ele era tenente,  
 Desde que ele era menino!  
 – Tem razão, *compadre*, vamos votar nele.

\*\*\*

Manuel Bandeira faz o mesmo em “Sapo-cururu” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 305.):

Que sapo mais danado,  
 Ó *maninha*, ó *maninha*!  
 Sapo-cururu é o bicho  
 Pra comer de sobreposse.

\*\*\*

### 6.2.2 A imitação da fala na escrita

Na tentativa de representar com maior realismo as características da fala na escrita, Manuel Bandeira faz o registro de algumas palavras conforme são pronunciadas no momento da fala, seja em função da informalidade da ocasião, seja para imitar certas peculiaridades linguísticas de pessoas menos escolarizadas.

É claro que, devido às características que distinguem as duas modalidades, os exemplos destacados não apresentam perfeita equivalência entre as expressões faladas e as escritas.

A língua escrita não é, evidentemente, a transcrição ou reprodução fiel da língua falada, mas apenas uma maneira de tentar representá-la. Considerando a afirmação Koch (2008, p.77.), “fala e escrita constituem duas modalidades de uso da língua. Embora se utilizem, evidentemente, do mesmo sistema linguístico, elas possuem características próprias”.

A fala, ao contrário da escrita, conta com o jogo fisionômico, com as mímicas e com a entonação de voz dos falantes envolvidos na situação comunicativa. Na fala, dependendo do contexto, é possível uma grande variedade de realizações de um mesmo vocábulo, algumas mais próximas da norma padrão, e outras, menos prestigiadas, socialmente estigmatizadas.

Por sua vez, a escrita constitui um sistema de enunciação mais disciplinado e rígido, uma vez que não conta com os recursos físicos auxiliares da fala. Na escrita, geralmente, procura-se empregar a língua padrão, por ser valorizada socialmente. Em vista disso, é válido ressaltar o esforço de Manuel Bandeira de retratar em textos escritos certas características próprias da fala, na intenção de promover maior realismo à situação apresentada, além de demonstrar a sua preocupação de valorizar a fala simples do povo.

Uma amostra da representação gráfica da oralidade aparece em “Berimbau” (BANDEIRA, Manuel, *O Ritmo Dissoluto*, 1924/ *in: idem*, p. 120.), onde a expressão *coisa ruim* é transcrita numa única unidade fônica – *cussaruim* –, correspondendo à escrita da própria fala popular:

Quem ofendeu a mameluca?  
– Foi o boto!  
O *Cussaruim* bota quebrantos.

\*\*\*

Bandeira repete o emprego de *Cussaruim* em “Lenda brasileira” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 136.):

Mas *Cussaruim* veio vindo, veio vindo, parou  
 [junto do caçador e começou a comer  
 [devagarinho o cano da espingarda.

\*\*\*

Também no poema “Boca de forno” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Manhã*, 1936/ *in: idem*, p. 153.) aparece o termo *Cussaruim*. Além disso, a organização da estrofe faz lembrar uma brincadeira infantil, que dá nome ao poema:

Cara de cobra,  
 Cobra!  
 Olhos de louco,  
 Louca!  
*Cussaruim* boneca  
 De maracatu!

\*\*\*

No poema “Mangue” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 131.), aparecem vários exemplos que confirmam o compromisso de Bandeira de retratar a fala simples das pessoas menos escolarizadas, transcrevendo todas as alterações fonéticas sofridas pelas palavras, escritas exatamente como pronunciadas:

Muitas palmeiras se suicidaram porque não  
 [viviam num píncaro azulado.  
 Era aqui que choramingaram os primeiros  
 [choros dos carnavais cariocas.  
 Sambas da Tia Ciata  
 Cadê mais Tia Ciata  
 Talvez em Dona Clara meu branco  
 Ensaizando cheganças *pra* o Natal  
 O menino Jesus – Quem sois tu?  
 O preto – Eu sou aquele preto *principá* do centro  
 [do cafange do fundo do rebolo. Quem sois tu?  
 O Menino Jesus – Eu sou o *fio* da *Virge* Maria...  
 O preto – *Entonces* como é *fio* dessa senhora  
 [obedeço  
 O menino Jesus – *Entonces Cuma* você obedece,  
 [reze aqui um terceto *pr’esse* *exerço* *vê*.

Em relação às palavras *principá*, *virge* e *vê*, observa-se a grafia sem as suas consoantes finais para imitar a fala de pessoas pertencentes a uma determinada camada da sociedade – principalmente nas duas primeiras palavras – que não goza do mesmo prestígio de outras que fazem parte de grupos mais escolarizados. Melo (1981, p. 105-111.) engloba tais palavras entre as que sofreram influência da pronúncia afro-ameríndia, sem refutar, porém, a possibilidade de serem arcaísmos.

A supressão do /r/ no final das palavras, especialmente nos verbos, cuja desinência de infinitivo não é pronunciada – como a forma *vê* presente no poema –, é uma das características fonéticas mais marcantes da fala brasileira, mesmo entre falantes cultos.

Esse fenômeno de apagamento do /r/ em final de vocábulo surgiu, primeiramente, com o estigma de demarcador social da classe dos iletrados, pois, segundo Dinah Maria I. Callou *et al*, em seu artigo *Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil* (1996, p. 61.), “... o processo, no século XVI, nas peças de Gil Vicente, era usado para singularizar o linguajar dos escravos”. Exatamente por aparecer no teatro como uma característica da fala do negro, essa realização, durante muito tempo, foi identificada como própria dos estratos sociais mais baixos. No entanto, depois do período do português arcaico, o fenômeno de apagamento do /r/ em final de vocábulo se estendeu a diferentes estratos sociais, conforme afirma Callou (*idem*, p.72.): “O apagamento do R final tem sido considerado um caso de mudança de baixo para cima que, ao que tudo indica, já atingiu seu limite e é hoje uma variação estável, sem marca de classe social”.

O caso do emprego da forma contracta da preposição *para* por *pra*, bem como a junção desta com outras palavras – como o termo *pr’esse* que também aparece no poema – pode ser considerada como estável, já que a alteração coincide com uma pronúncia já generalizada entre os falantes do português brasileiro.

A junção entre a preposição *com* e o artigo indefinido *uma*, formando o termo *cuma*, é fenômeno comum na oralidade, facilmente observado quando, na rapidez da fala, à forma conjunta da preposição e artigo sucede um substantivo feminino. É também comumente empregada entre falantes do nordeste brasileiro, equivalendo à estrutura *como é que*.

É bastante comum a presença de vestígios de elementos pertencentes à história da língua em manifestações linguísticas de certas regiões do Brasil, como assinala Sousa da Silveira em *Lições de Português* (1983, p. 287.): “Nos dialetos

nacionais se entremeiam peculiaridades do português antigo que hoje, muito esporadicamente, aparecem no uso lusitano". Manuel Bandeira realiza esse expediente ao empregar determinadas formas dialetais que contêm o registro de algumas marcas típicas da evolução das palavras da língua, como o termo *entonces* (intonce < entonces [do castelhano] > enton (arc.) > então.) que aparece no poema.

Na grafia da palavra *fió*, o poeta transcreve na escrita o fenômeno da iotização, cuja realização é comum entre pessoas de menor escolaridade ou pertencentes a determinadas regiões do país, onde tal pronúncia é sempre observada.

Acerca da iotização, Vitório Bergo comenta no *Pequeno dicionário brasileiro de gramática portuguesa* (1986, p. 70.):

Fenômeno fonético de caráter individual ou regional, que consiste em trocar-se um fonema palatal por um alveolar ou linguodental em consequência de não se apoiar devidamente a ponta da língua na abóbada palatina ao proferir aquele som.

Além de considerar tal fenômeno como fato fonético, Zélio dos S. Jota, na obra *Dicionário de Linguística* (1976, p. 103.), também o entende como fato estilístico:

O fato não é raro em linguagem descuidada de alguns, que mudam o NH ou LH por N ou L (...).

O autor (*idem, ibidem*) ainda registra tal manifestação como variação regional, ao afirmar que "em camadas rurais é comum [véyu] (velho), [muyé] (mulher)"

Ao tratar da iotização como um dos fatos decorrentes da despalatalização, Jota (*idem*, p. 179.) afirma que ela precede a palatalização na passagem do latim para o português: "A iotização precede a palatalização: lat. milia > por. milya > milha".

O autor (*idem, ibidem.*) denomina de ipsilonismo a passagem do / l / palatal em semiconsoante / y / afirmando que "Na passagem do lat. para o port. ocorre na fase intermediária, anterior à palatalização: palia > palya > palha".

Joaquim Mattoso Câmara Jr., no *Dicionário de Filologia e Gramática* (1974, p. 235.), também postula sobre iotização, destacando a influência africana no fenômeno:





Ainda sobre os versos acima, vale ressaltar que, em relação à pronúncia da palavra *Zizus*, embora no poema corresponda à fala de uma indiazinha, há quem explique que a alteração da consoante palatal /j/ pela alveolar /z/ seja um exemplo de influência africana, conforme afirmação de Nei Lopes, no *Novo Dicionário Banto do Brasil* (2008, p. 46.), que aponta a palavra entre outras de origem banta. Sobre a mesma palavra, pode-se destacar que, apesar de se tratar do mesmo fonema /z/, a substituição da letra s pela z na segunda sílaba é mais uma forma de ressaltar a sua sonoridade.

Cumprido destacar ainda que a intenção de Manuel Bandeira de registrar com maior veracidade a fala e a expressão infantil também pode ser comprovada pela maneira como o substantivo *ventilador* foi caracterizado: *a coisa que roda*, exemplificando a limitação vocabular de uma indiazinha em relação a objetos do universo urbano.

\*\*\*

Em “Meninos Carvoeiros” (BANDEIRA, Manuel, *O Ritmo Dissoluto*, 1924/ in: *idem*, p. 115.), a representação da oralidade aparece no pregão do poema, com a supressão da semivogal da penúltima sílaba da palavra *carvoeiro*. Essa omissão da semivogal dos ditongos decrescentes é fato bastante comum na língua falada.

Sobre a redução recorrente nos ditongos decrescentes, afirma Melo (*op. cit.*, p. 127.) que se trata de fenômeno "normal no Brasil, e também ela tida como efeito da influência africana (...), se dá em Portugal".

É interessante observar que o poeta escreve com a omissão da semivogal quando representa a fala dos pequenos trabalhadores, mas não faz a mesma coisa no trecho que corresponde à parte do poeta-narrador. Essa distinção mostra bem a diferença entre a espontaneidade da fala e a preocupação gramatical inerente à escrita:

– Eh, *carvoero*!  
 Só mesmo estas crianças raquíticas  
 Vão bem com estes burrinhos descadeirados.  
 A madrugada ingênua parece feita para eles...  
 Pequeninha, ingênua miséria!

Adoráveis carvoeirinhos que trabalhais como se  
[brincásseis!  
– Eh, *carvoero!*

\*\*\*

No poema “Trem de ferro” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Manhã*, 1936/ *in: idem*, p. 158.), palavras escritas com as alterações fonéticas comuns na língua falada popular corroboram a posição de Manuel Bandeira de realçar as marcas da oralidade na escrita:

*Virge* Maria que foi isso maquinista?  
Oô...  
Quando me *prendero*  
No *canaviá*  
Cada pé de cana  
Era um *oficiá*  
Oô...  
Menina bonita  
Do vestido verde  
Me dá tua boca  
*Pra matá* minha sede  
Oô...  
Vou *mimbora* vou *mimbora*  
Não gosto daqui

Em relação às palavras destacadas anteriormente, tanto a apócope do *l*, do *m* e do *r* em final de palavra – *virge*, *prendero*, *canaviá*, *oficiá* e *matá* – quanto a junção da expressão *vou-me embora* em *vou mimbora*, aparecem, conforme já se disse anteriormente, arroladas entre as formas características da fala popular brasileira mencionadas por Melo (*idem*, p. 105-111.) e que ele afirma serem de influência afro-ameríndia ou arcaísmos.

\*\*\*

No poema “Macumba do Pai Zusé” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 141.), a grafia de determinadas palavras revela a intenção do poeta de registrar a fala popular no poema. Manuel Bandeira utiliza vários exemplos que demonstram claramente algumas manifestações linguísticas que representam a

simplicidade da linguagem popular, apresentando certas marcas características da fala de pessoas pertencentes a classes menos favorecidas da sociedade, que não desfrutam de condições socioculturais privilegiadas:

Na macumba do Encantado  
*Nego véio* pai de santo fez mandinga  
 No palacete de Botafogo  
 Sangue de branca virou água  
 Foram *vê* estava morta!

A intenção de registrar essa simplicidade e destacar a variação na manifestação linguística de determinadas camadas da sociedade, já é mostrada a partir do título, pela mudança fonética do substantivo próprio (*José/ Zuzé*).

Sobre a substituição da consoante palatal pela alveolar – /j/ por /z/ – existe a defesa de que essa manifestação se deve às influências do banto na língua portuguesa, conforme se comentou a respeito da palavra *Zizus* do poema "Cunhantã". Além disso, observa-se a alteração da grafia da letra *o* para *u* para representar a mudança sonora que ocorre no momento da fala. De acordo com Melo (*idem*, 123.), observa-se que a variação entre esses segmentos vocálicos é, sobretudo, diatópica:

A pronúncia dos *ee* e *oo* pretônicos é um dos pontos em que mais nítida se apresenta a diferença entre a pronúncia portuguesa e a brasileira. Aqui no Brasil, em qualquer região, se fazem sentir claramente (...), sendo que no Nordeste soam quase sempre como /é/ e /ô/ abertos, podendo também, nos vários lugares e em algumas palavras, soar respectivamente como /i/ ou /u/.

O segundo verso apresenta a palavra *nego* em vez de *negro*, ou seja, grafada com a supressão da letra *r* do encontro consonantal. Melo (*idem*, p. 111.) inclui tal palavra entre os "acidentes da linguagem popular". Nesse verso, também ocorre a iotização de *velho* (*véio*), fenômeno que "consiste em trocar-se um fonema palatal por um alveolar ou linguodental", conforme se viu em informação de Bergo (*op. cit.*, p. 70.), mencionado nos comentários acerca do poema "Mangue".

Em "Macumba do Pai Zuzé", assim como no poema "Mangue", outra realização bastante comum, principalmente na fala coloquial, foi demonstrada no último verso, em que o verbo aparece grafado sem a desinência de infinitivo – vê.

Essa supressão do /r/ no final das palavras, especialmente nos verbos, consiste numa das manifestações fonéticas mais características da fala brasileira, como se mostrou em afirmações anteriores constantes da análise do poema citado.

### 6.3 A valorização do vocabulário popular

Extremamente marcante na obra de Manuel Bandeira é a sua preocupação em retratar os níveis popular e coloquial da linguagem. Em tese, o primeiro corresponde à língua falada pelas pessoas pertencentes às camadas mais simples da sociedade, que apresentam vocabulário bastante restrito, erros de prosódia e flagrantes desvios às normas gramaticais. Já o segundo se refere à língua falada por pessoas escolarizadas que, mesmo sendo conhecedoras das regras gramaticais, utilizam-nas de forma descontraída, em situações informais, onde não há preocupação com uma completa obediência aos padrões cultos da linguagem.

A tendência de representar a linguagem popular e a coloquial nos textos literários aparece amplamente retratada no *corpus* bandeiriano. O poeta buscou nos mais diferentes elementos da cultura popular a substância mais íntima de sua concepção modernista.

Em "Duas Marias" (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 282.), observa-se a presença de uma gíria expressando comparação (*sopa no mel*), além da referência ao pintor Cândido Portinari, tratando-o pelo diminutivo. Os dois empregos conferem ao texto uma imagem de informalidade e familiaridade, elementos caracterizadores do registro coloquial da linguagem. Também o uso de *que* em vez da preposição *de*, após o verbo *ter* e precedendo infinitivo é mais um exemplo comprobatório do registro coloquial:

Pincel que pintar Cristina  
*Tem que pintar* Isabel.  
 Se o pintor for o *Candinho*  
 Então é *sopa no mel*.

Sobre esse emprego de *que*, explica Bechara (*op. cit.*, p. 232.) que "em vez de *ter* ou *haver de* + infinitivo, usa-se ainda, mais modernamente, *ter* ou *haver que* + infinitivo: *tenho que estudar*. Nesse caso, *que*, como índice de complemento de natureza nominal, funciona como verdadeira preposição".

\*\*\*

No poema "Dois anúncios" (BANDEIRA, Manuel, *op. cit./ in: idem*, p. 316.) também se comprova a descontração da linguagem. A formação do superlativo com a expressão *pra burro que*, segundo Ferreira (*op. cit.*, p. 343.), é uma gíria e corresponde a "em grande quantidade ou intensidade, muito, *pra cachorro*"; a escolha pela forma contracta da preposição; e o emprego do adjetivo *gostosa* em referência à pessoa ratificam a intenção de Manuel Bandeira de utilizar expressões coloquiais e de conferir um tom de informalidade à escrita:

Olhei *pra* ela com toda a força.  
Disse que ela era boa.  
Que ela era *gostosa*,  
Que ela era bonita *pra burro*:  
Não fez efeito.

\*\*\*

A mesma expressão *pra burro* aparece no poema "Rondó do atribulado do Tribobó" (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 308.):

A mulher do homem que estava passando uns tempos no  
[sítio era uma senhora distintíssima.  
Tinha três filhos: Rodrigo Luís que quando se referia aos  
[planetas dizia o Vênus, o Mártir, etc. Joaquim Pedro  
[bonitinho *pra burro* mas muito encabulado...

\*\*\*

Muitos outros exemplos podem comprovar a preocupação de Bandeira em utilizar uma linguagem simples, típica da fala popular, com palavras usadas em situações do cotidiano, sem nenhum rebuscamento, como o emprego do adjetivo *chinfrim* em “Retruque a Guimarães Rosa” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 341.):

Rosa não seja ruim.  
Faça a vontade do bardo  
Ainda que bardo *chinfrim!*

\*\*\*

Novamente, o uso da palavra *chinfrim*, além do emprego de *valha-me Deus!* – locução interjetiva bastante utilizada na fala coloquial:

Mais do que a obra em conjunto de um grande poeta, me impressionou duradouramente certo poema dele<sup>29</sup>, ou certo poema ou estrofe ou simples verso de poeta às vezes bem *chinfrim*, valha-me Deus!

(BANDEIRA, Manuel, *Itinerário de Pasárgada*, 1954/  
*in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 305.).

\*\*\*

Outro exemplo do coloquialismo e da informalidade de Manuel Bandeira no emprego da expressão *nosso bico*, no sentido de "não ser para o gozo, a fruição de" (FERREIRA, *op. cit.*, p. 297.):

(...) já ouvira falar mesmo falar em Verlaine e Mallarmé. Estes, porém, não eram para o *nosso bico*.

(BANDEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 299.).

\*\*\*

---

<sup>29</sup> Trata-se do poeta francês Sully Prudhomme, representante do grupo de poetas parnasianos responsáveis pela publicação da revista *Parnasse contemporain*. Foi o primeiro escritor a receber o Nobel de Literatura, no dia 10 de dezembro de 1901.

A presença da palavra *pau* no poema "Saudação a Murilo Mendes" (BANDEIRA, Manuel, *Opus 10*, 1952/ *in: Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 218.) promove maior descontração à situação:

Saudemos Murilo  
Antitotalitarista antipassadista antiburocratista  
Anti tudo que é *pau* ou que é pífiio.

\*\*\*

O uso de *gagás* em "Solange" (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 287.) cria um atmosfera mais informal:

Para que não falem as más  
Línguas, declaro aqui, Solange:  
Não sou como os velhos *gagás*;  
De Solange quero só l'ange.

\*\*\*

No início dos espetáculos de circo, é comum a ocorrência de um diálogo entre o apresentador e a plateia, que segue a mesma estrutura das adivinhações que fazem parte do folclore brasileiro. Manuel Bandeira, no poema "André" (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 297.) utiliza a mesma organização do diálogo circense:

André, André, André,  
O Bandeira o que é?  
É poeta ou não é?  
André, André, André,  
E você o que é?

\*\*\*



Manuel Bandeira também utiliza trechos de músicas que fazem parte do universo infantil e do repertório folclórico brasileiro com o objetivo de conferir um traço maior de informalidade, além de valorizar formas populares de expressão.

Em “Itaperuna” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 311.), a alusão à canção “Marcha, soldado”, uma das mais conhecidas e tradicionais músicas de brincadeiras de crianças, promove um caráter mais suave ao tom enfático do poema:

*Marcha soldado*  
Pé de café  
Se não marchar direito  
O Brasil não fica em pé.

\*\*\*

No poema “Sapo-cururu” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 305.) também se comprova uma referência ao cancionário popular:

*Sapo-cururu*  
*Da beira do rio*  
Oh que sapo gordo!  
Oh que sapo feio!

\*\*\*

Em " O anel de vidro" (BANDEIRA, Manuel, *A Cinza das Horas*, 1917/ *in: idem*, p.74.) aparece também trechos da canção infantil *Ciranda, Cirandinha*. Além de promover um tom mais afetivo e delicado ao poema, o poeta põe em evidência cantigas do repertório popular:

*Aquele pequenino anel que tu me deste,*  
– Ai de mim – *era vidro e logo se quebrou...*  
*Assim também o eterno amor que prometeste,*  
– *Eterno! era bem pouco e cedo se acabou.*

\*\*\*



E também em "Três letras para melodias de Villa-Lobos" (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ in: *Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 322.):

Irerê, meu passarinho  
Do sertão do Cariri,  
Irerê, meu companheiro,  
*Cadê* viola?  
*Cadê* meu bem?  
*Cadê* Maria?

\*\*\*

Mais uma amostra da atitude de Bandeira de popularizar a linguagem poética encontra-se em "Casa grande & senzala" (BANDEIRA, Manuel, *op. cit./ in: idem*, p. 307.). Essa aproximação com o nível popular é comprovada pela presença de algumas palavras ou expressões comuns no vocabulário do povo brasileiro (*leseira*, *fluxicos danados*, *chamegos safados*), por palavras escritas com as alterações fonéticas típicas da língua falada e o emprego de outra de cunho vulgar (*bunda*):

"Casa-Grande & Senzala"

Grande livro que fala  
Desta nossa *leseira*  
Brasileira.

(...)

Com *fluxicos danados*  
E *chamegos safados*  
De *mulecas fulôs*  
Com *sinhôs!*

(...)

Se nos brasis abunda  
Jenipapo na *bunda*,  
Se somos todos uns  
Octoruns.

Sobre a palavra *fulô*, pesquisas apontam para a influência africana, pois a estrutura silábica das línguas africanas é consoante-vogal (CV), isso justifica uma prática muito comum na fala brasileira, principalmente em certas regiões do país, de “desfazer os grupos consonantais pela intromissão de uma vogal (CC -> CVC), através de um processo de adaptação morfofonológica”, como destaca Yeda Pessoa de Castro, em *Falares africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* (2001, p. 116.).

\*\*\*

Em “Balada das três mulheres do sabonete Araxá” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Manhã*, 1936/ *in: idem*, p. 150.), observa-se a presença do adjetivo *safado* e da expressão *dava pra beber*, reforçando a constante intenção de Bandeira de retratar palavras comuns da fala popular. Além disso, na expressão, mais uma vez o uso de *pra* no lugar de *para*:

A mais nua é doirada borboleta.  
Se a segunda casasse, eu ficava *safado* da vida, *dava pra*  
[beber e nunca mais telefonava.

\*\*\*

No poema “Oração a Santa Teresa” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 304.), pode-se observar a irreverência de Manuel Bandeira na utilização de palavras completamente desprovidas de lirismo, como é o caso de *mictório*. Esse emprego reflete a intenção do poeta de evidenciar sua atitude combativa ante uma poesia pautada no cuidado formal da linguagem, que prioriza o rebuscamento da linguagem:

Nos fundos do Teatro Lírico  
Tem um *mictório*  
Rogai pelas donzelas do morro obrigadas a passar  
[diariamente em frente do *mictório*.

\*\*\*

A comprovação de sua atitude irreverente na seleção do vocabulário também aparece evidenciada no poema “Pensão familiar” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 126.). O uso do diminutivo – em *mijadinha* – ameniza um pouco o impacto que o seu emprego possa provocar:

E as dalias, rechonchudas, plebeias, dominicais.  
Um gatinho faz *pipi*.  
Com gestos de garçom de restarurant-Palace  
Encobre cuidadosamente a *mijadinha*.

\*\*\*

Manuel Bandeira, no poema “Embolada do brigadeiro” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 302.), confirma a sua intenção de utilizar uma forma de expressão simples e clara, com uma linguagem mais próxima da língua falada. Isso pode ser percebido no emprego da interjeição *ué*, no uso do verbo *zunzunar* e na formação tipicamente brasileira do advérbio *atoamente*:

Não voto no militar; voto no homem escandaloso.  
– *Ué*, compadre, quem é o homem escandaloso?  
– O Brigadeiro.

(...)

Homem mesmo escandaloso!  
Não *zunzuna*  
Nem não fala  
*Atoamente*:  
Será nosso Presidente,  
Estava no seu destino  
Desde que ele era tenente,  
Desde que ele era menino!

\*\*\*

No poema “Rondó do atribulado do Tribobó” (BANDEIRA, Manuel, *op. cit./ in: idem*, p. 308.), a presença da palavra *cocôs* explicita a intenção de Bandeira de registrar a informalidade da linguagem popular. Também aparece um fato comum na realidade linguística brasileira, que consiste no emprego de adjetivo (*gostasas*) em vez de advérbio acompanhando verbo, além do emprego do adjetivo *danado*, de cunho essencialmente popular:

Várias cadeiras de lona  
Redes rangendo *gostasas*  
E dentro pelas janelas  
Uns quadrinhos mozarlescos<sup>31</sup>  
Como os *cocôs* de Clarinha...  
Mas era um calor *danado*!

\*\*\*

No registro informal, é muito mais comum o uso da palavra *cara* do que o de *rosto* ou *face*. Pode-se conferir que Bandeira privilegia a escolha popular em “Teresa” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 136.):

A primeira vez que vi Teresa  
Achei que ela tinha pernas estúpidas  
Achei também que a *cara* parecia uma perna.

\*\*\*

A mesma palavra aparece em “Lenda brasileira” (*idem, ibidem*), cujo emprego não poderia ser outro, dado o contexto da situação, em que se apresenta uma caçada. Por conseguinte, a seleção vocabular só poderia mesmo primar pela informalidade:

---

<sup>31</sup> Refere-se a uma concepção filosófica relacionada à Gnomologia, definida por FERREIRA (*op. cit.*, p.994.) como “uma filosofia sentenciosa”. Manuel Bandeira assim define mozarlescos: “Díficeis de definir, sem magoar toda a classe, esses caracteres tão interessantes que são os Mozarlescos. Em primeiro lugar – por que assim são denominados? Os Mozarlescos são pessoas que se exprimem ou obram de molde a fornecer aos que os observam uma impressão de coisas consideráveis, ao que todavia não corresponde o conteúdo das suas palavras ou das suas ações”. BANDEIRA, Manuel. “A Nova Gnomonia” / *Crônicas da Província do Brasil*. In: BANDEIRA, Manuel. *Seleção de prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 92-95.

A moita baliu Bentinho Jararaca levou a arma à *cara*: o  
 [que saiu do mato foi o Veado Branco! Bentinho ficou  
 [pregado no chão. Quis puxar o gatilho e não pôde.  
 – Deus me perdoe!  
 Mas o Cussaruim veio vindo, veio vindo, parou junto do  
 [caçador e começou a comer devagarinho o cano da  
 [espingarda.

\*\*\*

Em “O grilo” (BANDEIRA, Manuel, *Opus 10*, 1952/ *in: idem*, p. 215.), o uso do substantivo *cara*, assim como o emprego do advérbio *aí* sem o seu valor dêitico conferem maior informalidade ao poema:

Grilo toca *aí* um solo de flauta.  
 – De flauta? Você me acha com *cara* de flautista?  
 – A flauta é um belo instrumento. Não gosta?  
 – Troppo dolce!

\*\*\*

Há verbos que, embora sinônimos e fazendo parte das possibilidades de uso, apresentam um teor mais popular que outros, por isso são empregados quando se pretende imputar coloquialismo a uma determinada situação. Tal procedimento se comprova em “Macumba do Pai Zusé” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 141.), pela escolha do verbo *virar* no sentido de *tornar-se*, largamente utilizado na fala do povo. A escolha desse verbo não é aleatória, já que reforça a simplicidade da linguagem exigida pelo contexto:

Na macumba do Encantado  
 Nego véio pai de santo fez mandinga  
 No palacete de Botafogo  
 Sangue de branca *virou* água  
 Foram vê estava morta!

\*\*\*

No poema “Dois anúncios” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 316.), a escolha de Manuel Bandeira pelo mesmo verbo:

Virei poeta:  
Dei em cima dela de todas as maneiras,  
Utilizei o bonde, o automóvel, o passeio a pé.

\*\*\*

Em “Sacha e o poeta” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Manhã*, 1936/ *in: idem*, p. 156.), mais uma vez o verbo *virar* reflete uma escrita mais informal. Além disso, observa-se, por parte do poeta, a intenção de retratar a fala infantil de Sacha, que apenas emite alguns sons característicos da criança em fase de aquisição da linguagem:

O poeta a seguir diz coisas incríveis,  
Desce ao fogo central da terra,  
Sobe na ponta mais alta das nuvens,  
Faz *gurugutu pif paf*,  
Dança de velho,  
Vira Exu.  
Sacha sorri como o primeiro arco-íris.

\*\*\*

Em “Berimbau” (BANDEIRA, Manuel, *O Ritmo Dissoluto*, 1924/ *in: idem*, p. 120.), destaca-se a presença do verbo *botar*:

Quem ofendeu a mameluca?  
– Foi o boto!  
O Cussaruim *botar* quebrantos.

No artigo *Botar as mãos na massa? Estudo cognitivoda produtividade lexical do verbo "botar" no PE e PB* (2010, p. 46.), Hanna Batoréo e Margarida Casadinho postulam sobre o emprego do verbo *botar*:



(...) em Portugal o verbo '*botar*' é remetido para a especificidade da variante brasileira ou para usos regionais (e/ou populares). (...) No Brasil, além de ser muito produtivo na oralidade, o verbo faz parte de muitas expressões idiomáticas, tais como: '*botar as barbas de molho*', '*botar as cartas na mesa*', '*botar (pôr) lenha na fogueira*', casos igualmente conhecidos em Portugal, nos quais o verbo '*botar*' é substituído por '*pôr*'.

Por outro lado, existe, no Brasil, uma certa consciência do caráter popular do verbo, o que pode levar os falantes a assumirem reações de hipercorreção, substituindo-o por um dos seus sinônimos contextuais como '*colocar*'.

É inegável que, embora sinônimos, o verbo *botar* em vez de *pôr* confere uma feição muito mais informal ao poema.

\*\*\*

No poema "Louvação de Adalardo" (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Tarde*, 1960/ *in: idem*, p. 259.), as expressões de uso informal – *dá duro* e *batente* – referem-se, respectivamente, ao esforço de alguém no trabalho e ao próprio trabalho:

Mas real louvor de Adalardo:  
O que *dá duro* e se esfalfa  
No *batente*, e cujo nome  
Mais por de uma estrela alfa.

\*\*\*

Novamente, Manuel Bandeira emprega um exemplo de palavra de cunho bastante popular – *pau-d'água* –, que aparece no poema "Canção de muitas Marias" (BANDEIRA, Manuel, *Lira dos Cinquent'anos*, 1940/ *in: idem*, p. 176.):

Uma é Maria da Graça,  
Outra é Maria Adelaide:  
Uma tem o pai *pau-d'água*,  
Outra tem o pai alcaide.

\*\*\*

Em “Cunhantã” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 138.), observa-se o emprego da palavra *coisa*, muito utilizada no cotidiano brasileiro. O termo é considerado pelos funcionalistas como uma pró-forma lexicalizada<sup>32</sup>, cujo sentido é fortemente impreciso, podendo ser utilizado em substituição às mais diferentes palavras:

Uêrêquitária.  
O ventilador era a *coisa* que roda.  
Quando se machucava, dizia: Ai Zizus!

\*\*\*

Em “A fêmea do cupim” (BANDEIRA, Manuel, *Andorinha, andorinha*, 1966, p. 166.), Manuel Bandeira se vale de um enunciado essencialmente coloquial para criar uma atmosfera de informalidade, bem de acordo com a descontração que lhe é peculiar em suas crônicas:

Tenho um amigo, cujo filho pretendeu entrar para a diplomacia. (...) Foi reprovado em português no vestibular. (...) um dos examinadores saiu-se com esta questão absolutamente inesperada para um candidato a diplomata: qual o nome da fêmea do cupim? O rapaz *embatucou* e o mais engraçado é que ele ignora até hoje. Inquiri todo mundo, ninguém sabia. Eu também não sabia, mas *tomei o negócio a peito*. (...) Uma minha amiga professora, *sabidíssima* em femininos e plurais esquisitos, foi mais severa e me perguntou se eu estava ficando *gagá e dando para obsceno!* Vi que tinha *de me arranjar sozinho*. Fui para casa, *botei a livraria abaixo*. Nada de fêmea do cupim. (...) Corri ao índice geral. *Ó beleza!* Lá estava. (...) Li muita coisa interessante sobre a fêmea do cupim. (...) *Mas sobre o nome da bicha, neca!*

Nesse texto, a começar pelo uso do verbo *embatucar*, cujo significado é “não poder falar, calar-se” (FERREIRA, *op. cit.*, p. 732.), é assinalado por Luft (*op. cit.*, p. 227.) como de cunho popular. Em seguida, pode-se destacar uma série de exemplos

<sup>32</sup> Segundo F. Neveu, no *Dicionário de ciências da linguagem* (2008, p. 250.), chamam-se pró-formas “os objetos linguísticos tomados abstratamente, cuja função é a de representar as propriedades comuns ao conjunto de membros de uma categoria”.

comprobatórios do emprego de um vocabulário simples, que contribui para a produção de um texto despojado e marcado pelos recursos da oralidade: o vocábulo *negócio* – forma genérica, significando “caso, coisa, assunto, fato” (FERREIRA, *idem*, p. 1.398.) – presente na frase *Tomei o negócio a peito*, cujo sentido é equivalente a, por exemplo, *empenhar-se com afinco*; o uso do superlativo sintético *sabidíssima*, em vez da forma erudita *sapientíssima*; o emprego da gíria *gagá*; a expressão *dando para*, correspondendo a *tornar-se*; o uso do verbo *arranjar* constante no segmento *me arranjar sozinho*; a presença do verbo *botar* em vez de *pôr*; a expressão *Ó beleza!*, que transmite um caráter de oralidade à situação; e a frase final – *Mas sobre o nome da bicha, neca!* –, constituída de palavras acentuadamente populares. Todos os usos linguísticos destacados, além de evidentemente apresentarem um efeito estilístico muito maior que seus possíveis substitutos, atestam a intenção de Bandeira de utilizar, na escrita literária, palavras e expressões simples, que representam a espontaneidade da fala.

\*\*\*

Na crônica “Sou provinciano” (BANDEIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 4.), Manuel Bandeira usa a expressão popular *bocó* e a forma depreciativa *jornaleco*, que demonstram o coloquialismo de sua escrita:

(...) O *jornaleco* de um município que adota a feição material dos vespertinos vibrantes e nervosos do Rio, – eis um exemplo de provincianismo *bocó*.

\*\*\*

#### 6.4 A sintaxe bandeiriana: coloquialismo e características do português do Brasil

O emprego de uma sintaxe de feição nacional e a utilização de uma linguagem tipicamente brasileira constituem pontos importantes do ideário modernista, sempre valorizados e presentes na escrita de Manuel Bandeira.

Essa atitude, embora estimulada pelos ideais do Modernismo, já orientava a criação literária bandeiriana desde muito tempo antes do movimento de 1922, para falar com maior especificidade, desde o berço. Seu pai, engenheiro de profissão, nutria grande interesse pelos livros e por todas as demais formas de aquisição de cultura. Admirava, com a mesma intensidade, poesia erudita e modinhas populares, manifestações folclóricas, etc. Assim, despertou no filho o gosto pela linguagem da gente simples e pelas formas de construção típicas da língua portuguesa brasileira.

Manuel Bandeira sempre enalteceu as características do português do Brasil e a fala popular, já que constituem a verdadeira expressão da cultura nacional. Sempre demonstrou o seu repúdio por aqueles que mostram resistência em escrever seguindo as estruturas de oração da língua coloquial e que defendem uma escrita pautada nos modelos do português lusitano.

Nesse empreendimento, foi solidário na luta do amigo Mário de Andrade em abraçar a língua portuguesa, como por diversas vezes ficou confirmado nas cartas que trocaram durante muitos anos. É fato que o escritor paulista adotou uma posição mais radical, que recebeu alguns comentários combativos do amigo, entretanto Manuel Bandeira compartilhava com Mário de Andrade o desejo de aproximação entre a língua literária e a fala brasileira, por isso não foi por acaso que registrou em suas obras algumas estruturas sintáticas comuns ao português do Brasil.

\*\*\*

Há verbos que, segundo a norma padrão, são obrigatoriamente pronominais. Entretanto, em diversos poemas, Manuel Bandeira omite o pronome reflexivo, o que está de acordo com o uso comum. Pode-se observar em “Dois anúncios” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ in: *Estrela da Vida Inteira*, 1993, p.535.) a ausência do reflexivo com o verbo *ajoelhar*, que exige o pronome no

sentido de "pôr (-se) de joelhos; genufletir; prostrar-se; prosternar-se (LUFT, 1993, p.45.)":

Então banquei o sentimental:  
Fiquei com olheiras,  
*Ajoelhei*,  
Chorei.  
Me rasguei todo,  
Fiz versinhos.

\*\*\*

O mesmo acontece em "Brigadeiro praticante" (BANDEIRA, Manuel, *op. cit./ in: idem*, p. 302.), em que o verbo *ajoelhar* aparece sem o reflexivo que lhe é obrigatório pela norma padrão:

O brigadeiro é católico:  
Vai à igreja, *ajoelha* e reza.

\*\*\*

Mais uma vez o verbo *ajoelhar* é empregado sem o pronome em "Poema de finados" (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 144.):

Leva três rosas bem bonitas.  
*Ajoelha* e reza uma oração.  
Não pelo pai, mas pelo filho:  
O filho tem mais precisão.

\*\*\*

E também em “Gesso” (BANDEIRA, Manuel, *O Ritmo Dissoluto*, 1924/ *in: idem*, p. 117.):

Há muitos anos tenho-a comigo.

O tempo envelheceu-a, carcomeu-a, manchou-a de pátina  
[amarelo-suja.

Os meus olhos, de tanto a olharem,  
Impregnaram-na da minha humanidade irônica de tísico.

Um dia mão estúpida

Inadvertidamente a derrubou e partiu.

Então *ajoelhei* com raiva, recolhi aqueles tristes

[fragmentos recompus a figurinha que chorava.

\*\*\*

Segundo Luft (*op. cit.*, p. 342.), é obrigatoriamente pronominal o verbo *ir* no sentido de *extinguir-se*, *dissipar-se*. Em “Sonho branco” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Tarde*, 1960/ *in: idem*, p. 240.), Manuel Bandeira omite o reflexivo, fato comum entre os usuários da língua portuguesa do Brasil:

Quarenta anos lá vão. De teu moreno  
Encanto hoje que resta? O eco pequeno,  
Pequeno de teu sonho – um sonho branco!

\*\*\*

A ausência do pronome também acontece em “Cunhantã” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 138.). De acordo com Luft (*idem*, p. 114.), o verbo *chamar* na acepção de *ter nome* ou *ter por nome* é pronominal, mas o reflexivo é omitido no poema:

Vinha do Pará  
 Chamava Siquê.  
 Quatro anos. O riso gutural da raça.  
 Piá branca nenhuma corria mais que ela.

\*\*\*

Em “Balada das três mulheres do sabonete Araxá” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Manhã*, 1936/ *in: idem*, p. 150.), aparece o verbo *casar* sem o pronome reflexivo. De acordo com Luft (*idem*, p. 110.), esse verbo no sentido de *unir-se por casamento*, *matrimoniar-se* deve ser acompanhado pelo pronome reflexivo:

A mais nua é doirada borboleta.  
 Se a segunda *casasse*, eu ficava safado da vida, dava pra  
 [beber e nunca mais telefonava.

\*\*\*

Também no poema “Rondó do atribulado do Tribobó” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 308.), ocorre a omissão do reflexivo no verbo *embalçar*. Trata-se de "verbo pronominal: dar balanços em; balouçar; balançar" (FERREIRA, *op. cit.*, p. 731.):

Debaixo de cuja sombra  
 Era bom ficar fumando  
*Embalçando* nas redes  
 Contando bobagens...

\*\*\*

De acordo com Ferreira (*op. cit.*, p. 732.) o verbo *embatucar* no sentido de *confundir-se*, *embaraçar-se*, *enrolar-se* é pronominal. Em “A fêmea do cupim”

(BANDEIRA, Manuel, *Andorinha, andorinha*, 1966, p.166.), o poeta emprega o verbo sem o pronome:

Foi pior do que isto: um dos examinadores saiu-se com esta questão absolutamente inesperada para um candidato a diplomata: qual o nome da fêmea do cupim? O rapaz *embatucou* e o mais engraçado é que ignora até hoje.

\*\*\*

O mesmo verbo também sem o pronome numa passagem de "Itinerário de Pasárgada" (BANDEIRA, Manuel, 1957/ *in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 299.):

Antes de conhecer o manual de Castilho, eu *embatucava* diante de certos problemas.

\*\*\*

Em relação à sintaxe de colocação, merece destaque a posição do pronome oblíquo átono no início do período ou do verso, conforme o caso. Manuel Bandeira se mostra favorável à variabilidade de usos característica do português do Brasil.

Profundo conhecedor das minúcias da colocação pronominal, no empenho de retratar na escrita fatos linguísticos brasileiros, Manuel Bandeira emprega por diversas vezes o pronome átono em posição proclítica. É uma tentativa de mostrar a força do coloquial no texto escrito, já que é muito mais usual em situações informais o emprego da próclise.

No que se refere às regras de colocação dos pronomes átonos, Bechara (*op. cit.*, p. 587.) afirma que a "gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos". Adiante ressalta que a gramática descreve as regras mais de acordo com o falar lusitano, que se difere completamente do falar brasileiro. No entanto, ao enumerar as normas que, sem exagero, devem ser observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas postula que "não se inicia período por pronome átono" (*idem*, p. 588.). Adiante, faz o seguinte comentário:



Ainda que não vitoriosa na língua exemplar, mormente na sua modalidade escrita, este princípio é, em nosso falar espontâneo, desrespeitado.

(*idem, ibidem.*)

Nota-se que Bechara destaca que o emprego do oblíquo em início de período é característico do falar espontâneo, ou seja, defende que na modalidade de língua culta formal não se deve iniciar frase com pronome oblíquo átono.

Cunha e Cintra (*op. cit.*, p. 307.) observam que essa possibilidade – especialmente com a forma *me* – é característica do português do Brasil, mas também mencionam que, pela norma gramatical, esse emprego não é recomendado.

Sobre isso, Azeredo (*op. cit.*, p. 259.) afirma que "a próclise do pronome é a posição mais favorecida pelo ritmo da frase no português do Brasil".

Por sua vez, Lessa (*op. cit.*, p. 75-76.) comenta que esse procedimento constitui uma "das peculiaridades da sintaxe popular brasileira na linguagem dos modernistas".

Com base nos comentários anteriores, pode-se afirmar que as determinações gramaticais insistem na orientação de não se empregar pronome oblíquo átono em início de frase, o que se relaciona às determinações centradas no padrão lusitano. O uso do oblíquo em início de enunciado é assinalado pelos estudiosos em geral como manifestação típica da oralidade no português do Brasil e que ganhou vultosas defesas na pena dos modernistas. Entre eles, Manuel Bandeira demonstrou ser plenamente favorável a essa realização linguística.

No poema "Acalanto para as mães que perderam o seu menino" (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Tarde*, 1960/ *in: Estrela da Vida Inteira*, 1993, p.23.), o pronome inicia verso, oração e período:

*Te nina, te conta*  
 – Sabes como é –  
 Do vário passado,  
 Das várias idades.  
*Te oferece o esmalte*  
 Do primeiro dente.

Em “Dois anúncios” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ in: *op. cit.*, 1993, p.316.), também a presença de um pronome oblíquo átono no início de período:

Então banquei o sentimental:  
Fiquei com olheiras,  
Ajoelhei,  
Chorei.  
*Me* rasguei todo,  
Fiz versinhos.

\*\*\*

No poema “Sacha” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 283.), o emprego proclítico reflete o uso comum, que demonstra clara preferência pela anteposição do pronome ao verbo, seja no início ou no meio da oração, como também iniciando período:

Por isso *se* agacha,  
*Se* cobre de graxa.  
*Se* arranha, *se* racha,  
*Se* desatarraxa.

\*\*\*

Em “Evocação do Recife” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ in: *idem*, p. 133.), o pronome átono encontra-se em posição enclítica nos versos que reproduzem trechos de uma música folclórica. Bandeira não modifica a colocação, pois a ordenação de palavras nas canções do folclore mantém a sua fixidez pela força da tradição:

Roseira dá-*me* uma rosa  
Craveiro dá-*me* um botão  
(Dessas rosas muita rosa  
Terá morrido em botão...)

Mas em outro verso do mesmo poema, o pronome proclítico do início do período reflete a fala descontraída do eu lírico ao rememorar episódios da infância :

Me lembro de todos os pregões:  
Ovos frescos e baratos  
Dez ovos por uma pataca.

\*\*\*

No poema “Anunciação” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 291.), observa-se o contraste entre o pronome proclítico e a presença da mesóclise no último verso. No primeiro emprego, o verso corresponde à fala de um anjo, expressando seu próprio pensamento. Ao utilizar a mesóclise, faz referência à ação de Deus, daí, provavelmente, o emprego mais solene do pronome:

Senhora Eunice,  
Queríeis um filho?  
Pois, Deus louvado,  
Me maravilho,  
Que ouvidos sois:  
Dar-vos-á dois!

\*\*\*

De acordo com a norma gramatical de colocação de pronomes, "emprega-se, geralmente, a ênclise com verbos no modo imperativo afirmativo", conforme atestam Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura, em sua *Gramática* (1987, p. 423.). Em “Rosa Francisca Adelaide” (BANDEIRA, Manuel, *op. cit./ in: idem*, p. 284.), apesar do imperativo verbal, há ocorrência da próclise, o que confere mais leveza e informalidade ao poema, no qual as palavras no diminutivo também contribuem para uma feição mais delicada e descontraída:

Não queres ser Rosa,  
 Pois então, Francisca,  
 Me dá essa rosa:  
 A rosa mais limpa,  
 Mais escondidinha  
 – Rosa bonitinha.

\*\*\*

Também no poema “O menino doente” (BANDEIRA, Manuel, *O Ritmo Dissoluto*, 1924/ *in: idem*, p. 105.), a presença do pronome proclítico ao verbo contribui para reforçar a suavidade do contexto da poesia:

Então, no ombro dela,  
 Um vulto de santa,  
 Na mesma cantiga,  
 Na mesma voz dela,  
 Se debruça e canta.

\*\*\*

Mais um emprego de pronome oblíquo átono no início de período em "Poema para Santa Rosa" (BANDEIRA, Manuel, *Belo belo*, 1948/ *in: idem*, p.200):

Pousa na minha a tua mão, protonotária.  
 Gosto de "protonotária".  
 Me lembra meu pai.  
 E pinta bem a quem eu quero.  
 Sei que ela vai perguntar: – O que é protonotária?  
 Responderei:  
 – Protonotário é o dignitário da Cúria Romana que  
     [expede, nas grandes causas, os atos que os simples  
     [notários apostólicos expede, nas pequenas.

\*\*\*

Em "Boi morto" (BANDEIRA, Manuel, *Opus 10*, 1952/ *in: idem*, p. 305.), o pronome oblíquo átono começa verso e oração:

Como em turvas águas de enchente,  
*Me* sinto a meio submergido  
 Entre destroços do presente  
 Dividido, subdividido,  
 Onde rola, enorme, o boi morto.

\*\*\*

Também na crônica "O enterro de Sinhô", Manuel Bandeira utiliza o mesmo pronome oblíquo em início de período:

*Me* apresentaram a Sinhô na câmara-ardente do Zeca. Foi na pobre nave da Igreja dos Pretos do Rosário Sinhô tinha passado o dia ali, era mais de meia-noite, ia passar a noite ali (...).

(BANDEIRA, Manuel, *Crônicas da Província do Brasil*, 1936/  
*in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 63.).

\*\*\*

Num trecho de "Itinerário de Pasárgada" (BANDEIRA, Manuel, 1957/ *in: op. cit.*, 1997, p. 305.), o pronome oblíquo também aparece no início do período:

As influências literárias que eu fui recebendo são incontáveis. Foram sucessivas, não simultâneas. *Me* lembro de uma fase de Musset, de uma fase Verhaeren... Villon... Eugênio de castro... Lenau... Heine... Charles Guérin... Sully Prudhomme... Até Sully Prudhomme? dirá algum requintado de hoje. Até Sully Prudhomme. Foi ele que me deu a vontade de estudar a prosódica poética francesa, o que fiz no compêndio de Dorchain.

\*\*\*

Bandeira considerava perfeitamente legítima a presença de pronome oblíquo átono no início de qualquer período, tanto que o empregou em várias situações. Afirmava que esse procedimento não era exclusividade da manifestação popular, pois muitos escritores clássicos também legitimaram o seu uso. Fazia ressalvas, entretanto, às formas oblíquas *o*, *a*, *os*, *as* e *se* no início de período, principalmente, com verbos no futuro do presente ou do pretérito, alegando que tais empregos não encontravam comprovação, nem na língua falada culta, nem na popular<sup>33</sup>.

De acordo com a tradição gramatical, em relação à colocação de pronomes oblíquos átonos, a regra prescreve que se deve empregar a "mesóclise com formas do futuro do presente ou do futuro do pretérito" (CUNHA; CINTRA, *op. cit.*, p. 300.). No entanto, não sendo em início de período, mas introduzindo oração ou verso, mesmo com verbos no futuro, Manuel Bandeira empregava tais pronomes, cujo uso encontra respaldo em Bechara (*op. cit.*, p. 589.), ao orientar que "... com verbo no futuro do presente e futuro do pretérito (...) ou se coloca o pronome átono proclítico ou mesoclítico ao verbo". Uma amostra de pronome oblíquo *o* com verbo no futuro do presente no início de verso e oração está presente em "A anunciação" (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Tarde*, 1960/ *in: Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 233.):

Deus escolheu-te, a mais pura  
Entre todas as mulheres,  
Para um filho conceberes  
no teu ventre e, dado à luz,  
*O chamarás* de Jesus.

\*\*\*

Já no poema "Luísa, Marina e Lúcia" (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 291.), Manuel Bandeira utiliza o pronome oblíquo átono *o* no início de um verso, no entanto, este não marca início de oração. Além disso, o verbo que o acompanha não está no futuro e sim no presente. Vale destacar o emprego mesoclítico do mesmo pronome com o verbo no futuro do presente, conforme determina a tradição gramatical. Essa diferença na colocação pronominal

---

<sup>33</sup> Para conferência dessas informações, consultar: BANDEIRA, Manuel. *Seleção de Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 500.

comprova que um mesmo usuário pode variar determinados empregos linguísticos em função de certas situações comunicativas ou com propósitos estilísticos:

Esse José Bittencourt  
 – *Chamá-lo-ei* José tout court –  
 Três anjos de muita argúcia  
 O acompanham, todos três  
 Lindos, que assim Deus os fez:  
 Luísa, Marina e Lúcia.

\*\*\*

Na crônica “Sou provinciano” (BANDEIRA, Manuel, *Andorinha, andorinha*, 1966, p. 4.), observa-se a liberdade com a qual emprega procliticamente o pronome oblíquo átono, tanto no meio da oração, como no início de um período. Outro exemplo de informalidade pode ser constatado no desvio à regra de concordância verbal, em que, na estrutura sintética de sujeito paciente, emprega o verbo no singular com núcleo de sujeito no plural. Sobre a concordância do verbo na passiva pronominal, Bechara (*op. cit.*, p.563.) alerta que "se o verbo estiver no infinitivo com sujeito explícito, o normal é usar o infinitivo flexionado":

Sou provinciano. Com os provincianos *me* sinto bem. Se com estas palavras ofendo algum mineiro requintado peço desculpas. *Me* explico: as palavras “província”, “provinciano”, “provincianismo” são geralmente empregadas pejorativamente por só *se enxergar* nelas *as limitações* do meio pequeno.

\*\*\*

Outro desvio à regra de concordância verbal aparece em "Última canção do beco" (BANDEIRA, Manuel, *Lira dos Cinquent'anos*, 1940/ *in: Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 180.), em que o verbo *bater* aparece no singular e o sujeito – *seis horas* – encontra-se no plural:

Lapa – Lapa do Desterro –,  
 Lapa que tanto pecais!  
 (Mas quando *bate seis horas*,  
 Na primeira voz dos sinos,  
 Como na voz que anunciava  
 A Conceição de Maria,  
 Que graças angelicais!)

\*\*\*

Entre os traços característicos do português do Brasil, Azeredo (*op. cit.*, p. 550.) arrola o caso do sujeito pronominal redundante. Afirma o autor que "as gramáticas normativas sempre recomendaram a supressão do pronome sujeito quando a forma verbal – especialmente de 1ª pessoa do singular e do plural – já traz a marca pessoal". Mais adiante, acentua que "efetivamente, a ausência deste é o uso típico no português europeu, de que se distingue o português brasileiro (*idem, ibidem.*)".

Na crônica "José de Abreu Albano" (BANDEIRA, Manuel, *Flauta de papel*, 1957/ *in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 134.), Manuel Bandeira resgata o sujeito por meio do pronome:

Mas *eu* não estou batendo à máquina esta crônica para contar os expedientes de José Albano em Paris, expedientes em que não havia – é preciso que se note – nenhum espírito de trapaça; o poeta era um homem digno e altivo: acreditava candidamente na futura edição de seus poemas.

\*\*\*

Em "Itinerário de Pasárgada" (BANDEIRA, Manuel, 1957/ *in: op. cit.*, 1997, p. 298.), mais um emprego do sujeito redundante:

Essa influência da fala popular contrabalançava a da minha formação no Ginásio, onde em matéria de linguagem *eu* me deixava assessorar por meu colega Sousa da Silveira, naquele tempo todo voltado para a lição dos clássicos portugueses.

\*\*\*



Em outro trecho de "Itinerário de Pasárgada" (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 305.), também se observa a redundância do sujeito:

As influências literárias que *eu* fui recebendo são incontáveis. Foram sucessivas, não simultâneas. Me lembro de uma fase de Musset, de uma fase Verhaeren... Villon... Eugênio de castro... Lenau... Heine... Charles Guérin... Sully Prudhomme... Até Sully Prudhomme? dirá algum requintado de hoje. Até Sully Prudhomme. Foi ele que me deu a vontade de estudar a prosódica poética francesa, o que fiz no compêndio de Dorchain.

\*\*\*

Mais uma peculiaridade sintática do português brasileiro consiste na substituição do verbo impessoal *haver* pelo verbo *ter*. Em relação a esse procedimento, Melo (*op. cit.*, p. 103.) destaca:

(...) a nossa linguagem vulgar é fundamentalmente o português arcaico deformado pela ação dos índios e tupi-descendentes e dos negros e afro-descendentes.

Mas não é tudo. A análise dos nossos dialetos revela-nos a existência de muitos fatos que se devem interpretar como o desenvolvimento ou a realização de tendências latentes, embrionárias ou incipientes na línguatronco. (...) Entre os fatos do nosso linguajar plebeu explicáveis pela ação de tal força se incluem o verbo *ter* impessoal com sentido existencial (=haver), fenômeno esse que ocorre também na Índia, em Cabo Verde e em certa região de Portugal (...).

Também acerca do emprego do verbo *ter* como impessoal, comenta Lessa (*op. cit.*, p. 83.) citando Sousa da Silveira (*apud* NASCENTES, Antenor, 1953, p.161.):

O emprego impessoal do verbo *ter* com sentido existencial está de tal forma generalizado na linguagem brasileira, em detrimento do verbo *haver*, que Sousa da Silveira chegou a observar que este último "é raro na língua falada corrente, e, empregada, pode até chamar a atenção pela estranheza que causará".

No poema “Oração a Santa Teresa” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ in: *Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 304.), Manuel Bandeira usa o verbo *ter* no lugar do *haver*:

Antigamente o bonde era no Largo da Carioca atrás do  
[chafariz  
Na estação *tinha* uma casa de frutas  
Onde o chefe de família  
Podia comprar a quarta de manteiga sem sal.

(...)

Nos fundos do teatro Lírico  
*Tem* um mictório  
Rogai pelas donzelas do morro obrigadas a passar  
[diariamente em frente do mictório.

\*\*\*

No poema “Rondó do atribulado do Tribobó” (BANDEIRA, Manuel, *idem*, p. 308.), o uso do verbo *ter* em vez do *haver* demonstra o objetivo de Manuel Bandeira de empregar fatos gramaticais característicos do português brasileiro:

No vale do Tribobó  
*Tinha* uma casa bonita  
Com varanda por dois lados  
Várias cadeiras de lona  
Redes rangendo gostosas  
E dentro pelas janelas  
Uns quadrinhos mozarlescos  
Como os cocôs de Clarinha...

\*\*\*

O emprego do verbo *ter* como impessoal aparece também em “Vou-me embora pra Pasárgada” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ in: *idem*, p. 143.):

Em Pasárgada *tem* tudo  
 É outra civilização  
*Tem* um processo seguro  
 De impedir a concepção  
*Tem* telefone automático  
*Tem* alcalóide à vontade  
*Tem* prostitutas bonitas  
 Para a gente namorar.

\*\*\*

De acordo com Azeredo (*op. cit.*, p. 549.), "a dupla negação: *não quero não* (por *não quero*), *ele ainda não saiu não* (por *ele ainda não saiu*)" é um dos traços característicos do português do Brasil.

Sobre a reduplicação das negativas, também Lessa (*op. cit.*, p.93.) comenta:

Construções do tipo "ninguém não disse", "nada não desejo", "nem não devo voltar lá", são arroladas pelos filólogos entre os arcaísmos, e o seu emprego atual registrado como uma peculiaridade da linguagem matuta, do linguajar plebeu – da fala, em suma, da gente inculta.

Adiante, Lessa (*idem*, p. 94.) afirma que Amadeu Amaral, em sua obra "O dialeto caipira", acentua:

O emprego de duas negativas – ninguém não, nem não, etc., assim contíguas, – vulgar na sintaxe portuguesa quinhentista, mas hoje desusada na língua popular de Portugal, e na língua culta tanto lá como cá – é obrigatória no falar caipira.

Lessa (*idem*, *ibidem*.) destaca que também Ismael de Lima Coutinho considerava o desdobramento das negativas marca característica da sintaxe arcaica de Portugal.

Em seguida, arremata o autor (*idem*, *ibidem*.):

Arrolada, portanto – e com justeza – entre os arcaísmos, e considerada em nossos dias como particularidade da linguagem brasileira inculta, parece-nos bastante significativo que tal sintaxe tenha sido empregada por Guimarães Rosa, Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Em estudo mais recente, intitulado *O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação*, no qual analisa os usos linguísticos de falantes nordestinos, Maria Angélica F. Cunha (2001, p. 20.) sinaliza:

(...) estou postulando que, de uma perspectiva diacrônica, o *não* pós-verbal é originalmente introduzido na negativa como um elemento de reforço opcional. À medida que a frequência de ocorrência desse padrão aumenta, o marcador pós-verbal perde sua natureza enfática e se torna regular. Assim, a negativa dupla deixa de ser um modo "inesperado" de reforçar um ponto discursivo e começa a ser interpretada como o modo "normal" de procedimento. Via abdução, o falante cristaliza – ou gramaticaliza – o segundo *não* como parte da própria estrutura negativa. Temos, então, estágios sucessivos de reanálise para as construções negativas, em um processo contínuo de mudança na atribuição de fronteiras.

Tomando por base os postulados, pode-se perceber que a reduplicação da negativa – uma espécie de reafirmação do enunciado para garantir o processamento da ideia pelo ouvinte –, independentemente da explicação diacrônica ou de sua relação mais estreita com os fatores regional e sociocultural, constitui mais uma peculiaridade do português do Brasil resgatada pelos modernistas, na sua empreitada de empregar e valorizar as manifestações linguísticas dos falantes brasileiros.

Manuel Bandeira, no poema “Embolada do brigadeiro” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 302.), utiliza o desdobramento da negativa:

Homem mesmo escandaloso!  
 Não zunzuna  
*Nem não* fala  
 Atoamente:  
 Será nosso Presidente,  
 Estava no seu destino  
 Desde que ele era tenente,  
 Desde que ele era menino!

\*\*\*

Em “Sextilhas românticas” (BANDEIRA, Manuel, *Belo belo*, 1948/ *in: idem*, p. 193.), Bandeira também emprega a reduplicação da negativa:

Sou assim, por vício inato.  
 Ainda hoje gosto de Diva,  
*Nem não* posso renegar

Peri tão pouco índio, é fato,  
Mas tão brasileiro... Viva,  
Viva José de Alencar!

\*\*\*

Conforme já foi comentado, de acordo com a tradição gramatical, os verbos de movimento *ir*, *chegar*, *vir*, devem ser regidos por *a* ou *para*, uma vez que essas preposições denotam o sentido de direção, sendo que a escolha de uma ou outra implica uma diferença sutil de sentido.

Uma característica marcante da fala popular brasileira, entretanto, consiste no emprego da preposição *em* com esses verbos, contrariando a orientação gramatical que exige a presença da preposição *a* com esses verbos, conforme se observa em Bechara (*op. cit.*, p. 306.) que, a respeito das preposições, orienta que, no caso de *a*, deve ser usada "com termos de movimento ou extensão".

Cunha e Cintra (*op. cit.*, p. 549.) também alertam sobre o uso da preposição *a* com verbos indicadores de movimento.

De acordo com Luft (*op. cit.*, p. 116.), "verbo de 'movimento para', é natural reger ele a preposição *a* diante do complemento de lugar". Em seguida, comenta que "no Brasil, entretanto, usa-se muito a preposição *em*" (*idem, ibidem.*).

Por sua vez, Azeredo (*op. cit.*, p. 196.) destaca a variabilidade de empregos das preposições em face do grau de exigência da situação comunicativa sobre o enunciador:

(...) as preposições contribuem de forma mais ou menos relevante para o significado das construções de que participam. Essa maior ou menor relevância está relacionada aos graus de liberdade do enunciador na seleção da preposição. Em muitos casos, a preposição não é escolhida pelo que significa, mas imposta ao usuário da língua pelo contexto sintático; isto é, ela é selecionada pela palavra que a precede, seja um verbo, um substantivo, um adjetivo ou um advérbio.

A par dos postulados sobre a regência dos verbos de movimento pautada na tradição gramatical, que prescreve o uso da preposição *a* para acompanhá-los, observa-se na fala brasileira a tendência cada vez maior de se empregar a preposição *em* com esses verbos, conforme se comprova no comentário de Lessa (*op. cit.*, p. 81.):



Em carta enviada a Mário de Andrade, também ocorre o emprego da preposição *em* com verbo de movimento:

Outra funda sensação da infância. Cheguei *no* Rio. Não gostei do Rio.

(MORAES, *op. cit.*, p. 201.).

\*\*\*

As diversas gramáticas normativas, quanto ao elenco dos pronomes pessoais sujeitos e a forma de apresentá-los (*cf.* AZEREDO, 2008; BECHARA, 2004; CUNHA & CINTRA, 1985; LIMA, 1982.), enumeram *eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas*. No entanto, a alternância das formas *nós* e *a gente*, representando a primeira pessoa do plural, é de uso comum entre os falantes no Brasil. No cotejo entre as gramáticas, somente a de Azeredo (*op. cit.*, p. 549.) destaca como fato característico do português do Brasil "o uso de *a gente* como expressão genérica ou indeterminadora da pessoa do discurso que inclui o enunciador". Um exemplo desse emprego por Manuel Bandeira aparece na crônica "O enterro de Sinhô" (BANDEIRA, Manuel, *Crônicas da Província do Brasil*, 1936/ *in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 63.):

(...) espinafrava tudo quanto era músico e poeta, estava danado naquela época com o Villa<sup>34</sup> e o Catulo<sup>35</sup>, poeta era ele, músico era ele. Que língua desgraçada! Que vaidade! mas *a gente* não podia deixar de gostar dele desde logo, pelo menos os que são sensíveis ao sabor da qualidade carioca.

\*\*\*

---

<sup>34</sup> Referência a Heitor Villa-Lobos foi maestro e compositor brasileiro. Destacou-se por ter sido o principal responsável pela descoberta de uma linguagem peculiarmente brasileira em música, sendo considerado o maior expoente da música do modernismo no Brasil, compondo obras que enaltecem o espírito nacionalista onde incorpora elementos das canções folclóricas, populares e indígenas.

<sup>35</sup> Catulo da Paixão Cearense foi poeta, músico e compositor. Suas mais famosas composições são *Luar do Sertão* e *Flor amorosa*.

Sabe-se que, pela tradição gramatical, o pronome *ele* pode somente exercer a função de sujeito da oração. Na função de objeto direto, a norma padrão exige que o pronome esteja subordinado à presença de algum termo específico e somente seja usado em situação informal, conforme postulados de Cunha e Cintra (*op. cit.*, p. 289.), que atestam o seu emprego se "antecedido da preposição *a* e dependente, em geral, de verbos que exprimem sentimento"; de Bechara (*op. cit.*, p. 175.), que afirma que "o pronome *ele*, no português moderno, só aparece como objeto direto quando precedido de *todo* ou *só* (adjetivo) ou se dotado de acentuação enfática, em prosa ou verso"; e de Azeredo (*op. cit.*, p. 256.), que também destaca o uso informal do pronome nas funções de sujeito e complemento.

O emprego do pronome *ele* na função de objeto direto, marca característica do português brasileiro, aparece registrado em "Dois anúncios" (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: Estrela da Vida Inteira*, 1993, p. 316.):

Perdi meu tempo: não fez efeito.  
 Meu Deus que mulher durinha!  
 Foi um buraco na minha vida.  
 Mas eu mato *ela* na cabeça.

\*\*\*

Em "Porquinho-da-índia" (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 130.), a forma tônica do pronome oblíquo também aparece em função objetiva:

Quando eu tinha seis anos  
 Ganhei um porquinho-da-índia.  
 Que dor de coração me dava  
 Porque o bichinho só queria estar debaixo [do  
 fogão!  
 Levava *ele* pra sala  
 Pra os lugares mais bonitos mais [limpinhos  
 Ele não gostava.

\*\*\*



Quanto à sintaxe de concordância, o emprego de pronomes de pessoas gramaticais diferentes é um procedimento linguístico bastante comum no português do Brasil, especialmente entre as segunda e terceira pessoas. Em relação ao emprego desses pronomes, Cunha e Cintra (*op.cit.*, p. 284.) comentam:

No português europeu normal, o pronome *tu* é empregado como forma própria de intimidade. Usa-se de pais para filhos, de avós ou tios para netos e sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas de faixa etária igual ou próxima. O seu emprego tem-se alargado, nos últimos tempos, entre colegas de estudo ou da mesma profissão, entre membros de um partido político e até, em certas famílias, de filhos para pais, tendendo a ultrapassar os limites da intimidade propriamente dita, em consonância com uma intenção igualitária ou, simplesmente, aproximativa. No português do Brasil, o uso de *tu* restringe-se ao extremo Sul do país e a alguns pontos da Região Norte, ainda não suficientemente delimitados. Em quase todo o território brasileiro, foi ele substituído por *você* como forma de intimidade. *Você* também se emprega, fora do campo da intimidade, como tratamento de igual para igual ou de superior para inferior. É este último valor, de tratamento igualitário ou de superior para inferior (em idade, em classe social ou hierarquia), e, apenas esse, o que *você* possui no português europeu normal, onde só excepcionalmente – e em certas camadas sociais altas – aparece usado como forma carinhosa de intimidade.

A propósito da questão, é oportuno citar um trecho da carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel:

Apontas-me, como crime, a minha mistura de você com tu na mesma carta e às vezes no mesmo período. Bem sei que a Gramática sofre com isso, a coitadinha; mas me é muito mais cômodo, mais lépido, mais sadio (...). Às vezes o tu entra na frase que é uma beleza; outras vezes é no você que está a beleza (...). Não fiscalizo gramaticalmente minhas frases em CARTAS. Língua de cartas é língua em mangas de camisa e pé no chão como a falada. E, portanto, continuarei a misturar o tu com você como sempre fiz.

(LOBATO, Monteiro, 1904, *in*: SCARTON, Gilberto, *Concepções de língua e reflexo na prática do professor*, 2005, p. 50.).

A partir do Modernismo, essa tendência ganhou destaque, por isso mesmo em muitas obras desse período essa mistura aparece propositalmente, em face do posicionamento favorável dos modernistas ao emprego, na literatura, de fatos característicos da língua efetivamente em uso pelos falantes do português do Brasil.

O padrão formal da língua exige a uniformidade de tratamento, entretanto, na manifestação linguística cotidiana, é comum num mesmo enunciado a presença de

pronomes pessoais retos e oblíquos; de tratamento, principalmente, *ocê*; e possessivos das segunda e terceira pessoas empregados sem a concordância verbal exigida pela norma gramatical.

Alinhado com a proposta modernista, Manuel Bandeira transporta para a escrita literária essa característica em “Acalanto para as mães que perderam o seu menino” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Tarde*, 1960/ *in: idem*, p. 231.), utilizando pronome oblíquo de segunda pessoa e possessivo de terceira pessoa:

Dorme... Ele *te* nina  
 Como se hoje fosses  
 A *sua* menina.

\*\*\*

No poema “Irene no céu” (BANDEIRA, Manuel, *Libertinagem*, 1930/ *in: idem*, p. 142.), o pronome de tratamento de terceira pessoa contrasta-se com o imperativo concordando com a segunda pessoa. A mudança de tratamento revela a situação de aproximação ou de afastamento entre falante e ouvinte. A primeira estrofe é descritiva, enquanto que a segunda se caracteriza pelo tom familiar, pela afetividade e pela intimidade retratadas na situação. O verso mostra a fala de São Pedro, que recebeu Irene com simplicidade, demonstrada, inclusive, pelo emprego do adjetivo *bonachão* em referência a ele. O desvio à regra de concordância intensifica a descontração do momento:

Irene preta  
 Irene boa  
 Irene sempre de bom humor.

Imagino Irene entrando no céu:  
 – Licença meu branco!  
 E São Pedro bonachão:  
 – *Entra*, Irene. *Você* não precisa pedir licença.

\*\*\*

No poema “O grilo” (BANDEIRA, Manuel, *Opus 10*, 1952/ *in: idem*, p. 215.), o contraste entre o imperativo relacionado à segunda pessoa, presente no primeiro verso, e o pronome *você* do verso seguinte não é tão surpreendente, pelo fato de o verbo *tocar* vir acompanhado de um advérbio, vazio de sua indicação locativa, formando uma unidade de caráter informal:

Grilo *toca aí* um solo de flauta.  
 – De flauta? *Você* me acha com cara de flautista?  
 – A flauta é um belo instrumento. Não gosta?  
 – Troppo dolce!

\*\*\*

Também num trecho de carta endereçada a Mário de Andrade, Manuel Bandeira emprega pessoas gramaticais diferentes. Utiliza duas locuções verbais na segunda pessoa do singular ([*tu*] *quereres escrever*/ [*tu*] *estás escrevendo*) e, mais à frente, um verbo concordando com a terceira pessoa ([*você*] *buscar*); o pronome possessivo presente no segmento é de terceira pessoa, ou seja, concorda com o verbo, mas não com as locuções verbais. O emprego de pessoas gramaticais distintas promove uma escrita informal e descontraída, que já se comprova a partir do início do texto, quando Bandeira começa o período com pronome oblíquo átono:

*Me* parece, por poemas e cartas, que à força de *quereres escrever* brasileiro, *estás escrevendo* paulista. Ficando um tanto afetado de tanto *buscar* a naturalidade. A *sua* sistematização pode levar, está levando, a uma linguagem artificial, o que é pena porque compromete uma ideia evidentemente boa e sadia.

(MORAES, *op. cit.*, p. 180.).

\*\*\*

De acordo com a norma gramatical, emprega-se o futuro do pretérito "para denotar uma asseveração modesta em relação ao passado" (BECHARA, *op. cit.*, p. 280.). Em “O inútil luar” (BANDEIRA, Manuel, *A Cinza das Horas*, 1917/ *in: idem*, p.

58.), Manuel Bandeira emprega o pretérito imperfeito e não o futuro para exprimir um fato futuro em relação a outro passado, concorrendo para demonstrar o registro informal:

Outra a entretém, a conversar:  
 – “Mamãe não avisou se *vinha*.  
 Se ela vier, mando matar  
 Uma galinha.”

\*\*\*

O emprego do verbo no futuro do pretérito também se impõe quando "denotar que um fato se dará, agora ou no futuro, dependendo de certa condição" (BECHARA, *idem, ibidem.*). Em “Carlos Drummond de Andrade” (BANDEIRA, Manuel, *Mafuá do Malungo*, 1948/ *in: idem*, p. 279.), mesmo com a limitação da condição, o futuro é preterido pelo imperfeito, conferindo uma feição mais coloquial ao poema:

O sentimento do mundo  
 É amargo, ó meu poeta irmão!  
 Se eu me chamasse Raimundo!...  
 Não, não *era* solução.

\*\*\*

O mesmo emprego ocorre também no poema “Balada das três mulheres do sabonete Araxá” (BANDEIRA, Manuel, *Estrela da Manhã*, 1936/ *in: idem*, p.150.), em que os verbos no pretérito imperfeito no lugar do futuro reforçam a informalidade da linguagem:

A mais nua é doirada borboleta.  
 Se a segunda casasse, eu *ficava* safado da vida, *dava* pra  
 [beber e nunca mais *telefonava*.

\*\*\*

Na língua portuguesa há palavras transitivas, cuja significação é incompleta, ou seja, palavras que, para transmitirem uma ideia, necessitam de um complemento (um termo ou oração) que lhes complete a significação. Recebe o nome de transitivos esses termos de significação incompleta. Essa denominação contrasta com as palavras intransitivas – aquelas que têm significação completa.

Em português, podem-se considerar como palavras transitivas alguns nomes e verbos e, nesse caso, há de se observar se o termo que lhes completa o sentido deve aparecer ou não regido de preposição. De acordo com a norma padrão, em se tratando de termo que exige preposição, é necessário que se atente para os critérios de regência desses verbos ou nomes.

A sintaxe de regência cuida especialmente das relações de dependência em que se encontram os termos na oração ou as orações entre si no período composto. Os termos, quando exigem a presença de outro, chamam-se regentes; os que completam a significação dos anteriores chamam-se regidos. Caso o termo regente seja um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio), ocorre a regência nominal. Se o termo regente for um verbo, tem-se a regência verbal. Sobre esta, Mario Perini, na *Gramática Descritiva do Português* (2006, p. 173.), tece comentários mais detalhados:

Ainda não foi realizado, que eu saiba, um estudo detalhado da transitividade nominal, comparável aos que existem para a transitividade verbal (...). A análise tradicional não limita a transitividade aos verbos; considera-se também que certas palavras de outras classes – substantivos, adjetivos e advérbios – podem exigir ou recusar a presença de certos termos.

Apesar da recomendação gramatical de se empregar a preposição adequada sempre que se fizer necessário, tanto em relação aos termos na oração ou às orações entre si no período, há, na língua portuguesa do Brasil, certa variabilidade de escolha entre uma ou outra preposição e, até mesmo, de presença ou ausência desse termo.

A respeito da variação do sistema preposicional no português brasileiro, estudos relacionados à investigação sociolinguística<sup>36</sup> comprovam que há uma tendência bastante significativa entre os usuários da língua de omitirem a preposição

---

<sup>36</sup> Informações baseadas em estudos de TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

exigida pela norma padrão nas orações completivas nominais, nas objetivas indiretas e nas relativas.

Em seu trabalho, Tarallo observa que a variante considerada padrão, ou seja, a que apresenta a preposição, começa a perder sua força em fins do século XIX e sua omissão foi se tornando, a partir de então, uma tendência frequente. Suas pesquisas acerca desse fenômeno de apagamento da preposição nos três tipos de oração apontam para uma prática cada vez mais significativa, inclusive entre usuários cultos da língua portuguesa do Brasil.

Em "Itinerário de Pasárgada" (BANDEIRA, Manuel, *in: Seleta de Prosa*, 1997, p. 333.), observa-se um caso de omissão da preposição introdutória da oração subordinada substantiva completiva nominal:

"Alegrias de Nossa Senhora" tem a sua história. Mais de uma vez me pedira Mignone texto para um oratório e decerto eu tinha muita vontade de satisfazê-lo, mas cadê inspiração? Um belo dia recebo de uma religiosa carmelita um caderno de poemas sobre os quais me pedia que desse opinião. Entre eles havia um, intitulado "Alegrias de Nossa Senhora", que me pareceu belíssimo e logo me deu a ideia *que dele se poderia extrair o texto* de que precisava Mignone.

\*\*\*

Também numa carta endereçada a Mário de Andrade, a mesma situação de apagamento da preposição numa completiva nominal:

Estou certo *que você não me atenderá*, e no entanto não há nada de que eu esteja mais certo nesta vida.

(MORAES, *op. cit.*, p. 564.).

\*\*\*

## 7 CONCLUSÃO

Apresentar Manuel Bandeira apenas como “grande poeta modernista” é a demonstração de uma visão bastante simplista da verdadeira extensão de sua criação literária. Evidentemente a qualidade de sua obra, que incorpora as características do movimento modernista, já é motivo mais que suficiente para considerá-lo um dos maiores nomes da literatura brasileira. Porém, o seu talento poético transcende as limitações de um determinado período literário. O conjunto de sua obra comprova uma evolução poética singular, que o distingue entre os demais poetas do seu tempo.

Afeito aos preceitos da versificação tradicional de base silábica, Manuel Bandeira foi, aos poucos, rompendo regras literárias estabelecidas, até alcançar a liberdade poética em sua plenitude, dominando magistralmente a técnica do verso livre.

O primeiro livro, *A Cinza das Horas*, de 1917, apesar de ainda retratar uma escrita condicionada a certas formas convencionais, representa a despedida das exigências a que se submetia o poeta, que o impediam de expressar livremente a força real de sua poesia e a verdadeira originalidade de seu talento.

Em *Carnaval*, publicado em 1919, já se percebe uma ruptura mais significativa dos padrões tradicionais, que se evidencia mais claramente em *O Ritmo Dissoluto*, de 1924. *Libertinagem* e *Estrela da Manhã*, de 1930 e 1936, respectivamente, constituem marcos decisivos na poesia bandeiriana, representando o definitivo desvencilhamento das antigas tradições e o triunfo da verdadeira liberdade criadora.

O processo de evolução pelo qual passou Manuel Bandeira, partindo da tradição para a modernidade, fez com que o poeta adquirisse profundo conhecimento dos segredos da técnica do verso em português. Além disso, os estudos clássicos recebidos no antigo Ginásio Nacional, que contava com um corpo docente constituído por grandes expoentes do magistério brasileiro, foram determinantes no desenvolvimento intelectual do poeta, capacitando-o a fazer muitos comentários de alto interesse para a pesquisa filológica, linguística e literária no Brasil.

Suas reflexões e comentários encontram-se, principalmente, em *Itinerário de Pasárgada* e no ensaio *De Poetas e de Poesia*, ambos de 1954. É de sua autoria,

inclusive inserido como verbete na *Enciclopédia Delta Larousse*, de 1956, um estudo sobre “Versificação em Língua Portuguesa”, considerado um dos mais úteis e completos para o conhecimento da matéria.

Embora constantemente citado como integrante da primeira geração do Modernismo brasileiro e participante da “Semana de Arte Moderna”, a posição de Manuel Bandeira ante o movimento é singular, pois apresenta uma trajetória poética de certa forma independente em relação ao Modernismo.

Tal posicionamento se explica porque o poeta sempre afirmou que não combatia implacavelmente os grandes mestres parnasianos e simbolistas, também não repudiava a estrutura do soneto, nem era totalmente contrário a versos com métrica e rima.

Manuel Bandeira combatia apenas o exagero pós-parnasiano, cuja estética se baseava na “arte pela arte”, numa atitude alicerçada na objetividade e no culto da forma, em que o preciosismo vocabular e a correção gramatical eram os índices da estética parnasiana. Bandeira condenava essa poesia marcadamente impessoal, carregada de descrições objetivas e formas perfeitas. Sua crítica, no entanto, era sutil e discreta, haja vista a sua participação a distância na “Semana de Arte Moderna”.

A leitura da sua poesia “Os Sapos”, feita por Ronald de Carvalho, foi um dos pontos marcantes do evento, entretanto o poeta pernambucano recusou-se a comparecer, exatamente por não concordar integralmente com a intensidade das críticas feitas aos parnasianos e simbolistas.

No exercício de sua liberdade poética, buscou inspiração na própria vida. De um lado, a família, a infância, a cidade natal, a doença, a perda dos entes queridos; de outro, a observação do cotidiano, a sensibilidade aguçada diante dos fatos e das pessoas, a valorização da linguagem simples do povo brasileiro.

Observador atento das particularidades da fala popular e dos fatos gramaticais do português brasileiro, Manuel Bandeira apresentou uma posição favorável à aproximação entre a fala e a escrita. Além disso, procurou registrar em sua obra tanto a simplicidade e o coloquialismo da linguagem oral, quanto diversos fatos linguísticos característicos do português do Brasil.

O fato de defender uma linguagem mais próxima da realidade do Brasil não significa que o conhecimento do poeta sobre a língua portuguesa seja limitado. Ao contrário, os estudos linguísticos e literários sempre despertaram em Bandeira



especial interesse, tornando-o grande conhecedor das questões gramaticais da nossa língua. O pleno domínio dos fatos linguísticos do português foi determinante na qualidade de sua produção literária. Somente por conhecer profundamente as particularidades da língua, conseguiu romper com os excessivos rigores gramaticais sem empobrecer o valor de sua obra.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958.
- ALENCAR, José de. *Iracema*. (Edição do centenário). Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1965.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de (Org.). *Homenagem a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1936.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Estrela da vida inteira*. 20 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Seleção de prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Andorinha, andorinha*. Seleção e coordenação de textos de Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- BARBADINHO NETO, Raimundo. *Tendências e constâncias da língua do modernismo*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Manuel Bandeira: 100 anos de poesia*. Recife: Pool, 1988.
- BATORÉO, Hanna; CASADINHO, Margarida. Botar as mãos na massa? Estudo cognitivo da produtividade lexical do verbo "botar" no PE e PB. In: MARÇALO, Maria João *et. al.* (Org.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Universidade de Évora, 2010.  
Disponível em: <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slq4/04.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Ensino da gramática: opressão? liberdade?* 11. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- BERGO, Vítório. *Pequeno dicionário brasileiro de gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- BEZERRA, Elvia. *A trinca do Curvelo: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Nise da Silveira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- BOPP, Raul. *Movimentos modernistas no Brasil*. Rio de Janeiro: São José, 1966.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2002.

BRAYNER, Sônia. *Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Fortuna Crítica, v. 5.).

CALLOU, Dinah Maria Isensée *et al.* Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas, UNICAMP, 1996. v. 6, p.465-493

\_\_\_\_\_; MORAES, J.; LEITE, Y. *Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real*. *D.E.L.T.A.*, v. 14, n. esp., p. 61-72, 1998.

Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000300006>>. Acesso em: 12 set. 2011.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974.

CARA, Salete de Almeida. *Manuel Bandeira: seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico e exercícios*. São Paulo: Abril, 1981.

CASTILHO, Ataliba T de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras / Topbooks, 2001.

CAVALIERE, Ricardo S. *As quatro vertentes da pesquisa sobre o português do Brasil*. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, n. 39, p. 197-208, 2009.

COSERIU, Eugênio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil: era modernista*. 4. ed. São Paulo: Global, 1997.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Maria Angélica F. *O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação*. *D.E.L.T.A.* v. 17, n. 1, 2001.

ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

FARACO, Carlos A. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Português: um nome, muitas línguas*. *Salto para o futuro*, n. 8, p. 12-21, 2008. SEED/MEC. Disponível em:

<[HTTP://tvbrasil.org/fotos/salto/series/164032pot\\_ling.pdf](http://tvbrasil.org/fotos/salto/series/164032pot_ling.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2011.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1987.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Aurélio século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

JOTA, Zélio dos S. *Dicionário de linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LESSA, Luiz Carlos. *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

LIMA, Carlos Henrique Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

LOPES, Nei. *Novo dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: \_\_\_\_\_; XAVIER, Antônio Carlos (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. O que é língua falada e qual a sua gramática? Desfazendo alguns equívocos. In: *Congresso Internacional de Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Filologia*. Homenagem ao Centenário de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: 2004. (Conferência).

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, Bethânia. *Colonização linguística*. Campinas-SP: Pontes, 2004.

MARROQUIM, M. *A língua do nordeste*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

MELO, Gladstone Chaves. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MORAES, Antonio Marcos (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

NARO, Anthony J.; SHERRE, Maria Marta P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Uma visão geral da gramática funcional*. *Alfa*, São Paulo, n. 38, 1994, p. 109-127. Disponível em: <[HTTP://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3959/3634/pdf](http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3959/3634/pdf)>. Acesso em: 12 set. 2011.

\_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVEU, F. *Dicionário de ciências da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PERINI, Mario. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

PINHO, Sebastião Tavares de. Vozes da cultura clássica na lira de Manuel Bandeira. *Máthesis*, Portugal, n. 5, p. 417-435, 1996.

PRETI, Dino. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

PRETI, Dino. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O discurso oral culto*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p.21-34. (Projetos Paralelos, 2.).

\_\_\_\_\_. O ensino de língua portuguesa: na encruzilhada entre a escrita e a oralidade. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: EDUC/PUC, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo: Nacional, 1972.

REGIS, Maria Helena Camargo. *O coloquial na poética de Manuel Bandeira*. Florianópolis: UFSC, 1986.

RIBEIRO, João. Antiguidade dos brasileirismos. In: *Textos escolhidos*.

Disponível em:

<[HTTP //www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=697&sid=293](http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=697&sid=293)>  
Acesso em: 10 set. 2011.

LIMA, Carlos Henrique Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

SANTOS, Sebastião L. Variações linguísticas: o confronto das equivalências e choque dos contrários. *Revista E-letras*, n.1, out. 2000.

SCARTON, Gilberto. Concepções de língua e reflexo na prática do professor. In: BINZ, Jussara; BOCHESE, Jocelyne da C., et. al. (org.). *Ressignificando a prática de ensino de línguas: a valorização da docência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SILVA, Maximiano de Carvalho e (Org.). *Homenagem a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004-a.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004-b.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 9. ed. Rio de Janeiro : Presença / Pró Memória /INL/UFF, 1983.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Fundamentos linguísticos e pedagógicos para um ensino abrangente e produtivo de língua materna. *Confluência*, Rio de Janeiro, Separata n.19, p. 62-75, 1. sem. 2000.